



# ARQUIVOS, ARTE & EDUCAÇÃO: diálogos nas fronteiras do conhecimento

Ivana Parrela

Adriana Carvalho Koyama

(orgs.)

## II SIMPÓSIO TEMÁTICO ARQUIVOS & EDUCAÇÃO

# ARQUIVOS, ARTE & EDUCAÇÃO: diálogos nas fronteiras do conhecimento

Realização:

ECI  
ESCOLA DE  
CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO

UFMG



Programa  
de Pós-Graduação  
em Ciência  
da Informação  
UFMG

Apoio:



UNICAMP

COMISSÃO CIENTÍFICA DO II SIMPÓSIO

Prof. Dra. Adriana Carvalho Koyama – Unicamp

Prof. Dra. Claudia Affonso – Col. Pedro II RJ/UFF

Prof. Dra. Claudia Regina Prado Fortuna – USP/UEL

Prof. Dra. Eliane C. F. Rocha – UFMG

Prof. Dra. Elly Roza Ferrari – IEB USP

Prof. Dr. Guilherme do Val Toledo Prado – Unicamp

Prof. Dra. Ivana D. Parrela – UFMG

Prof. Dra. Silvia Finocchio – FLACSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida  
Vice-reitor: Alessandro Fernandes Moreira

ESCOLA DE CIÊNCIA INFORMAÇÃO - ECI/UFMG  
Diretora: Terezinha de Fátima Carvalho de Souza  
Vice-diretora: Adriana Bogliolo Sirihal Duarte

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
Coordenadora: Maria Guiomar da Cunha Frota  
Subcoordenador: Fabrício José Nascimento da Silveira

II SIMPÓSIO TEMÁTICO ARQUIVOS & EDUCAÇÃO (2., 2017)  
Evento realizado em Belo Horizonte (Minas Gerais)  
06 a 07 de novembro de 2017

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA & PREPARAÇÃO DO E-BOOK

CAPA

Criação: Adriana Carvalho Koyama e Edinaldo Medina Batista  
Fotografia de Mariana Soares Leme: Lambe-lambe: intervenção no campus da Unicamp, feita em parceria entre Coletivo Transverso, Paulestinos, casadalapa e Zito, em fevereiro de 2018.

DIAGRAMAÇÃO, ARTE E FINALIZAÇÃO DO E-BOOK  
Edinaldo Medina Batista



#### FICHA CATALOGRÁFICA

S612a Simpósio temático arquivos & educação (2. : 2018 : Belo Horizonte).

Arquivos, Arte & Educação [recurso eletrônico] : diálogos nas fronteiras do conhecimento / Ivana Denise Parrela; Adriana Carvalho Koyama (orgs). – Belo Horizonte : Escola de Ciência da Informação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2018. 162 p. : il. E-book.

Inclui referências.

ISBN: 978-85-65609-10-4

1. Arquivologia. 2. Arquivos e educação. I. Parrela, Ivana Denise. II. Koyama, Adriana Carvalho, org. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 651.5:37

Ficha catalográfica: Biblioteca Prof.<sup>a</sup> Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG

#### DIREITO AUTORAL E DE REPRODUÇÃO

Direitos de autor ©2018 para os artigos individuais dos autores. São permitidas cópias para fins privados e acadêmicos, desde que citadas a fonte e autoria. A republicação deste material requer permissão dos detentores dos direitos autorais. Os editores deste volume são responsáveis pela publicação e detentores dos direitos autorais.

# SUMÁRIO

- 07**      **APRESENTAÇÃO**  
*Ivana Parrela e Adriana Carvalho Koyama*
- 11**      **1. LEMBRANÇAS, ESQUECIMENTOS E NARRATIVAS:** questões incômodas sobre história e memória na educação e nos arquivos  
*Adriana Carvalho Koyama*
- 26**      **2. ITINERÁRIOS INDÍGENAS:** uma viagem ao Arquivo Nacional  
*Claudia Negreiros Tebyriçá*
- 36**      **3. O PÚBLICO ESCOLAR NAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
*Taiguara Villela Aldabalde e Camila Mattos da Costa*
- 54**      **4. O PROFISSIONAL DE ARQUIVO COMO EDUCADOR:** repensando a formação e o papel do arquivista no processo educativo  
*Camila Mattos da Costa*
- 64**      **5. AÇÃO EDUCATIVA E CONTEXTO:** relato sobre a indissociabilidade em atividades envolvendo acervos pessoais da extensão, pesquisa e ensino  
*Elly Roza Ferrari*
- 80**      **6. ARQUIVOS PESSOAIS E FORMAÇÃO DOCENTE:** escavando memórias, achados e guardados  
*Ana Maria Campos*
- 94**      **7. O PROJETO TEM CRIANÇA NO ARQUIVO:** as visitas das Unidades Municipais de Educação Infantil ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte  
*Gabriella Diniz Mansur*
- 108**      **8. DIGITALIZAÇÃO DE ACERVOS VHS:** possibilidades artísticas  
*Raphael Morone Moreira da Silva e Marcelina das Graças Almeida*
- 112**      **9. AÇÕES EDUCATIVAS E LITERATURA**  
*Ivana Parrela, Rosana Pereira e Daniele Augusta dos Santos Silva*

# SUMÁRIO

- 128**      **10. BRINCANDO DE PERGUNTAR:** educação patrimonial em um arquivo institucional  
*Marilucy da Silva Ferreira e Rogério Moura dos Santos*
- 139**      **11. ARQUIVO E ESCOLA:** refletindo sobre a prática da educação patrimonial no Centro de Memória do CAp - UERJ  
*Paola Cordeiro da Silva e Priscila Gomes*
- 155**      **12. O DIREITO À MEMÓRIA:** a experiência do Arquivo de Som e Imagem da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais - O relato de uma trajetória  
*Marcelina das Graças de Almeida e Adriana Nely Dornas Moura*

## APRESENTAÇÃO:

**SILVA, Flávio Leal**

Doutor e Mestre em Memória Social  
pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO  
Professor Adjunto do Centro de Ciências Humanas  
e Sociais - Departamento de Arquivologia

É com enorme satisfação e com certo receio, confesso, que recebi o honroso convite das amigas Ivana Denise Parrela e Adriana Carvalho Koyama para apresentar esta obra. Se a satisfação está no respeito e na admiração que tenho pelas organizadoras, o receio está tanto na possibilidade de não conseguir dividir com os leitores a riqueza que a obra possui quanto no risco de resumir as falas dos autores.

Passado o impacto do convite aceito, passei às leituras. De imediato, a ilustração da capa um espaço da Unicamp coberto por cartazes poéticos e instigantes, por suas críticas severas não só ao *modus operandi* da universidade como também à falta de amor em nossas relações é, antes de tudo, uma provocação, mas também um convite à escolha sobre onde ir, se assim o quiser. Um convite e uma provocação em relação àquilo que é uma das mais importantes características humanas: a liberdade. Mas precisamos querer ser livres efetivamente para exercer a liberdade e aceitar seus limites. Ela tem um preço, que alguns preferem não pagar. Precisamos de uma formação que reforce o valor em ser livre e responsável. Essa é mais uma das dimensões com as quais nossos autores nos convidam a dialogar.

Mas esse poderia ser um entendimento apressado de alguém que, inseguro e desejoso de liberdades e que mal começou a ouvir os outros, vive fragilizado em um contexto pouco receptivo às diferenças. Momentos difíceis, de ódios e conflitos, em que nossas liberdades são sistematicamente cerceadas, inclusive pelas instituições que, em nossas utopias, serviriam para defendê-la com todas as forças.

No entanto, o título da obra reitera esse compromisso com a liberdade, Arquivo, Arte e Educação: diálogos nas fronteiras do conhecimento, evidenciando uma proposta sem as amarras e os limites impostos por lógicas inadequadamente disciplinares. O todo da obra é um ato de resistência àqueles que querem estabelecer linhas de pesquisas, olhares disciplinares nas pesquisas em e sobre os arquivos e a arquivologia. Como avançar sem diálogos? Se em suas individualidades os textos nos abrem possibilidades, a leitura do todo cria uma perspectiva diferenciada e fundamental para as discussões sobre os contextos dos arquivos como nosso patrimônio cultural diversificado.

Dessa maneira, somos convidados a fazer parte do diálogo. Percebemos pelas narrativas que estamos participando de um diálogo em que a diversidade de sujeitos, de assuntos, de abordagens, de instrumentos e de intenções nos ajuda a relativizar a ideia de fronteiras, retirando dela uma visão com significado de limites, como se pudéssemos dizer onde começa ou termina um conhecimento ou seu processo.

Nossos interlocutores deixam explícitas suas propostas. Eles nos provocam a pensar sobre as dimensões políticas e sociais mais amplas existentes nos arquivos, nos documentos, nas práticas e em nossas formações, mas também nos processos de formação de outros sujeitos. Evidenciam seus posicionamentos, obrigando-nos a pensar sobre os nossos, a partir do incômodo provocado por uma ervilha colocada embaixo... Que provocação!!!!

Nesse diálogo, trazem suas narrativas, afirmando-as como suas, mas também reconhecendo a existência de outras e convidando-nos a formular as nossas. Ajudando-nos em nossas lembranças, dão significados aos esquecimentos e evidenciam as fragilidades das fronteiras a partir dos espaços sociais que escolhemos ocupar com nossos atos, inclusive os técnico-profissionais.

Com argumentos científicos do ensino, pesquisa e extensão que consolidam a competência universitária, facilitam nossa compreensão sobre as relações entre o público e o privado, o institucional e o pessoal. Reforçam, com seus exemplos, a importância e, também, os desafios, da educação patrimonial. Que, reconhecendo como importante aquilo que preservam de si, sejamos capazes de oferecer as condições de preservação daquilo que os outros julgam igualmente importante para eles. É com base nesse respeito às diferenças culturais e às diversidades dos sujeitos que seremos capazes de propor alternativas, como, digitalizações de acervos, exposições, visitas, oficinas e usos das novas tecnologias de comunicação e informação.

Em todas as falas deste nosso *II Simpósio Arquivos & Educação*, realizado em Belo Horizonte (MG), nos dias 6 e 7 de novembro de 2017, nas dependências da Universidade Federal de Minas Gerais, temos a Arte como mediadora. Sua sabedoria nos autoriza , livres, a praticarmos diálogos sem fronteiras. Sem a Arte, expressão máxima da liberdade de aprendizados, seremos incapazes de afetar e de sermos afetados. Seremos insensíveis quanto à importância das narrativas, nossas e a dos outros. Sem essa Arte, a percepção que temos de fronteiras será a mesma da de limites, qual seja: um marco fixo e estático. E não é isso o que suas narrativas nos dizem! Para nossos interlocutores, as fronteiras do conhecimento são algo diferente: dinâmico e produto de convenções historicamente localizadas; relações que construímos ou aceitamos que sejam construídas, conscientemente ou não, com nossas percepções, nossos valores e preconceitos.

Por isso, a riqueza desses diálogos em nos propor, já a partir de seu título, um apelo para o uso da Arte (liberdade) em um campo ainda dominado por uma visão tecnicista que, na contramão da complexidade dos atos que constituem os fenômenos sociais, simplifica e restringe sua dinâmica, pressupondo limites à poesia, às liberdades ou apenas querendo esconder as nossas ervilhas, dizendo o que é ou não permitido saber.

Assim, tendo sido convidado a participar desse diálogo, deixo aqui, depois de ouvi-los, não apenas minha narrativa, mas também o convite para que, querendo dialogar, aprendam também a ouvir, pois o que pode estar em jogo são os nossos referenciais materiais, os nossos registros, os nossos atos, as nossas capacidades de empatia, de liberdades e de respeito. O que está em jogo são as narrativas dos outros e o nosso direito à memória, um direito fundamental, pois inalienável está nessa obra *Arquivo, Arte e Educação: diálogos nas fronteiras do conhecimento*.

Bom diálogo para todos!

Prof. Flávio Leal Silva

# 1. LEMBRANÇAS, ESQUECIMENTOS E NARRATIVAS:

**questões incômodas sobre história e memória  
na educação e nos arquivos**

**KOYAMA, Adriana Carvalho**

Universidade de Campinas  
Faculdade de Educação / Unicamp  
Av. Bertrand Russell, 801 | Cidade Universitária “Zeferino Vaz” |  
Campinas - SP | CEP 13083-865  
ackoyama@outlook.com

## RESUMO

Nos últimos anos arquivos públicos brasileiros e estrangeiros vêm publicando recortes de seus acervos em formato digital, e, entre eles, estão os chamados arquivos sensíveis, tais como os relativos à escravidão. Frente à ampliação do acesso a esses conjuntos documentais, podemos nos perguntar sobre se e como tais acervos vêm provocando a emergência de memórias significativas dos sujeitos sociais, mobilizando (re)sentimentos apagados e/ou interditos. Propomos uma reflexão e diálogo sobre como tais memórias podem ser abordadas e significadas nas práticas educacionais, como podem potencializar a elaboração de imagens sobre o passado comum, provocando movimentos reflexivos e deslocamentos sensíveis que permitam a construção de outras narrativas sobre o passado, na relação com o presente e com a construção de futuros, mais solidários, fortalecedores dos sujeitos sociais, tanto nas comunidades escolares quanto em suas redes sociais mais amplas.

**Palavras-chave:** Arquivos. Práticas de Memória. Ensino de História. Educação das Sensibilidades.

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. [...] Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo

BENJAMIN, Teses sobre o conceito o História.  
São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 225.

## Princesas de Neve

O tema era “Narrativa”. Recolhi uma dezena de livros em casa com histórias tomadas da literatura oral, registros de mares de histórias que vêm sendo contadas há séculos, algumas há milênios, para conversarmos em sala sobre esses textos de criação coletiva, em suas potencialidades para o ensino de História e de Geografia nas séries iniciais. Fui com a malinha de livros para a universidade e, em algum momento da aula, distribuí todos para circularem pela turma. Uma das moças, lendo uma coletânea de histórias portuguesas, indignada, veio ler para mim uma delas. Era uma história que falava de meninas brancas e negras, com imagens que cantavam a beleza da menina branca e imputavam à menina negra um lugar inferior, social e estético.

Eu, que não havia lido todas as histórias de todos os livros, fui pega de surpresa pelas imagens trazidas nessa história vergonhosa, que tinha a forma narrativa das histórias contadas para crianças. Mais do que isso, tinha a forma das histórias contadas para meninas. Como as que eu escutava sentada na pia da cozinha, ouvindo a dona Júlia, as quais falavam de fome, de morte, de trabalho, de madrastas e padrastos terríveis, de sonhos, de astúcias, de paciência e de finais felizes. Lembrei-me de uma história que falava de uma princesa que, depois de dormir sobre dez colchões macios, dizia que havia sentido um desconforto: era uma ervilha colocada embaixo de todos eles, prova da autenticidade de seu sangue azul e de sua sensibilidade aguda, atestada pelo incômodo. Eu, que deixava minha cama toda bagunçada e ainda era capaz de dormir nela desse jeito mesmo, tranquilamente, não era, definitivamente, uma princesa. Isso, para mim, menina, dizia que eu deveria ser muito mais delicada, sensível e civilizada, para me tornar educada como uma princesa, o que certamente era o maior grau de educação possível. Histórias como esta carregam imagens fantasmagóricas sobre nossos lugares sociais possíveis ou desejáveis e sobre nossas relações sociais e afetivas, que educam nossas sensibilidades.

Nós, professores de História, também contamos as nossas narrativas, escolhidas entre aquelas que nos são colocadas pelo ofício. Inventamos suas imagens e suas abordagens, somos contadores especialistas, mas o fundo comum está lá, escrito, exigindo ser dito. Quantas e tantas dessas histórias também carregam imagens fantasmagóricas sobre nossos lugares sociais possíveis ou desejáveis, sobre nossas relações sociais e afetivas? Outras histórias que ouvi em sala de aula nessas turmas da graduação me inquietam há anos. Descrevem moças que lutam para afirmar o espaço de reconhecimento e respeito à sua afrodescendência. Elas me interrogam, no presente, sobre a violência simbólica de suas experiências escolares nas aulas de História. Seus relatos de memória emergem na forma de imagens e narrativas sobre a escravidão vividas na pele de cada estudante, sentidas como a recepção de uma herança de violência. Elas mesmas se tornando parte dessa experiência, metaforicamente escravizadas pelas narrativas das aulas de História. Outras memórias de aulas de História muito próximas a essas que ouvi têm sido registradas nas reflexões dos coletivos afrodescendentes sobre a Lei 10.639/03, convocando-nos a pensá-la em outro quadro teórico, questionando o historicismo e sua concepção de tempo linear e vazio:

Todos os olhares em mim, e eu não sabia para onde olhar. A professora falava sobre negros escravos (não escravizados), chibata, mortes, famílias separadas, até que uma princesa branca, chamada Isabel, assinou a lei Áurea e libertou os meus ancestrais, no dia 13 de maio de 1888. Uma salvadora branca, como todas as minhas bonecas. E eu, a única negra da sala, era a representação dessa tragédia, a personificação de um povo que só sofreu, de acordo com os meus professores. Uns olhares eram de dó, outros me intimidavam, mas todos me deixavam desconfortável (NASCIMENTO, 2018, online).

Tais narrativas de memórias de experiência escolar nos colocam questões que merecem uma atenção ética e política, de tal ordem a deslocar a reflexão sobre o currículo e os conteúdos da História ensinada. Essas experiências trazem-nos indícios muito potentes sobre as relações entre história e memória na experiência da aprendizagem da história, tal como é vivida por seus sujeitos, tanto na escola como nos espaços extraescolares. Como formas de educação das sensibilidades históricas ou como formas históricas de educação das sensibilidades.

Escovar a história a contrapelo não é, para esses estudantes, apenas propor uma narrativa histórica crítica da escravidão. Penso que os questionamentos trazidos pelos movimentos sociais oferecem a oportunidade para nós movimentarmos, tanto em nossas práticas como em nossas concepções teóricas e metodológicas, para buscarmos formas de construir outras histórias, e outras narrativas históricas, em experiências de significação do passado concebidas como encontros entre sujeitos de diferentes tempos e espaços, sujeitos

que dialogam nesse entrecruzamento e produzem outras imagens, outras narrativas, sempre renovadas, e singulares, pois enraizadas no tempo, no espaço e nas relações sociais dos sujeitos envolvidos em sua produção. Tais narrativas, criadas a partir de outro viés epistemológico que não o historicismo ainda hegemônico na história ensinada, têm um grande campo inexplorado na interrogação dos acervos documentais dos arquivos públicos, na leitura e na ressignificação do presente, na relação com o passado, em busca da construção de outros dizeres, de outros futuros.

## **Dever de memória e direito ao esquecimento: interrogações sobre a história ensinada**

Em *Palavras carnaís: sobre re-lembrar e re-esquecer, ser e não ser, entre os Filhos do Erepecuru* (SAUMA, 2016), Julia Frajtag Sauma escreve, a partir das reflexões de castanheiros e ribeirinhos remanescentes de quilombos de Oriximiná, no Pará, acerca dos processos de lembrar e esquecer postos em ação nas histórias sobre seus antepassados e sobre como essa comunidade percebe a atuação de tais narrativas sobre si.

A pesquisadora inicia seu relato com uma consideração sobre a importância que os “Filhos do Erepecuru” conferem ao esquecimento das histórias sobre a vinda dos antigos para o rio Erepecuru e sobre como a necessidade de esquecer e os cuidados inerentes ao ato de lembrar estão relacionados ao poder das palavras de mobilizar forças e sentimentos, curas e doenças, para dentro da pessoa: há “palavras que pegam na carne, que costuram, consertam, enrolam, abrem e fecham, adoecem e curam. Falas, rezas, histórias que protegem, que entristecem, que machucam” (SAUMA, 2016, p. 151).

Não há sentido figurativo nessas colocações [...], pois as palavras já são *coisas* que adentram a carne, o corpo, a pessoa, transformando-a. Quer dizer, no mundo possível que apresento aqui, mundo este aberto por *negros escravos fugidos* e mantido por seus descendentes – os Filhos do Erepecuru –, a relação entre palavra e experiência é interna: a palavra e a experiência definem-se mutuamente (SAUMA, 2016, p. 151).

A poética expressão dos entrelaçamentos entre a linguagem e a constituição histórica e cultural dos sujeitos formulada pelos “Filhos do Erepecuru” nos ensina, com força, sobre o lugar que a atenção com os sujeitos merece no jogo entre o dever de memória e o direito ao esquecimento. Somos convidados a escutar seu aviso: “Tudo que pode ser feito contra e a favor dessas palavras, e das forças e dos sentimentos que elas carregam, é ter cuidado com a forma com que nos aproximamos delas” (idem, *ibidem*).

Do poder da palavra advém a necessidade de um cuidado especial para com as narrativas sobre o passado; isto é, para com as memórias dos “Filhos do Erepecuru”:

Para falar sobre esse passado, é preciso ter certo tipo de *dom*. Isso significa que em muitas reuniões Daniel é o único Filho, mesmo entre as lideranças, que conta a (H)istória ancestral dos Filhos; ou seja, que fala da escravidão. Todos sabem que ele fará esse papel, que fá-lo-á bem, e, assim, seus parentes não precisam fazê-lo, não precisam falar dessas coisas perigosas, e podem até re-esquecer essas histórias de novo após tais eventos (Idem, ibidem, p. 155).

Ao ser perguntado sobre como opera o perigo dos relatos sobre o passado, Daniel responde: “Imagina só escutar a maneira com que os seus parentes foram maltratados e ferrados, o sofrimento de ficar perdido numa mata dessas... É muita tristeza, é uma coisa que pode adoecer a pessoa” (idem, ibidem, p. 157).

## **Representações ou reapresentações? Encontros de sujeitos no tempo.**

Penso que os “Filhos do Erepecuru” nos ensinam sobre outras tramas que se tecem no encontro entre presente e passado nas aulas de História. Sua percepção sobre as narrativas da escravidão expressa experiências que se aproximam daquelas que me contaram as estudantes sobre os sofrimentos que carregam as aulas de História. Elas nos convocam, mais uma vez, a pensar sobre como, movimentando concepções e práticas escolares prevaletentes, podemos – devemos, talvez – perceber a pesquisa e a produção de conhecimentos históricos educacionais como diálogos entre sujeitos em diferentes tempos e espaços, nos quais o presente comporta uma reapresentação das experiências vividas, cuja (re)elaboração pode ferir ou curar.

A imagem do passado que se abre para o presente, em cujo momento se entrecruza e pode ser redimido e reelaborado, dialoga com a concepção de história proposta pelo filósofo Walter Benjamin. Em sua obra, que evidencia o lugar que a concepção hegemônica de história ocupa na afirmação da violência social e política do fascismo na modernidade, Benjamin nos convida a pensar em uma concepção de tempo que desloca a linearidade passado-presente-futuro e a imagem de progresso que acompanha o historicismo – e a história ensinada.

Berlinense, judeu e cosmopolita, Benjamin percebe a irreversibilidade do universo urbano industrial moderno e o desaparecimento dos espaços de construção coletiva de experiência, de saberes, de memórias e de suas significações, que por milênios foram produzidas e circularam em forma narrativa. Captura nessas tradições, no entanto, fios capazes de nos indicar a potência de novas formas de resistência à destruição cultural trazida pela modernidade capitalista. O filósofo faz esse movimento ao se interrogar sobre a potencialidade de criação de experiências, saberes, memórias e suas significações no próprio coração da modernidade – ou seja, em suas produções estéticas produzidas e postas em circulação no mercado, entretecidas às tecnologias e/ou às formas contemporâneas de percepção e produção narrativa. Toma como objeto a fotografia, o cinema, a escrita surrealista, o teatro de Brecht, os contos de Kafka, a poesia de Baudelaire e a escrita proustiana. Interpela a estética contemporânea, em busca de formas de registro e significação da experiência e das memórias que promovam deslocamentos e enfrentamentos das sedutoras fantasmagorias do capital e do totalitarismo. Contra a estetização da política, ele reflete, em diálogo com as vanguardas artísticas da primeira metade do século XX, sobre as potencialidades da racionalidade estética para a criação de outros futuros.

A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX "ainda" sejam possíveis não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável (BENJAMIN, 1985, p. 226).

A tradição dos oprimidos traz, na forma de criações coletivas, a memória das experiências da violência e de seu enfrentamento, com astúcia, com o riso, com firmeza, com coragem e confiança: "Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores" (idem, ibidem, p. 224). A busca de outras formas de significação do passado é central nas investigações sobre a modernidade às quais Benjamin dedicou sua vida e pode nos guiar na busca de outras possibilidades de leitura e significação de registros documentais nas experiências educacionais. A concepção de história ensinada que lhe faça jus está posta como um desafio, ainda a ser construída.

Para que seja possível nos deslocarmos em relação ao historicismo, precisamos nos despojar da concepção, tão naturalizada entre nós, de tempo linear e de progresso, que herdamos do evolucionismo e do positivismo. A História Universal, com seus marcos no surgimento do mercado e do Estado e em seu fortalecimento, ou “desenvolvimento”, cria a imagem de sua centralidade no progresso e na história da humanidade. Essa é a espinha dorsal da grande narrativa mítica das sociedades forjadas na modernidade capitalista. Benjamin nos convida a acordar desse sonho. E avança: “A ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia de progresso tem como pressuposto a crítica da ideia dessa marcha” (Idem, *ibidem*, p. 229).

Para o autor, o encontro entre passado e presente, que abre horizontes de outros futuros, afirmando outra temporalidade e uma escrita da história a contrapelo, é possível quando colocamos em diálogo história e memória, pois “o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida” (BENJAMIN, 1985, p. 228). Com base nessa concepção, a construção da História, inclusive na História ensinada, é um encontro entre sujeitos no tempo, um encontro entre dois presentes que guardam correspondências entre si, o qual não se produz em um tempo linear e vazio, mas em um tempo “saturado de ‘agoras’” (idem, *ibidem*, p. 229). Tal concepção é um convite a outras formas de significar as fontes documentais e um reconhecimento de que na História ensinada na escola, como nos arquivos, educadores e estudantes constroem, a partir de suas experiências no presente, diálogos com outros sujeitos, em outros momentos no tempo. Ao ouvir as narrativas das estudantes sobre suas experiências nas aulas de História e aquelas de que nos falam os “Filhos do Erepecuru”, compreendo que é desses encontros entre sujeitos no tempo que estão nos contando, encontros que acontecem, quer saibamos ou não, silenciados ou potencializados por nossas experiências docentes.

Na guerra de símbolos que se desenrola entre a escola, as mídias e os espaços patrimoniais urbanos na produção e circulação de narrativas que referenciam a História ensinada, os movimentos sociais têm liderado uma transformação, reivindicando o direito a outras palavras sobre a história e as culturas indígenas e afro-brasileiras, pautadas nos diálogos com a ancestralidade. Precisamos estar atentos às suas palavras.

## Memória e produção de conhecimento

A língua indicou, inequivocamente, que a memória não é um instrumento para a exploração do passado; é, antes, o seu meio. A memória é o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas.

Walter Benjamin, Obras escolhidas II.  
Rua de mão única. SP: Brasiliense, 1987, p. 239.

A memória é a forma de acesso à experiência vivida. Na modernidade tardia, em que a cultura letrada e científica se sobrepõe à tradição oral, milenar, de produção coletiva de conhecimentos, de que memória fala o autor? Essa é uma pergunta crucial, pois as memórias dos vencedores se tecem e se reafirmam no presente de formas surpreendentes. Como favorecer experiências de produção de conhecimentos históricos educacionais que fortaleçam os sujeitos no diálogo com outros e com dinâmicas sociais mais amplas? Como realizar a busca por outra experiência de tempo, a contrapelo da expansão incessante do presente e de *Cronos*, que tudo devora? Como trazer aos espaços da escola outras memórias que não se confundam com narrativas de celebração do passado, mas que trazem consigo questões vitais do presente? Celebrações que têm como mediadores, muitas vezes, acervos documentais.

Os espaços institucionais extraescolares voltados à produção de saberes históricos, como, arquivos, museus e percursos patrimoniais urbanos e rurais, produzem, muitas vezes, seus discursos como espetáculo e fruição, criando representações do passado que circulam nas mídias e nos artefatos escolares. O Museu do Ipiranga é icônico nesse sentido, pois envolveu a elite letrada paulista, aglutinada em torno do IHGSP (Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo) e do Arquivo do Estado de São Paulo, na construção de um discurso de fundação da Nação (BREFE, 2003). Sua produção como espetáculo monumental mobilizou artistas plásticos, escultores, arquitetos e paisagistas. Suas imagens sobre a construção do território e da história nacionais circulam ainda hoje, fortemente, mesmo que com significados plurais. Os próprios arquivos por muito tempo se voltaram, de forma prevalente, para a produção de imagens fantasmagóricas, com a descontextualização e exposição de documentos de seu acervo (KOYAMA, 2016; 2017). E, mais: ainda hoje os arquivos recebem sistematicamente acervos formados a partir dessas formas monumentais de produção de saberes históricos, dialogando frequentemente com seus produtores, presentes em seus conselhos e redes de sociabilidade (GONÇALVES, 2006).

No momento em que vivemos, muitos arquivos públicos têm publicado recortes de seus acervos em formato digital. Entre eles, estão os chamados “arquivos sensíveis”, por exemplo, os relativos à ação das polícias políticas em regimes de exceção, os relativos à escravidão e os registros relativos às populações indígenas. Diante da ampliação do acesso a esses conjuntos documentais trazida por essas práticas, podemos nos perguntar se tais acervos podem provocar a emergência de memórias significativas dos sujeitos sociais, mobilizando (re)sentimentos apagados e/ou interditos. Buscando inventar uma educação em arquivos a contrapelo das experiências hegemônicas, celebrativas e surdas às experiências dos sujeitos, podemos nos inspirar pelo que nos contam as estudantes e os “Filhos do Erepecuru”, em diálogo com a concepção de produção de conhecimento histórico educacional que nos possibilita a obra de Walter Benjamin (GALZERANI, 2013a, 2013b).

Interrogamo-nos, inspirados em Walter Benjamin e Galzerani, sobre as formas plurais pelas quais a História ensinada dialoga com o presente, convidando a outras experiências de tempo na escola, potencializadas pelo patrimônio documental.

Tomamos como referência, ainda, a pesquisa narrativa em educação, que busca trazer ao espaço público e às reflexões acadêmicas as vozes dos sujeitos sociais, em movimentos de formação docente e discente, contrapondo-se à tendência de sobrepor os discursos acadêmicos às experiências vividas por professores e estudantes das comunidades educacionais. Para tal, buscamos formas de diálogo entre as reflexões acadêmicas e as experiências dos sujeitos sociais, em contextos de pesquisa, com o intuito de fortalecer possibilidades de compreensão das experiências educacionais que considerem as questões e conhecimentos produzidos por seus sujeitos (PRADO, 2011).

Nesse quadro metodológico, valorizamos a proposição e reflexão sobre as experiências dos sujeitos, professores e estudantes, em contextos de leitura e significação de documentos de arquivo, que buscam favorecer sua apropriação singular dos registros documentais, que possa convidar à resignificação do presente, em diálogo com tais registros. Essas experiências têm por objetivo encontrar formas de abordagem do patrimônio documental em que as memórias e as questões singulares formuladas por professores e estudantes sejam consideradas, em conexão com as dinâmicas sociais mais amplas, historicamente situadas.

Convidamos a uma reflexão sobre como tais memórias podem ser abordadas e significadas nas práticas educacionais e sobre como podem potencializar a elaboração de imagens sobre o passado comum, provocando movimentos reflexivos e deslocamentos

sensíveis que permitam a construção de outras narrativas sobre o passado, na relação com o presente dos sujeitos da experiência. Consideramos que a leitura e significação de documentos arquivísticos em educação podem nos trazer brechas para abordarmos o passado em seus temas sensíveis, potencializando as reflexões sobre as violências provocadas pelas dinâmicas sociais da Modernidade e favorecendo a construção de futuros mais solidários e fortalecedores dos sujeitos sociais.

## Uma experiência de leitura

Tendo as escolhas teóricas e metodológicas aqui expostas como quadro de referência em minhas investigações, encontrei-me, ao preparar uma apresentação de trabalho sobre acervos Documentais, diante de um conjunto de registros fotográficos sobre o desfile de 7 de Setembro de que participei, em 1972, comemorando os 150 anos da criação do Estado brasileiro.



**Arquivo Público de Indaiatuba (SPAI). Coleção História de Indaiatuba**

Lembro-me vagamente dessa fantasia. Imagino que eu esteja entre essas meninas, *Dragões da Independência*.



Forças armadas da terra e do mar protegem a pátria, na pele de seus filhos. Imediatamente me lembro da música: “Esse mar é meu. Leva o seu barco pra lá desse mar!” Ironia ou alegoria, o jangadeiro, hoje quase desaparecido, parece dono desse mar reivindicado.



Como tecer diálogos com essas imagens e entre seus sujeitos, enraizados em diferentes tempos, espaços e relações sociais? A partir de uma perspectiva racional e sensível, nessa experiência são postas em movimento, no encontro entre presente e passado, memórias e histórias singulares. A verdade, sempre provisória, que emerge desses encontros é a expressão de minhas questões e experiências, tensionadas pela materialidade do que me é exterior: os documentos e os sujeitos que povoam esses registros. Esse reencontro, no presente, com os sujeitos que comigo fizeram esse desfile me reafirmou, de forma marcante, como a concepção de história como representação carrega consigo uma violência sempre renovada, em que o cortejo dos vencedores do passado é revivido no presente, como percebe Benjamin. Ao buscar apartar os sujeitos da experiência de suas relações com o passado e ao advogar a separação entre *logos* e Eros, entre razão e sensibilidade, entre história e memória, a História ensinada torna-se cega para os sentidos que as narrativas históricas adquirem para os sujeitos da aprendizagem. Assim fazendo,

torna-se um dos centros dessa violência institucional. O que me ensinam os “Filhos do Erepecuru” e as estudantes de pedagogia ao me contarem suas memórias sobre as aulas de história é que esses meninos que carregam o trono da princesa e do rei não apenas representam o passado, mas, ao reencontrá-lo, este se lhes *reapresenta*, encarnado em sua experiência vivida, em uma forma brutal de educação das sensibilidades.



Essa reflexão é politicamente urgente. Nas aulas de História, professores e estudantes produzem conhecimentos históricos educacionais entretecendo história e memórias, saibamos disso ou não. As escolas, como os arquivos, estão no centro das disputas simbólicas sobre o passado. Como aponta Pierre Nora:

O Arquivo é a interface, o lugar de encontro e de conflito das duas formas de nossa memória contemporânea: a memória vivida e a memória documental, a memória direta e a memória indireta, imediata e mediada, a memória do testemunho e a da história científica, a memória viva e a memória reconstituída, memória quente e memória fria (NORA, 2003, p. 48).

Para além da sala de aula, nos espaços extraescolares em que se produzem e circulam conhecimentos históricos educacionais, podemos capturar os fragmentos dessas guerras simbólicas, em que se decidem não apenas os discursos sobre o passado, mas também as possibilidades do presente e a construção de outros futuros, mais justos, que

fortaleçam os sujeitos da experiência. Entre esses lugares se colocam, de forma central, os arquivos e suas conexões com a educação.

Finalmente, para não terminar, ficam aqui uma breve nota sobre a forma como foi construído esse ensaio e um convite para a sua ressignificação, por parte de cada leitor. Inspirada por Walter Benjamin e Maria Carolina Bovério Galzerani, a verdade é concebida aqui não como adequação ou como posse, mas como contemplação, cujo trabalho se dá por meio de uma atenção intensa e leve, que sempre retorna a seu objeto. Esse deslocamento potencializa a reflexão e a experiência de produção de conhecimentos, constituindo sempre um outro olhar sobre o objeto, que emerge ressignificado a partir de uma racionalidade estética. Nessa perspectiva teórica e metodológica, o sujeito que pesquisa se coloca em sua inteireza, com seus saberes e não saberes, em diálogo com suas experiências vividas e com seu objeto/temática. Com esse percurso de pesquisa, em seus desvios e imagens, buscamos brechas para que os sujeitos envolvidos na produção de conhecimentos históricos educacionais possam deslocar-se, pela percepção racional e sensível, das vivências maquínicas impostas pela modernidade tardia, convidando à produção de outras formas de conhecimento sobre o passado, em busca de outras possibilidades de significação do presente e da construção de outros futuros. Porque o presente não apenas sonha com o futuro, mas, ao sonhá-lo, busca acordar.

## Referências

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I. Magia e técnica. Arte e política.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 10-11, n. 1, 2003.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Práticas de ensino em projeto de educação patrimonial: a produção de saberes educacionais. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 24, n. 1 (70), jan. /abr. 2013a.

\_\_\_\_\_. Imagens que lampejam: contribuições de Walter Benjamin para a produção de conhecimentos históricos. **Encuentro de Saberes. Luchas populares, resistencias Y educación.**, v. 1, p. 53, 2013b.

GONÇALVES, Janice. Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. Tese (Doutorado em História Social)—USP, São Paulo, 2006.

KOYAMA, Adriana C. De fantasmagorias a alegorias: desafios da educação e(m) arquivos. In: SIMAN, Lana Mara de Castro; MIRANDA, Sonia Regina (org.) **Patrimônio no Plural: educação, cidades e mediações.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2017.

KOYAMA, Adriana C. Acervos documentais online, práticas de memória e experiências educacionais. **Acervo** (Rio de Janeiro), v. 29, p. 7488, 2016.

MATOS, Olgária Chain Féres. Desejo de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin. In: **O desejo** [ S.l: s.n.], 1995.

NASCIMENTO, Sílvia. O Constrangimento das crianças negras nas aulas sobre escravidão e abolição. Publicado em: 12 maio. 2018. Disponível em: <<https://mundonegro.inf.br/o-constrangimento-das-criancas-negras-nas-aulas-sobre-escravidao-e-abolicao/>>. Acesso em: 15 maio. 2018.

NOVAES, Adauto (org.). **O desejo.** São Paulo: Companhia das Letras; [Rio de Janeiro]: Funarte, 1990.

NORA, Pierre. “Missions et enjeux des archives dans les sociétés contemporaines”. In: **Comma**, 2003, 2/3, p 47-49. Paris: International Council of Archives, 2003.

PRADO, Guilherme do Val Toledo *et al.* Processos de (auto) formação docente no cotidiano da escola: horizontes de possibilidades. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.11, n. 24, p. 53-67, jul/dez. 2011.

SAUMA, Julia Frajtag. Palavras carnavais: sobre re-lembrar e re-esquecer, ser e não ser, entre os Filhos do Erepecuru. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 59, n. 3, p. 150-173, dec. 2016. ISSN 1678-9857. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/124811/121499>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

## 2. ITINERÁRIOS INDÍGENAS: uma viagem ao Arquivo Nacional

**TEBYRIÇÁ, Cláudia N.**

Arquivo Nacional.  
Coordenação de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo.  
Equipe de Educação em Arquivos  
Praça da República, 173 |  
Rio de Janeiro - RJ | CEP 20211-350  
educacao@arquivonacional.gov.br

### RESUMO

Este artigo discute a proposta pedagógica da Equipe de Educação em Arquivos do Arquivo Nacional para a mediação da exposição “Itinerários Indígenas”, curadoria de Cláudia Beatriz Heynemann e Maria Elizabeth Brêa Monteiro, um ponto de partida inserido no rol das ações educativas orientadas para a aproximação entre o Arquivo e a sociedade. Ciente da relevância de ações educativas bem planejadas para despertar o interesse da sociedade para a importância dos arquivos e seus acervos, compartilha-se com o relato desta proposta, na intenção de contribuir para a troca de experiências em atividades que alinham arte, arquivo e educação. Compreendendo que a atividade artística pode funcionar como excelente meio de interação em uma visita escolar a um arquivo, formula-se aqui como referência o trabalho desenvolvido com sucesso pela educadora Maria Tornaghi na exposição “Brasil Redescoberto”, no Paço Imperial, Rio de Janeiro, em 1999, visto que a metodologia aplicada, baseada nos princípios norteadores da prática de ensino e aprendizagem da arte desta equipe, mostrou-se bastante adequada, com poucas adaptações, à curadoria desta exposição. Ressalta-se que as atividades aqui descritas foram planejadas em consonância com as diretrizes emanadas pelo grupo de especialistas da Câmara Técnica de Capacitação de Recursos Humanos do Conselho Nacional de Arquivos (CTCRH/CONARQ), alinhando suas ações com a recomendação da UNESCO de fomentar o desenvolvimento de novas formas e ferramentas de educação e pesquisa, bem como de usar diversas fontes e questões de patrimônio cultural e de prever diversidade e respeito ao outro, tal como expresso na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ministério da Educação.

**Palavras-chave:** Arquivo. Educação Patrimonial. Documento. Arte.

## Introdução

O que se entende por “ações educativas em arquivos”? Temos acompanhado as propostas de ações educativas e as pesquisas afins, no intuito de compreender e formular uma proposta pedagógica que venha somar às iniciativas da área, colaborando para a discussão e reflexão sempre pertinentes a todo o ato educativo. Entendendo que é amplo o espectro das ações possíveis, optamos por apresentar neste relato uma de nossas propostas — especificamente, uma atividade de mediação para a visita à exposição “Itinerários Indígenas”, curadoria de Cláudia Beatriz Heynemann e Maria Elizabeth Brêa Monteiro, em exibição no Arquivo Nacional.

Falar sobre educação em arquivos é falar sobre educação patrimonial e reconhecimento do patrimônio documental. Embora a necessidade de propor ações educativas como estratégia de preservação patrimonial nos museus já estivesse sinalizada por Mário de Andrade, no anteprojeto para a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1930, foi a partir dos anos de 1980 que entrou no cenário nacional o termo *Educação Patrimonial*. Designava a proposta de inserir ações educacionais nessas instituições, com vistas a criar aproximações de ordem sensorial, intelectual e afetiva com seu público visitante, seja de adultos ou de crianças. Horta (2004) esclarece que o objetivo dessas ações está em levar o público a criar uma empatia com o artefato preservado pela cultura, no museu ou fora dele, percebendo-o como referência para o presente e para o futuro. Em certo sentido, Horta (2004) conclui que é possível perceber a educação patrimonial como uma “educação sentimental”, na medida em que propõe aos aprendizes colocarem-se no lugar do outro, compreendendo os conflitos a partir de diferentes pontos de vista.

Encontramos no documento final da I Conferência Nacional de Arquivos a aprovação da Proposta 3 no eixo IV (Acesso aos arquivos, informação e cidadania), que visa, dentre outros aspectos, promover os arquivos públicos como espaços de conhecimento e cidadania por meio de: criação e implementação de serviços de difusão, educativos e culturais como canal de diálogo com a sociedade e mudança de paradigma da imagem dos arquivos [...]” (BRASIL, 2011, p. 4). Nesse contexto, entendemos que as ações educativas no âmbito da instituição arquivística são instrumentos importantes para promover situações de reconhecimento do documento de arquivo como patrimônio a ser preservado, inserindo tais ações no rol das iniciativas da educação patrimonial.

As discussões em torno da preservação do patrimônio estão ligadas diretamente à noção de cidadania e ao acesso à informação, segundo Fratini (2009). Apenas para ilustrar, visto que não se pretende aqui mergulhar na história das ações educativas nos arquivos do mundo, desde a década de 1950 já se tem registro de ações promovendo o estreitamento da ligação com as escolas nos arquivos franceses. No Brasil, embora a presença do setor de educação nos arquivos seja recente, contamos com ótimas iniciativas na área. Koyama (2013) adverte que a aproximação entre arquivos e escolas gera a necessidade de se pensar nas possibilidades de os documentos de arquivo serem utilizados como recursos pedagógicos, estimulando a produção de materiais de divulgação de documentos e imagens especialmente para este uso. Entretanto, há de se observar certos cuidados na produção deste material, para que não se reproduzam equívocos, tais como, a monumentalização do documento, ou seja, a exibição de um documento descontextualizado de seu fundo, contribuindo para uma ideia errônea do conceito de documento de arquivo. Neste contexto, vimos apresentar a proposta educativa para a exposição “Itinerários Indígenas”, exibida no Arquivo Nacional, entre junho e dezembro de 2017.

## **A Equipe de Educação em Arquivos**

No âmbito da recente reestruturação do Arquivo Nacional, criou-se a Equipe de Educação em Arquivos (EDARQ), parte integrante da Coordenação de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo (COPED), que nasceu com a missão de apresentar os arquivos, suas atividades e seus acervos de forma clara e educativa ao público.

Um dos objetivos da EDARQ consiste em identificar e propor ações educativas que promovam a aproximação com as práticas arquivísticas em diferentes setores da sociedade, contribuindo para a percepção do documento de arquivo como parte integrante do nosso patrimônio.

Com uma longa estrada pela frente, a EDARQ quer buscar o diálogo com instituições de ensino e demais profissionais de arquivo e educação que trabalham com a pesquisa na área. Importante frisar que o Arquivo Nacional, embora não tivesse em sua estrutura organizacional um setor voltado especificamente para a educação, sempre foi, e continua sendo, referência em ações de capacitação dos arquivistas e demais profissionais que trabalham em arquivos, ao promover cursos e treinamentos, além de contribuir com a divulgação de pesquisas por meio de suas publicações, prêmios e exposições de seu acervo documental. Entre as ações da COPED que já vinham dialogando com a educação

em arquivos, destacam-se as exposições, uma iniciativa voltada à difusão do acervo, com curadoria de pesquisadores da instituição. O EDARQ, ao iniciar seus trabalhos, viu nessa iniciativa a oportunidade de aproximar o público escolar do patrimônio documental, visto que visitar exposições já é uma atividade que está integrada ao cotidiano das escolas, embora as escolas públicas nem sempre disponham de facilidade de transporte, aspecto identificado como um dos principais obstáculos a se superar.

A mostra “Itinerários Indígenas” em exibição significou uma estratégia de mediação com um programa que inclui uma visita e atividades pedagógicas, planejado para desenvolver perante crianças e jovens a curiosidade sobre os acervos dos arquivos, o prazer de frequentar exposições e a educação do olhar, além de conhecer o Arquivo Nacional. O programa foi pensado também como uma oportunidade para alcançar resultados na construção de um diálogo entre o Arquivo Nacional e as instituições de ensino, gerando a percepção de que o patrimônio documental arquivístico faz parte de nosso patrimônio e, como tal, deve estar presente como fonte e objeto de estudo transversal nas narrativas das disciplinas escolares.

## **Proposta pedagógica**

Em nossa proposta, resgatamos o trabalho desenvolvido pela equipe do Núcleo de Crianças e Jovens da Escola de Artes Visuais do Parque Lage (NCJ/EAV) para a ação educativa na mostra “Brasil Redescoberto”, curadoria de Carlos Martins, exibida no Paço Imperial em 1999. A metodologia aplicada nesta ação estava imbuída dos princípios norteadores do trabalho da equipe do NCJ/EAV considerados pertinentes, tais como: percepção das diferenças individuais na compreensão do mundo como fator determinante no processo de conhecimento de cada um; papel do professor em perceber e facilitar este processo; formação anterior; e valores de cada um, considerados como ponto de partida para a construção de um novo olhar e um novo pensamento.

No projeto coordenado pela educadora Maria Tornaghi, que contou com a parceria da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a proposta da curadoria, foram identificados dois eixos possíveis que alinhavam a visita com o cotidiano do visitante: a ideia de viajante; e a ideia de coleção. Como em outras propostas desta equipe, uma atividade prática foi articulada à visita, a fim de agregar sentido às questões identificadas. Enfim, uma forma de ativar a percepção e criar uma memória.

Ao falar em atividades de ensino e aprendizagem, antes de tudo, estamos falando das possibilidades de invenção, de percepção e de sujeitos vivos e ativos na perspectiva de uma educação emancipadora, em que os recursos culturais existentes surgem como elementos de expansão do conhecimento e de apropriação de um bem comum. Assim, a mediação cultural faz parte de uma ação estratégica de aproximação do público escolar com o universo dos arquivos. As ações educativas pretendem ativar uma memória afetiva e despertar a curiosidade do visitante, fazendo-o sentir-se parte dessa cultura e reconhecendo como seu o patrimônio documental.

Compreendemos que da maneira como se apresenta ao aluno um novo conteúdo criam-se condições para uma aproximação ou um afastamento. Nesse sentido, ampliar simplesmente o universo de campo de investigação do público escolar, sem nenhum senso crítico, incluindo os equipamentos culturais da cidade na construção do conhecimento destes, pode funcionar como mais um reforço à exclusão. Por isso, ao traçarmos uma ação educativa, temos em mente a perspectiva freireana de que o ato de ensinar exige respeito aos saberes dos educandos. Não apenas aos saberes socialmente construído na prática comunitária, mas também à discussão com os alunos sobre a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

## **A visita**

“Itinerários Indígenas” é uma mostra que trata de “deslocamentos de diversas ordens, com outras leituras do território, do tempo histórico, dos povos indígenas e do acervo do Arquivo Nacional” (HEYNEMANN e MONTEIRO, 2017). A primeira exposição, dentre tantas já exibidas, tem como tema a presença indígena nos acervos no Arquivo Nacional. Aos itinerários de cronistas, religiosos, naturalistas, militares, fotógrafos, antropólogos e administradores revelados nesta pesquisa, acrescenta-se o itinerário das pesquisadoras, com suas escolhas, para compartilhar com o público uma parte deste rico acervo.

A atividade proposta na visita guiada à exposição “Itinerários Indígenas” foi planejada visando à interação com o visitante, que é estimulado a construir seu próprio itinerário de visitação. Após a exibição do filme institucional do Arquivo Nacional que apresenta seu acervo e atividades, o grupo conversa com as curadoras, que explicitam as escolhas que fizeram e o caminho da pesquisa que resultou na exposição. Observamos a aproximação entre essas escolhas e os roteiros de uma viagem. Então, sugerimos ao grupo visitar a

exposição como se fosse um viajante escolhendo os pontos que mais atraíam sua curiosidade para registrar em um “caderno de viagem”. O material para tais registros consiste em pranchetas construídas com material reciclado, cartelas de etiquetas adesivas e canetas esferográficas coloridas, distribuídas para cada um dos participantes.



### 1. Visita dos alunos da Escola Municipal Alencastro Guimarães.

Deixamos claro que um registro é só uma forma de lembrar, que ninguém precisava se preocupar em fazer desenhos elaborados e que quem não se sentisse à vontade para desenhar poderia fazer seu registro por escrito também. As curadoras acompanham as visitas prontas a esclarecer as dúvidas dos visitantes. Por fim, ao chegarmos à sala da educação, espaço especialmente criado para as atividades do EDARQ, os alunos são

orientados a deixar um registro de sua visita ao Arquivo Nacional. No espaço de um quadro, originalmente em branco, barbantes coloridos, pontuados pelas etiquetas produzidas pelo grupo, representam sua visita. Das oito etiquetas registradas, uma é escolhida pelo próprio participante para marcar seu itinerário no painel. Trata-se de um trabalho acumulativo, que se acrescenta aos diferentes percursos, olhares e observações. O restante das etiquetas é colado em uma folha A4, dobrada especialmente para este fim, formando uma caderneta, com uma imagem (carimbo) do Arquivo em sua capa. Esta caderneta é levada pelo participante como lembrança de sua visita.



## 2. Alunos do Colégio Estadual João Alfredo organizando seus registros após a visita

A construção desse itinerário coletivo acontece em meio a uma negociação entre os alunos, no intuito de reconhecer e respeitar as escolhas e a leitura que cada um fez da exposição. Partindo do princípio de que não se vê uma exposição em uma única visita, observamos que um objetivo para a mediação pode ser provocar o interesse do visitante em retornar. Como afirma Tornaghi, “se a visita é prazerosa, se o interesse pela exposição é estimulado, o conhecimento específico do que está exposto acontecerá durante e depois da visita e o visitante sairá querendo conhecer ainda mais sobre o que viu” (TORNAGHI, 2014, p. 17).

## Considerações finais

As respostas positivas dos grupos são, com certeza, um indicador para que se dê continuidade à proposição de atividades que envolvam a percepção, a produção e a reflexão dos participantes. Além da mediação na visita, elaboramos um material de apoio ao professor contendo a sugestão de atividades a serem feitas em sala de aula, com a possibilidade de aprofundar o tema da visita, sempre tendo o documento de arquivo como recurso pedagógico.

Com base no sucesso dessa iniciativa, entende-se que propor atividades que envolvam um fazer coletivo, uma habilidade, provocando no participante um envolvimento com o que se está conhecendo, não só se constitui em uma ferramenta de aprendizagem, como também favorece a construção de outras narrativas para a contextualização dos documentos de arquivo, para além da disciplina de história.

Por fim, cabe frisar que as atividades da Equipe de Educação em Arquivos são planejadas em consonância com as diretrizes emanadas pelo grupo de especialistas da Câmara Técnica de Capacitação de Recursos Humanos do Conselho Nacional de Arquivos (CTCRH/CONARQ). Isso, alinhando suas ações à recomendação de fomentar o desenvolvimento de novas formas e ferramentas de educação e pesquisa, expressa na 38ª Conferência Geral da UNESCO, em 2015, com base, também, na recomendação do uso de diversas fontes e questões de patrimônio cultural, diversidade e respeito ao outro, expressa na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ministério da Educação.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó/SC: Argos, 2009.

ALDABALDE, Taiguara Villela; RODRIGUES, Georgete Medleg. **Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v27n3/0103-3786-tinf-27-03-00255.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2017.

ALMEIDA, Ana Cristina Rocco Pereira. **Proposta de trabalho: experiência para a arte**. Tese Doutorado em Artes), Universidade de São Paulo, 1991.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Proposta e moções aprovadas na plenária final**. Brasília: CNARQ, 2011. Disponível em: <<http://www.arquivista.net/2011/12/19/propostas-e-moco-esaprovadas-no-i-cnarq>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

BORRIAUD, Nicolas. **Estética relacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CASTILLO, Sônia Salcedo del. **Arte de expor: curadoria como exoposis**. Rio de Janeiro: Nau, 2014.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 34, 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia05/>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HEYNEMANN, Cláudia; MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. **Itinerários indígenas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017. Catálogo da exposição Itinerários indígenas.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Lições das coisas: o enigma e o desafio da Educação Patrimonial**. Disponível em: <[https://www.academia.edu/11934966/Li%C3%A7%C3%B5es\\_das\\_Coisas\\_o\\_enigma\\_e\\_o\\_desafio\\_da\\_Educa%C3%A7%C3%A3o\\_Patrimonial](https://www.academia.edu/11934966/Li%C3%A7%C3%B5es_das_Coisas_o_enigma_e_o_desafio_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Patrimonial)>. Acesso em: 18 set. 2017.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)>. Acesso em: 23 ago. 2016.

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online: ação educativa no universo virtual**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015.

MEC. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Disponível em: <<http://basenacional.comum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

MEMÓRIA LAGE. **João Carlos Goldberg**. Disponível em: <<http://www.eavparquelage.rj.gov.br/memoria/gestor/joacarlos-goldberg/>>. Acesso em: 16 set. 2017.

PADULA, Cristina; TORNAGHI, Maria; QUEIROZ, Tânia (orgs.). **O mundo é mais do que isso**: mediação e a complexa rede de significados da arte e do mundo. Rio de Janeiro: EAV, 2014.

REVISTA ACESSO LIVRE, n. 6, jul. 2016. **Dossiê Arte e Patrimônio**. Disponível em: <[https://issuu.com/acessolivre/docs/revista\\_acesso\\_livre\\_n\\_\\_6\\_-\\_julho](https://issuu.com/acessolivre/docs/revista_acesso_livre_n__6_-_julho)>. Acesso em: 18 set. 2017.

TORNAGHI, Maria. **Reflexões sobre arte, museus de arte e aprendizagem de arte**. Disponível em: <[http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao\\_artistica/0010.html](http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao_artistica/0010.html)>. Acesso em: 20 mai. 2016.

WULF, Christoph. **Homo Pictor**: imaginação, ritual e aprendizado mimético no mundo globalizado. São Paulo: Hedra, 2010.

### 3. O PÚBLICO ESCOLAR NAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**ALDABALDE, Taiguara Villela <sup>1</sup>**  
**COSTA, Camila Mattos da <sup>2</sup>**

1. Universidade Federal do Espírito Santo.  
CCJE. Departamento de Arquivologia  
Av. Fernando Ferrari, 514 |  
Goiabeiras, Vitória - ES | CEP 29.075-910  
taiguara.aldabalde@ufes.br; taiguara@usp.br

2. Universidade Federal do Espírito Santo.  
CCJE. Departamento de Arquivologia  
Av. Fernando Ferrari, 514 |  
Goiabeiras, Vitória - ES | CEP 29.075-910  
camilamcta@gmail.com

#### RESUMO

Este artigo tem por objetivo expor um dos desdobramentos de uma pesquisa iniciada no doutorado em Ciência da Informação, a partir de um enfoque relativo à presença do público escolar em uma instituição arquivística estadual. Procedeu-se à identificação da presença do público escolar durante práticas de mediação cultural no contexto educativo, com base na produção de indicadores, com base nos dados inscritos nos registros arquivísticos dos fundos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Os resultados quali-quantitativos correspondem a 84 práticas de mediação cultural com o envolvimento do público escolar e aos seguintes tipos de práticas de mediação cultural identificadas também como ações educativas: visitas escolares, visitas universitárias, seminários, fóruns, oficinas, conferência, mesa-redonda, encontros, palestras e debate. Concluiu-se que o público escolar possui o maior peso nas práticas de mediação cultural dessa instituição arquivística e que as parcerias com as escolas, professores e instituições de ensino são cruciais para o desenvolvimento dessas práticas.

**Palavras-chave:** Público escolar. Mediação cultural. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

## Introdução

Em decorrência da *Revolução Francesa*, os serviços educativos, a partir de 1793, passaram a ser concebidos no contexto da elaboração de políticas para a educação pública e da concepção de museu-escola (BENXAYER, 2007). Para além dos museus, os arquivos são entendidos como lugar dos documentos, em razão de sua própria raiz latina *docere*, que significa “ensinar”. As atividades culturais praticadas nos arquivos estaduais remetem a 1867, na França, quando dossiês sobre diversos temas e tipos documentais passaram a compor as primeiras exposições nas instituições arquivísticas (CHAVE, 2012). Franz (1986) aponta que desde 1880 já ocorriam visitas do público escolar aos arquivos por ordens ministeriais da Bélgica às instituições de ensino. Assim, encontra-se também no século XIX a primeira base para a política pública na direção do encontro entre arquivos e educação. O histórico que fundamenta a evolução de políticas da educação no sentido dos arquivos remete à passagem dos direitos civis no século XVIII aos direitos políticos no século XIX e destes aos direitos sociais no século passado, com destaque para o direito à educação.

Em busca de um entendimento mais recente sobre essas atividades, Benxayer (2007) realizou uma experiência que se iniciou em 2003, a qual consistiu em uma investigação nacional sobre os serviços educativos e culturais nos arquivos públicos franceses. Tal experiência permitiu ao autor constatar que a definição de serviços educativos era imprecisa, pela falta de critérios para sua definição, de modo a interferir nos resultados quantitativos e qualitativos da pesquisa. O autor pontua: “O serviço educativo não é um estabelecimento que dispensa um ensino” (BENXAYER, 2007, p. 68, tradução nossa).

Benxayer (2007) salienta que o lugar das instituições de ensino e dos professores é imprescindível para os arquivos públicos. Reforça que o papel dos agentes educativos é cumprido quando eles se servem dos métodos pedagógicos para possibilitar aos cidadãos uma apropriação do patrimônio documental. O autor sublinha que os professores são responsáveis por atividades e, também, por projetos educativos, em parceria com os arquivos estaduais, tendo em vista o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e a democratização dos acervos.

É notável que o termo *serviço educativo* figura no dicionário coordenado por Camargo e Bellotto (1996) como algo que não se refere a uma inovação, ao menos em termos teóricos, para o campo da Arquivística no Brasil. Guardadas as devidas particularidades dessa expressão linguística, é possível encontrar práticas não apenas nos

países francófonos, mas também em outros países, como a Alemanha, onde a dita “*Archivpädagogik*” é definida no *Multilingual Archival Terminology* (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2012) como uma coordenação do campo de trabalho dos arquivos públicos para a apresentação e o uso de materiais de arquivo em escolas por professores.

No Brasil, os direitos educativos já eram previstos no século XIX e em meados do século XX pelos seguintes dispositivos legais: a) art. 179 da Constituição Imperial (1824); b) art. 72 da Constituição Republicana (1891); e c) arts. 148 e 149 da Constituição Brasileira de 1934. Em termos recentes, há um marco pertinente sobre o binômio arquivo-educação: a *Primeira Conferência Nacional de Arquivos*. Nesta, ficou aprovada a criação de serviços educativos em curto e médio prazo na proposta 3 do eixo 4 (“Acesso aos arquivos, informação e cidadania”):

Promover os arquivos públicos como espaços de conhecimento e cidadania por meio de: criação e implementação de serviços de difusão, *educativos* e culturais como canal de diálogo com a sociedade e mudança de paradigma da imagem dos arquivos; pesquisa de perfil dos usuários para orientação de melhorias nos serviços prestados e criação de estratégias de difusão do acervo; divulgação dos serviços de maneira ampla e ágil aproveitando os recursos tecnológicos atuais de comunicação; contratação de *equipes multidisciplinares*; e qualificação de espaços e profissionais de arquivos para atender aos usuários respeitando suas necessidades e possibilitando o acesso dentro do conceito de acessibilidade universal. Recomenda-se que essas ações sejam implementadas a curto e médio prazo (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 4, grifo nosso).

Entende-se que para o avanço dessa proposição seria relevante ter em vista os beneficiados e, mais especificamente, o público escolar. No sentido de conhecer a realidade desse público e das práticas desenvolvidas para atendê-lo em um arquivo público estadual, busca-se abordar as seguintes questões: Qual é o peso do público escolar no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) a partir da redemocratização do Brasil? e Em que medida há práticas de mediação cultural que podem ser identificadas também como ações educativas?

Para responder a tais questões, adotaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: a) pesquisa documental caracterizada pelo recorte do material, isto é, dados concretos extraídos de documentos com valor probatório chamados “arquivos de uma organização pública”, a partir do qual recorte investigativo foi possível extrair novos indicadores; e b) identificação da presença do público escolar, que inclui os estudantes do

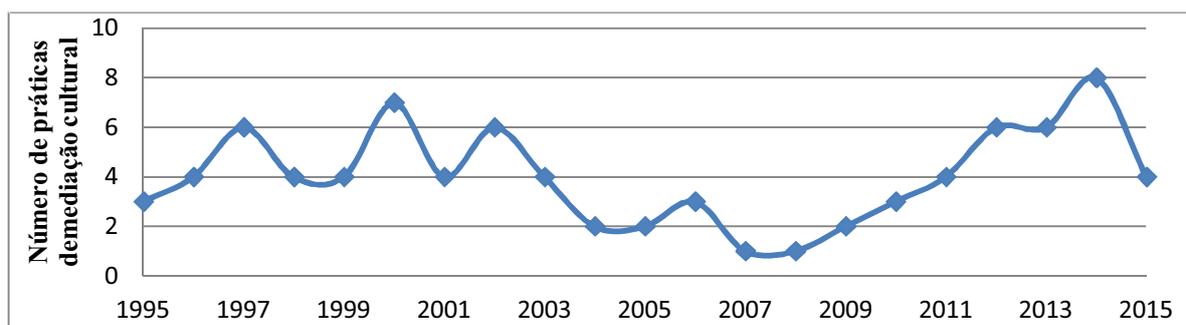
ensino fundamental, médio e superior, e de mediadores no espaço de efetivação de atividades culturais em um contexto educativo, com base nos fundos do APEES.

A seguir, apresentam-se os resultados quali-quantitativos sistematizados, que incluem os números totais das práticas, com os respectivos tipos de prática de mediação cultural, com base em Vela (2001), e a observância do critério para a seleção, isto é, a ocorrência de interações com o público escolar nessa, instituição pelo uso tanto didático quanto paradidático do espaço do APEES. Ao decorrer da apresentação, abordam-se alguns aspectos contextuais julgados relevantes.

## A dinâmica entre arquivo e educação: Identificando tipos e números de práticas de mediação cultural

Em que pese à lacuna de registros sobre os públicos que participaram ou que foram atendidos durante as gestões do Arquivo, foi possível encontrar documentos no fundo APEES, isto é, no processo de redemocratização do Brasil, que inclui a Segunda Gestão Achiamé (1979-1983), a Gestão Cecília Lindemberg (1984-1987), a Gestão Inês Pupa (1987-1995) e a Gestão Lazzaro (1995-2015). Encontram-se apenas nesta última os documentos permanentemente arquivados, cujas inscrições dos nomes dos participantes e das respectivas instituições de ensino servem como fontes incontornáveis para o levantamento da presença de alunos de escolas de universidades a partir de 1995, desde o primeiro ao último ano da Gestão Lazzaro (1995-2015). É possível observar que 84 práticas de mediação cultural estão distribuídas por ano na série temporal representada no Gráfico 1, em perspectiva diacrônica:

**Gráfico 1** – Série temporal em números absolutos das práticas de mediação cultural com a presença do público escolar e universitário no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (1995-2015)



Fonte: Adaptado com base em ALDABALDE (2015).

Esses números podem indicar que os arquivos públicos do País, pelo menos perante os respectivos poderes administrativamente a estes vinculados, podem ser lugares praticados compatíveis com as políticas públicas do setor da educação. Isso poderia agregar o planejamento de atividades às instituições educativas, às escolas, às universidades, às secretarias de educação e ao próprio Ministério da Educação. Tais parcerias não se situam apenas no campo da possibilidade, mas também no caso do APEES, conforme o Quadro 1:

**Quadro 1** – Relação das pessoas jurídicas associadas ao setor educativo colaboradoras nas práticas de mediação cultural no APEES

Natureza da pessoa jurídica	Nome
Associação	Centro de Estudos e Pesquisas do Espírito Santo
Institutos	Instituto Elimu Instituto Frei Manuel Simón Instituto Histórico e Geographico do Espírito Santo Instituto Histórico de Iconha Instituto Marlin Azul Instituto Sincades Instituto Teuto de Vitória
Escolas	Centro de Ensino Superior Anísio Teixeira Centro Educacional Charles Darwin Centro Educacional Sonho Meu Centro Educacional Leonardo Da Vinci Centro de Integração Empresa-Escola Centro Universitário São Camilo Colégio Sacré-Coeur de Marie Colégio Santa Catarina Colégio Pio XII Colégio Mobile Colégio Nacional Escola Núcleo Educacional Piaget Escola Neo (Núcleo de Educação Orientada) Escola Superior São Francisco de Assis Escola São Domingos Escola Monteiro Lobato CEMS Fundação Bradesco Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Gomes Cardim Escola Estadual de Ensino Fundamental Alice Holzmeister em Santa Leopoldina Escola Estadual de Ensino Fundamental Otto Ewald Junior Escola Estadual de Ensino Fundamental Alberto de Almeida Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Hosana Salles Escola Estadual de Ensino Fundamental Liberal Zandonadi em Venda Nova do Imigrante Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Zumbi dos Palmares Escola Estadual de Ensino Fundamental e

	Médio Experimental de Vitória Escola Municipal de Ensino Fundamental São Vicente de Paulo Escola Municipal de Ensino Fundamental Serrana
Faculdades e instâncias universitárias	Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo Faculdade Saberes Cinema Universitário da Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo Escola de Primeiro Grau da Universidade Federal do Espírito Santo Escola Técnica Federal – CEFETES Fundação Ceciliano de Abel Almeida da Universidade Federal do Espírito Santo Instituto Federal do Espírito Santo, campus Aracruz Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudo em Educação Ambiental do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo Projeto Universidade Para Todos (UFES) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo Projeto Universidade Para Todos (UFES) Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura Universidade Federal Fluminense (Curso de Arquivologia)
Poder executivo estadual	Secretaria de Estado da Educação Subsecretaria de Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Educação
Município	Secretaria de Educação de Pancas

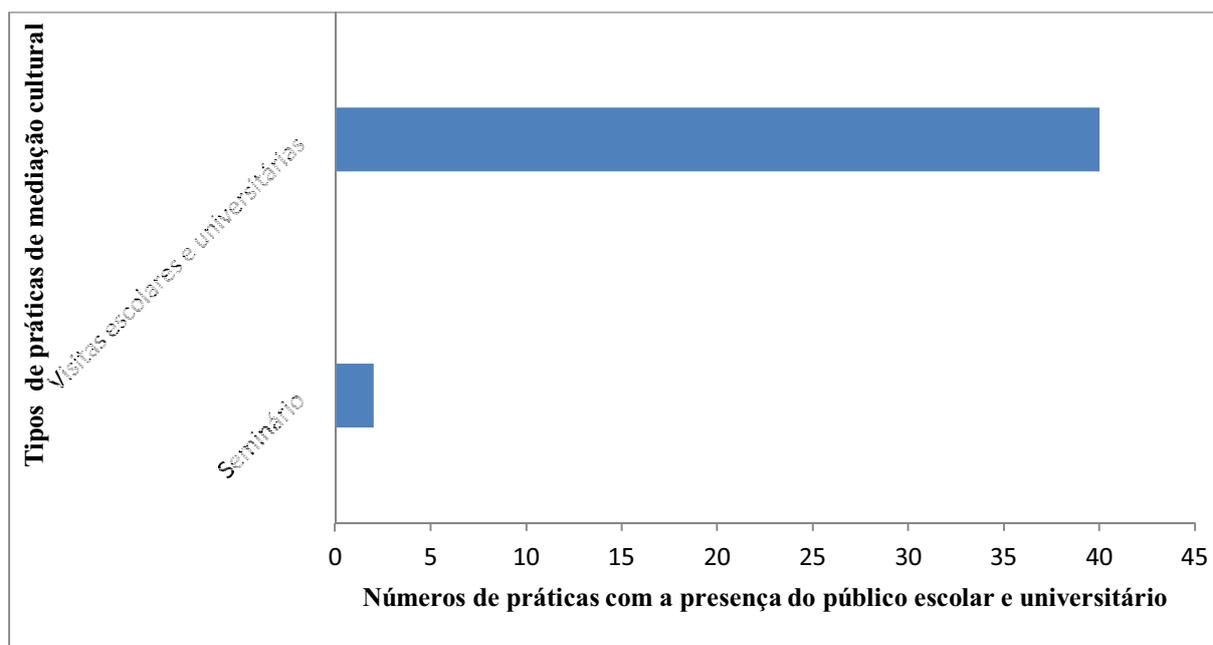
**Fonte:** Elaborado pelos autores, com base nos relatórios, *clippings*, comunicações internas, ofícios e *Diário Oficial do Estado do Espírito Santo*.

As colaborações entre as pessoas jurídicas associadas ao setor educativo e o APEES reforçam a opinião de Chave (2012): é necessário articular a política arquivística com a política de outros setores do Estado, pois isso é central para os arquivos. Dentre as principais parcerias entre as instituições de ensino e o APEES estão os institutos, as escolas primárias e secundárias e as universidades. As parcerias ocorreram por iniciativa bidirecional. Em outras palavras, tanto os agentes educativos quanto o APEES buscaram estipular cooperações.

Para reconhecer a realidade das práticas de mediação cultural como ação educativa, optou-se por dividir a Gestão Lazzaro (1995-2015) em duas fases. A primeira, de 1995 a 2003, é marcada por sucessivas crises econômicas e políticas. A segunda inicia-se a partir do primeiro mandato de Paulo Hartung (2004-2006), quando foram sanados problemas econômicos emergenciais e as políticas culturais do Estado ficam constituídas com autonomia da SECULT. A partir da segunda época, optou-se por distinguir os governos. Neste primeiro momento, a Gestão Lazzaro (1995-2015) tinha dificuldades orçamentárias, óbice para manter a infraestrutura básica do funcionamento do APEES. É precisamente no descompasso entre a realidade insalubre da instituição e o sucesso nas metas propostas que se caracterizou esse início da administração. Assim, apesar de o APEES colocar entre suas prioridades problemas associados a recursos humanos, instalação, acondicionamento, higienização, equipamentos e condições de atendimento, ainda assim foi possível iniciar o trabalho editorial inovador no contexto da trajetória do Arquivo Público capixaba. Não obstante essas dificuldades, o APEES realizou um número considerável de práticas com o público escolar.

O Gráfico 2 apresenta os tipos e os números de práticas de mediação cultural durante este período:

**Gráfico 2** – Série tipológica em números absolutos das práticas de mediação cultural dirigidas ao público escolar na primeira fase Gestão Lazzaro (1995-2003)



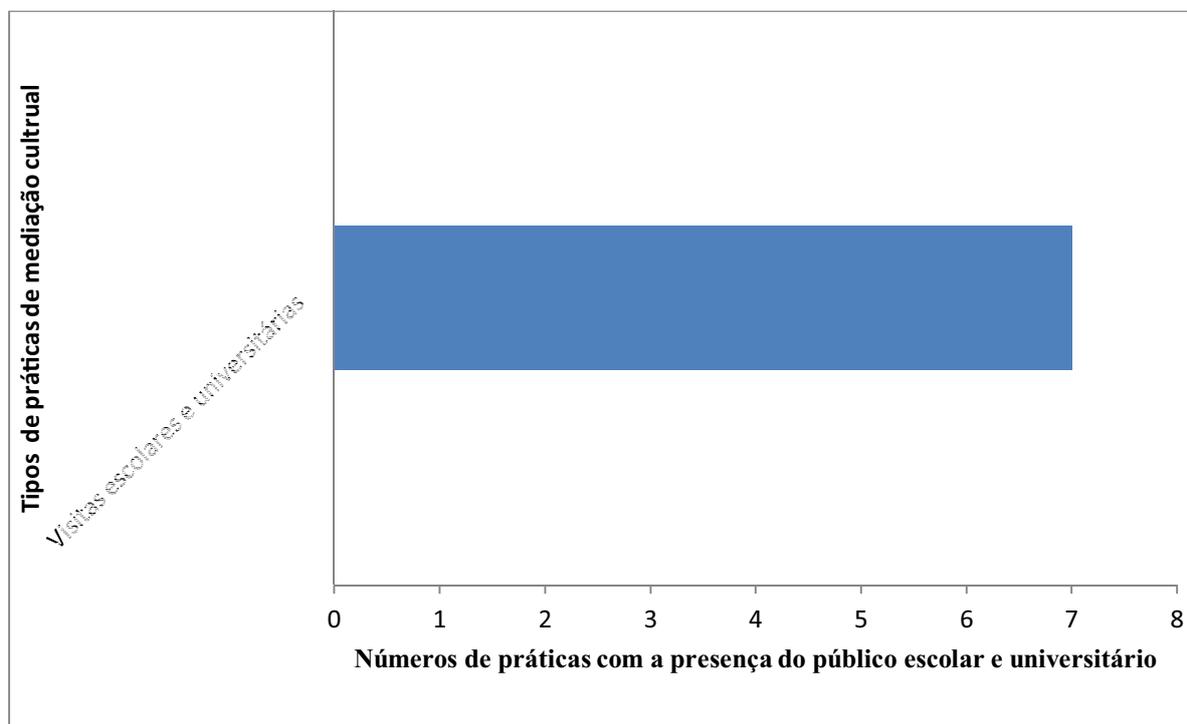
Fonte: Adaptado com base em ALDABALDE (2015).

A comparação da realidade representada por esses números com as informações contidas em pesquisas sobre arquivos de outros estados revela que o APEES não é o pioneiro nesse tipo de serviço e que há similaridades documentadas nos arquivos públicos de Minas Gerais. Nesta direção, Silva (2008) registra que houve parceria com 39 escolas, por meio de atividades de professores em sala de aula, mediante disponibilização de fontes documentais e a participação de alunos, que elaboraram cadernos paradidáticos sobre a história dos bairros da cidade de Belo Horizonte. De acordo com o autor, os professores que praticam mediação cultural no arquivo servem-se dos métodos pedagógicos que possibilitam aos cidadãos se apropriarem do patrimônio. Isso reforça Benxayer (2007) quando salienta o papel dos professores na montagem de dossiês pedagógicos e de projetos voltados para o ensino com e nos arquivos. O autor observa que o Ministério da Cultura da França influenciou os serviços de arquivo ao apresentar orientações na matéria de educação artística e cultural.

Para Benxayer (2007), a evolução do campo pedagógico para o campo cultural marcou a diversificação dos serviços arquivísticos, de tal modo que a própria definição de serviço educativo orientou os professores a participarem da elaboração do Programa de Desenvolvimento Cultural dos Arquivos. Isso não pode passar despercebido quando se analisa a estrutura do APEES, pois nota-se que até a aprovação da Lei Complementar 370, de 3 de julho de 2006, no final do primeiro mandato de Paulo Hartung (2004-2006), o APEES contava com uma “Divisão de Apoio Cultural”, a qual passou a ser “Departamento de Pesquisa e Apoio Cultural”, atual Coordenação de Acesso à Informação, que assimilou atribuições.

O Gráfico 3 registra uma redução nos tipos de práticas ofertadas ao público escolar:

**Gráfico 3**– Série tipológica em números absolutos das práticas de mediação dirigidas ao público escolar durante o primeiro mandato de Hartung (2004 a 2006)



**Fonte:** Adaptado com base em ALDABALDE (2015).

Salienta-se a possibilidade de essa diminuição estar vinculada tanto com à visão do governante quanto à dos gestores de arquivo, pois Bellotto (2002) pontua que a missão social dos arquivos apresenta um dissenso entre os administradores, os profissionais de arquivo e os professores de arquivística. Os últimos chegaram a considerar que alguns serviços são um desvio de função, uma perda de recursos ou, até mesmo, um modo de encobrir a inoperância das instituições arquivísticas em relação a suas atribuições jurídico-administrativas (BELLOTTO, 2002).

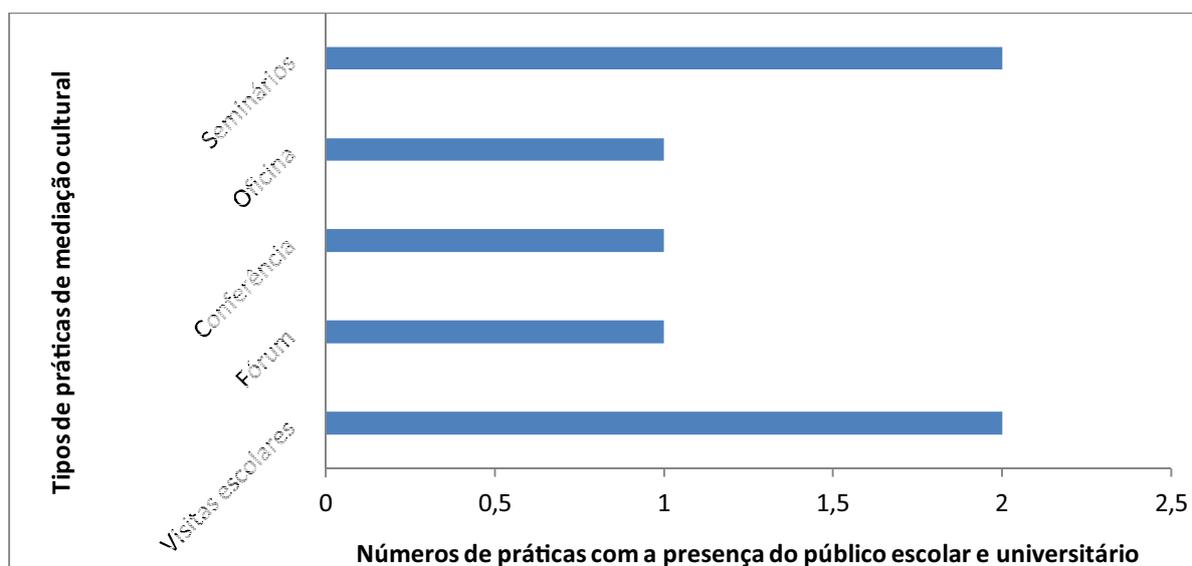
Neste período, o APEES foi transferido da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão para a Secretaria de Cultura. Pontua-se que há uma similaridade entre o APEES, o Arquivo do Estado de São Paulo e o Arquivo Público Mineiro (APM): a cultura. O segundo passou para a Casa Civil, em 2007, ao passo que o terceiro permaneceu na Secretaria de Cultura, desde 1983. Há também em comum com esses dois arquivos estaduais a educação. O APEES esteve ligado à Superintendência do Diretor da Instrução Pública Primária e Secundária. O APM, por sua vez, esteve vinculado à Secretaria de Educação. Por fim, o Arquivo do Estado de São Paulo foi ligado à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e da Saúde Pública (1931). Isso é relevante, pois esses vínculos são

evidências de que o Estado já reconhecia as relações entre os arquivos e a educação em termos oficiais.

O estudo de Silva (2008) evidencia que uma das formas de intercâmbio do arquivo com a sociedade se dá mediante a interação arquivo-escola. Nesse sentido, o autor pontua certos tipos de prática que convergem entre a mediação cultural e a ação educativa, de modo que os arquivos serviriam como fonte de interpretação. Estes tipos são, respectivamente: visitas, ciclo de palestras, debates, cursos e workshops.

Apesar de não possuir um viés educativo, mas de expressão cultural e, portanto, não constar nos gráficos apresentados, no segundo mandato de Paulo Hartung (2007-2010) houve a presença de professores que ensinam o pomerano, língua da antiga região da Pomerânia, de onde partiu uma população de pomeranos para habitar os territórios capixabas. Essa presença de atores educativos se deu em um contexto relacionado com uma efeméride que culminou com a promulgação de uma lei: “Dia Estadual da Imigração Pomerana”. Ainda que diversas práticas de mediação cultural não tenham sido encaminhadas também na direção de atingir objetivos didáticos, verificou-se um aumento significativo de tipos de atividades, como mostra o Gráfico 4:

**Gráfico 4** – Série tipológica em números absolutos das práticas de mediação cultural dirigidas ao público escolar durante o segundo mandato de Hartung (2007-2010)



Fonte: Adaptado com base em ALDABALDE (2015).

No Governo Renato Casagrande (2011-2014), houve destaque para o I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais, realizado com o apoio do Instituto Sincades. Dentre as comunidades envolvidas nessa prática de mediação cultural, encontram-se indivíduos da etnia cigana Calon. Com isso o APEES ficou mais conhecido pela sociedade, em conformidade com a indicação de Bellotto (2014) de que os arquivos devem dirigir-se a todos os membros de uma comunidade, inclusive aqueles que desconhecem a instituição arquivística.

Bellotto (2007) situa os arquivos como instituições que podem alterar a percepção do documento como algo que possui valor didático. A autora reforça a atuação do arquivo como a fonte primária imprescindível para o aprendizado da história e destaca sua relevância enquanto patrimônio documental. Além disso, apresenta múltiplas propostas de atividades associadas aos arquivos públicos que convergem com encaminhamentos pedagógicos, tais como: palestras, colóquios, seminários, programas educativos, cursos, oficinas, visitas monitoradas e treinamentos.

Bellotto (2002) considera que o público do arquivo não se reduz a um nicho específico, mas que vai além das salas de consulta, razão pelas qual se constitui de um público potencial a ser conquistado. O arquivo é entendido como um lugar onde os cidadãos possam refinar seus conhecimentos por meio da aprendizagem no campo da história, a partir do patrimônio documental de que a sociedade é proprietária e beneficiária. Para a autora, é por meio das atividades culturais que o arquivo, enquanto instituição se representará e se fará compreender para o seu público.

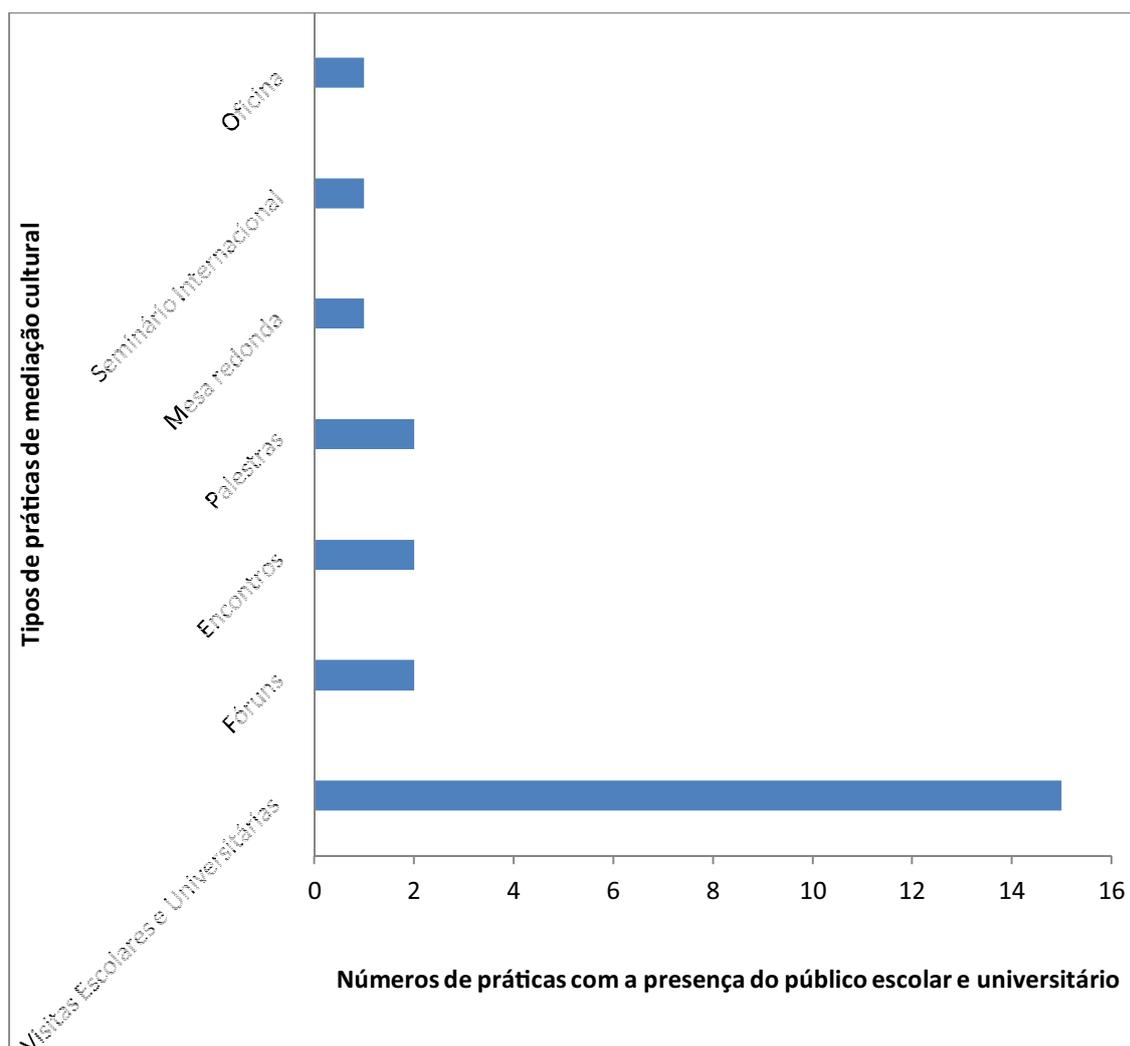
O arquivo também se define como um espaço potencial para favorecer a maior participação dos professores na democratização do patrimônio documental, visto que poderiam, a exemplo do que ocorre na França, tomar a iniciativa de integrar todo o processo de mediação cultural e de planejamento de ações educativas. Benxayer (2007) ressalta que os professores propõem e ficam responsáveis por atividades executadas nos arquivos públicos franceses. No caso do APEES, identificou-se a participação de professores, principalmente, nas visitas à instituição. Não obstante, o autor constata que nos arquivos franceses existe uma colaboração profunda e duradoura, de modo que os professores ficam responsáveis por projetos voltados para o ensino no interior dos arquivos.

Durante o governo seguinte, de Casagrande (2011-2015), os números atingiram os níveis mais altos nos dois aspectos: qualitativo e quantitativo. É preciso salientar que Casagrande (PSB) foi vice-governador de Vitor Buaziz (PT), que indicou a Gestão Lazzaro

(1995-2015). Neste período, o APEES alcançou um aumento significativo de práticas de mediação cultural. Isso também se refletiu nas práticas envolvendo aspectos educacionais dirigidas ao público escolar e ao público universitário.

O Gráfico 5 distribui essas práticas da seguinte maneira:

**Gráfico 5** – Série tipológica em números absolutos das práticas de mediação cultural dirigidas ao público escolar durante o Governo Casagrande (2011-2014)



Fonte: Adaptado com base em ALDABALDE (2015).

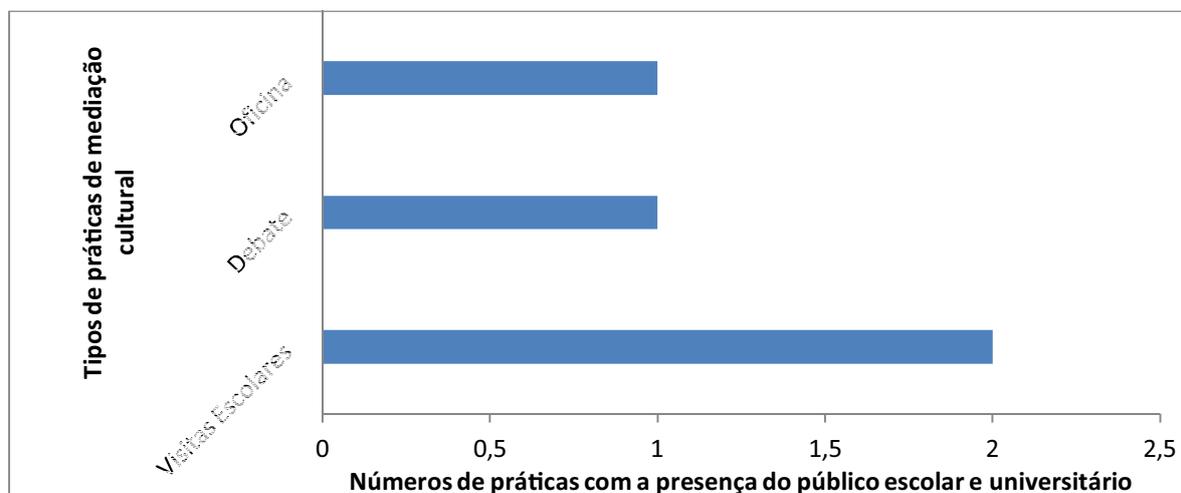
Dados os aspectos contextuais das práticas de mediação cultural, é preciso salienta a relevância daquelas que convergem em direção à ação educativa, pois a educação abre espaço para convergência de diversas mediações (mediação da informação, mediação do conhecimento e mediação cultural) e ao desenvolvimento de competências (competência leitora, competência informacional e competência cultural).

No trabalho desenvolvido pelo APEES com as escolas, não se verificaram a oferta de treinamento aos professores e a produção de material para orientação para eles. Também não há registro de treinamento de cunho pedagógico específico para os monitores ou os envolvidos nas visitas escolares.

Entende-se que é preciso observar a pluralidade dos arquivos e superar o paradigma tecnicista que pode ser observado na assertiva sobre a produção na área de Arquivologia: “A ausência de pesquisa acarreta ainda aquilo que Bosi (1993) designa como o ‘mundo do receituário’, das fórmulas feitas, muitas vezes normas marcadas pelo tecnicismo e uma pretensa neutralidade” (JARDIM, 1999, p. 43). A admissão de uma postura de valorização dos valores democráticos significaria que os arquivos devem exercer uma função cujo principal objetivo seria o de romper com o isolamento e a falta de diálogo com o cidadão (ALBERCH e BOADAS, 1991). Seguindo essa lógica, não apenas os arquivos seriam reconhecidos mais adequadamente como também os próprios cidadãos seriam beneficiados, pois deixariam de ignorar a razão de ser dos arquivos, tomando ciência dessas instituições (ALBERCH I FUGUERAS; BOADAS, 1991).

É preciso reconhecer que os arquivos ainda não estão no rol das políticas de Estado e que os diferentes governos detêm o poder de decisão sobre os recursos humanos, financeiros e materiais destinados às instituições arquivísticas. Por isso, é indispensável valorizar adequadamente os benefícios não materiais – isto é, a imagem dos arquivos para a sociedade, o prestígio da função das instituições arquivísticas e as justificativas de suas razões de ser diante dos responsáveis políticos. A fim de entender até que ponto o comprometimento das práticas de mediação cultural está relacionado com a continuidade dos governos, mapearam-se as práticas do início do segundo Governo Hartung (jan. – ago. 2015), de maneira que já no primeiro ano encontra-se o seguinte desempenho (Gráfico 6):

**Gráfico 6** – Série tipológica em números absolutos das práticas de mediação cultural dirigidas ao público escolar durante o segundo Governo Hartung (jan. – ago. 2015)



Fonte: Adaptado com base em ALDABALDE (2015).

Em se tratando dos benefícios que essas práticas conduzem aos públicos, é possível sublinhar o exercício de direitos educativos, com destaque para o fato de que as visitas que complementaram a formação dos participantes agregaram experiências aos públicos. É notável que, apesar de não existir uma estrutura interna ao APEES com finalidades educativas, as visitas são conduzidas pela Coordenação de Acesso à Informação. Também cabe apontar que as práticas de mediação cultural se apoiam, por vezes, na natureza afetiva dos arquivos ou em seu valor histórico. Isso remete à advertência de Lemay (2012) de que é preciso rediscutir a natureza dos arquivos para além do seu valor probatório.

O APEES poderia ter realizado práticas de mediação cultural com convergências para a criatividade e o entretenimento. Cita-se como exemplo a adoção de atividades associadas às indústrias criativas, como o *role-playing game* (RPG), jogo de interpretação baseado na criação ou simulação de personagens, conduzido a partir de um narrador (ALBERCH I FUGUERAS *et al.*, 2001). Esta modalidade de jogo explora a possibilidade de reconstruir um contexto ou evento histórico envolvendo decisões. Um caso de sucesso de partidas do jogo RPG ocorreu sob a tutela do Arquivo Nacional espanhol, que trabalhou o tema da bruxaria no século XVI e XVII em Andorra (ALBERCH I FUGUERAS *et al.*, 2001). Esses jogos podem ser educativos e despertar o interesse do público jovem escolar a partir dos documentos usados como base para o enredo do RPG.

Considera-se, ainda, que a adaptação para uma linguagem jovem por parte do APEES é importante para atrair o público escolar, e isso é tão relevante quanto a adaptação de linguagens aplicadas a outros públicos, como no caso do povo cigano Calon.<sup>1</sup> Ora, o desfrute do patrimônio documental dependeu de práticas de mediação cultural no APEES, que utilizou a linguagem não escrita visual e oral para trabalhar os ciganos. Assim, do mesmo modo, constata-se que os interesses dos adultos vindouros que vão decidir o futuro dos arquivos dependem da adoção de uma linguagem condizente com os interesses de sua faixa etária, situando-se aí o interesse por entreter-se. Esta proposta é enunciada por Bellotto (2002), que reafirma o arquivo também como um local de entretenimento, lazer e, ao mesmo tempo, de aprendizado.

## Considerações Finais

Conclui-se que há práticas de mediação cultural que podem ser identificadas também como ações educativas. Desse modo, foi possível alcançar os seguintes indicadores: a) 84 práticas com a presença do público escolar no APEES durante a Gestão Lazzaro (1995-2015); e b) tipos: visitas escolares, visitas universitárias, seminários, fóruns, oficinas, conferência, mesa-redonda, encontros, palestras e debate.

Em relação ao peso do público escolar no APEES, contactou-se que as visitas escolares têm constituído as mais numerosas práticas de mediação cultural. Com base nisso, é possível concluir que o público escolar foi, e ainda é, ao menos em termos quantitativos, o principal público do Arquivo e que as parcerias iniciadas e mantidas com as escolas, professores e instituições de ensino são cruciais para o desenvolvimento dessas práticas no contexto educativo.

---

<sup>1</sup> Michel Cook (2007) havia proposto a inclusão dos ciganos na política dos arquivos. Segundo Cristina Pereira (1992), uma significativa parte do povo cigano se mantém no analfabetismo como forma principal de comunicação e preservação da sua cultura pelo mecanismo de defesa que se constitui a opção pela oralidade. Para a autora, a defesa ocorre como reação a um contexto persecutório. Ela faz referência a diversos eventos históricos que marcaram as perseguições aos povos ciganos. Ilustra um desses acontecimentos ao citar a obra *Romancero Gitano*, de Garcia Lorca, que denuncia 600 mil assassinatos do holocausto cigano. Assim, os ciganos Calon, sobretudo aqueles que vivem em acampamentos, são, muitas vezes, iletrados, e isso não pode passar despercebido por parte das entidades mantenedoras nem das instituições garantidoras de direitos educacionais. É por isso que o setor da educação, em associação com os arquivos públicos, pode ser um espaço de combate ao analfabetismo e/ou de desenvolvimento da competência leitora.

Também se concluiu que, apesar de os governantes reconhecerem a relevância do APEES para a cidadania por meio de sua associação com o acesso à informação, os governos apresentaram uma assimetria que reflete a economia e os entendimentos dos gestores públicos. Com isso, cabe apontar que os arquivos poderiam ser incluídos como parte das políticas de Estado no setor da educação pública.

## Referências

ALBERCH I FUGUERAS, Ramón. *et al.* **Archivos y cultura**: manual de dinamización. Gijón: Ediciones Trea, 2001.

\_\_\_\_\_; BOADAS, J. **La función cultural de los archivos**. Euskadi: Gobierno Vasco, 1991.

ALDABALDE, Taiguara Villela. **Mediação cultural em instituições arquivísticas**: o caso do arquivo público do estado do Espírito Santo. 2015. 221 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Política de ação cultural e educativa nos arquivos municipais. **Registro**, Indaiatuba, v. 1, n. 1, p. 14-27, 2002.

\_\_\_\_\_. **Como organizar animação cultural e ação educativa em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. O sentido dos arquivos. In: **Ciclo de palestras da diretoria de arquivos institucionais**, 1., 2014, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Belo Horizonte: DIARQ, 2014. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/diarq/anexos/wfd\\_14012774465385cc06bbb48--fala\\_bellotto.pdf](https://www.ufmg.br/diarq/anexos/wfd_14012774465385cc06bbb48--fala_bellotto.pdf)>. Acesso em: 11 maio. 2015.

BENXAYER, M. **L'action éducative et culturelle des archives**: enquête sur les services éducatifs chargé de l'action et de la diffusion pédagogiques et culturelles. França: Ministère de la Culture et de la Communication, 2004.

\_\_\_\_\_. Une expérience reconne depuis plus cinquante ans pour un concept encore imprécis. In: **L'action éducative et culturelle des Archives**. Actes du colloque quelle politique culturelle pour les services éducatifs des archives ?, 1., 2007, Lyon. Procédures... Paris: La Documentation Française, 2007. p. 68-72.

CHAVE, I. Pourquoi valoriser les archives? La problématique en 2010. In: HIRAUX, F.; MIRGUET, F. (Orgs.). **La valorisation des archives**: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations. Louvain: L'Harmattan, 2012.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1., Brasília. **Por uma política nacional de arquivos**. Brasília: CNAR, 2011.

COOK, Michel. Desenvolvimento na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 125-132, 2007.

FRANZ, E. G. **Archives and education**: RAMP study with guidelines. Paris: UNESCO, 1986.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Multilingual Archival Terminology**. Section for Archival Education and Training. Paris: 2012. Disponível em: <<https://www.ica.org/en/online-resource-centre/multilingual-archival-terminology>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

JARDIM, J. M. A universidade e o ensino de Arquivologia no Brasil. In: JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. (Orgs.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1999. p. 31-51.

LEMAY, Y. Comment valoriser? Les options possibles et leurs implications. In: HIRAUX, F.; MIRGUET, F. (Coords.) **La valorisation des archives**: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations. Louvain: L'Harmattan, 2012.

PEREIRA, C. **Ciganos**: a oralidade como defesa de uma minoria étnica. Habana: UNESCO, 1992. p. 34-39. Disponível em: <[http://www.unesco.lacult.org/docc/oralidad\\_04\\_34-39-ciganos-a-oralidade.pdf](http://www.unesco.lacult.org/docc/oralidad_04_34-39-ciganos-a-oralidade.pdf)>. Acesso em: 09 maio. 2015.

SILVA, P. S. S. **Políticas culturais e arquivos públicos**: difusão cultural, acesso e preservação do patrimônio cultural em Minas Gerais - 1995-2005. 2008. 197f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2008.

VELA, S. Tipología de actividades. In: ALBERCH, R.; Boix, L.; NAVARRO, N.; VELA, S. **Archivos y cultura**: manual de dinamización. Gijón: Ediciones Trea, 2001. p. 159-163.

## 4. O PROFISSIONAL DE ARQUIVO COMO EDUCADOR:

repensando a formação e o papel  
do arquivista no processo educativo

**COSTA, Camila Mattos da**

Universidade Federal do Espírito Santo. CCJE.  
Departamento de Arquivologia  
Av. Fernando Ferrari, 514 |  
Goiabeiras, Vitória - ES | CEP 29075-910  
camilamcta@gmail.com

### RESUMO

A educação é um processo complexo, que envolve diversos atores, como, alunos, professores, pedagogos e pais. No entanto, esses atores não precisam ser os únicos envolvidos. Em tempos em que os indivíduos recebem cada vez mais informação ao mesmo tempo e se tornam sujeitos cada vez mais dispersos, é preciso pensar em novas maneiras de educar que tornem a educação atraente para crianças, jovens e adultos. Nesse sentido, as instituições arquivísticas podem e devem se agregar. O arquivo e os documentos arquivísticos podem se tornar eficientes instrumentos para o processo educacional corretamente pensados e trabalhados. A questão que se coloca é: De que maneira os arquivistas e demais trabalhadores de arquivos podem se inserir na educação para além das atividades de educação patrimonial já existentes e mais comuns, como as visitas guiadas às instituições? Esta é uma pesquisa qualitativa exploratória, que considera o processo de educar em/com arquivos, para pensar de que maneira é possível formar arquivistas e outros trabalhadores de instituições arquivistas enquanto sujeitos que se percebam como corresponsáveis no processo educativo. Nota-se um crescente aumento do interesse pelas questões educativas em arquivos. Todavia, urge perguntar: Qual deve ser o papel dos arquivos na educação? e De que maneira os profissionais envolvidos com o fazer arquivístico podem participar ativamente do processo educacional? Ressaltamos que, quando as instituições arquivísticas se envolvem no processo de aprendizagem, os benefícios são mútuos. Além de beneficiar os estudantes e professores, a inserção das instituições arquivísticas também as beneficia, considerando a ampliação da visibilidade dessas instituições na sociedade.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial. Educação em arquivos. Papel do arquivista. Formação profissional do arquivista.

## Introdução

Certa vez, um professor disse a um grupo de estudantes e familiares, em um teatro lotado, em dia de formatura, que a escola não era importante. O burburinho se fez entre os presentes. Pais desesperados, porque alguém parecia dizer a seus filhos que a escolarização não tinha importância; estudantes eufóricos, porque alguém, afinal, havia ousado dizer aquilo que eles haviam pensado por anos. Talvez poucos tenham ouvido que a escola não era importante se fosse entendida como um conjunto de paredes, carteiras, mesas e quadro. Aliás, uma escola pode nem ser isso, como aquelas que funcionam em campos de refugiados. Portanto, esse conjunto não tem valor se vazio. Uma escola só tem importância se dentro dela existirem pessoas que educam e são educadas, que trocam e compartilham saberes e experiências.

Educar não é uma tarefa fácil. Aliás, este é um jargão do senso-comum que não pode ser contestado. De um lado, encontram-se os pais, os professores e os pedagogos, submersos nessa tarefa complicada e intensa de formar indivíduos – seres formados por um todo indivisível, que estão em uma relação com o mundo e que são, juridicamente, titulares de um direito – e cidadãos – seres que possuem uma relação de direito e deveres perante o Estado e os demais seres de sua comunidade; de outro, os alunos. O problema ocorre quando o ato de educar se torna uma missão mais complicada do que já é por definição, devido a outros imperativos sociais: alunos cada vez mais dispersos; falta de condições adequadas de trabalho para os professores; baixa remuneração ou salários atrasados; e crianças superprotegidas ou abandonadas pelos pais e familiares. Assim, há de se reconhecer que educar deve ser uma missão de todos aqueles que compartilham determinado grupo social e, de alguma maneira, sonham com uma sociedade melhor.

De certo modo, educar é abrir espaço para uma sociedade menos desigual. Nas palavras de Casco, a missão de educar:

[...] deve ser norteadada pela vontade de diminuir as desigualdades sociais acirradas pela discriminação de acesso à informação e bens, à fruição de bens culturais, assim como pela ignorância intencional fabricada por quem detém o conhecimento e faz dele um instrumento de poder (CASCO, s.d., p. 4).

O objetivo deste artigo é responder às seguintes questões: De que maneira os profissionais ligados aos arquivos podem atuar na educação brasileira? De que maneira as instituições arquivísticas, arquivistas e demais trabalhadores e trabalhadoras de arquivos

podem participar do importante processo que é educar? Quais são os limites dessa atuação? Na relação arquivo-escola / arquivistas-educadores, quem deve ser o protagonista? E como educar se não fomos preparados para tal missão?

## **A relação entre arquivos e educação**

Jovens cada vez mais dispersos, maior acesso às tecnologias da informação que ajudam e atrapalham em diferentes proporções, professores desmotivados por razões internas e externas a sala de aula... De um lado, situam-se os jovens, que formam a maior parte do grupo em escolarização, sofrendo de tédio na cadeira escolar enquanto mexem nos celulares, com cada vez mais dificuldade de aceitar um modelo de educação no qual não acreditam; de outro, os profissionais da educação, que têm de lidar com problemas de infraestrutura, remuneração baixa ou em atraso e ainda precisam enfrentar esses alunos, tornando a educação algo minimamente palatável para eles. Se educar nunca foi uma tarefa exatamente fácil, aparentemente se torna uma missão desgastante para todos os envolvidos atualmente.

Nóvoa (2009, p. 12) defende que para ensinar é preciso que o professor possua as seguintes características:

- Conhecimento – para ensinar, é preciso conhecer aquilo que se está transmitindo.
- Cultura profissional – o professor é aquele que compreende o sentido da instituição educacional, envolve-se com a profissão e é capaz de aprender (e ensinar) com os colegas mais experientes.
- Tato pedagógico.
- Trabalho em equipe – educar não é uma tarefa individual, mas de uma coletividade.
- Compromisso social.

Uma grande questão que surge a partir da leitura e análise de textos sobre educação prende-se a certa idealização do processo educacional, que parece colocar o professor como um herói, tirando-o de seu contexto social. Aliás, contexto esse cheio de problemas, como os já apontados.

Instituições arquivísticas e escola possuem campos claramente distintos de atuação. No entanto, os dois tipos de instituição sofrem com dificuldades para que tenham seu valor reconhecido. Muitas vezes, no caso dos arquivos, isso ocorre por causa das noções abstratas do que vem a ser um arquivo ou um documento de arquivo ou a própria noção do que é patrimônio e patrimônio documental. No entanto, é possível que a atuação venha a convergir durante o processo educacional. Trata-se de conseguir atuações e objetivos educativos comuns e reconhecer o arquivo como um produto a mais de oferta educativa.

A preservação do patrimônio e a educação estão inseridas em terrenos distintos e em disputa, como, o político, o social e o econômico. Com relação ao território social, a disputa gira em torno de uma educação relacionada a afetividades e que seja capaz de exercer todo o seu potencial transformador (CASCO, s.d. p. 3).

Dentre as características apontadas por Nóvoa (2009, p. 12) e citadas aqui, destaca-se o compromisso social: a educação voltada para os princípios e os valores de inclusão social e a diversidade cultural, sexual e política, que faz com que os arquivos possam fazer parte deste processo. Os documentos de arquivo podem ser utilizados em relação à identidade dos indivíduos, reforçando os valores de comunidade, cidadania e pertencimento.

A definição de educação patrimonial corresponde ao

[...] processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento**, **apropriação** e **valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural** (Cf. HORTA, 1999, p. 4. Grifos e destaques dos autores).

A elaboração de projetos educativos que estejam voltados “para a disseminação de valores culturais, formas e mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda” faz parte de “um projeto de formação de cidadãos livres, autônomos e sabedores de seus direitos e deveres” (CASCO, s.d., p. 2).

A ideia de que é possível educar com patrimônio material faz com que se torne necessária a criação de serviços educativos nas instituições arquivísticas. Os objetivos de um serviço educativo devem incluir as funções e necessidades dos arquivos e das instituições de ensino (ALBERCH I FUGUERAS, 2001, p. 61). O serviço educativo não deve ser sinônimo de uma simples mostra de documentos como peças de museu ou artefatos de curiosidade. É preciso fornecer aos estudantes elementos que lhes permitam entender os documentos em seu contexto de produção sócio-histórico. A educação com arquivos se apoia na ideia de que existe uma relação direta entre patrimônio, consciência de coletividade e aprendizagem.

A relação entre arquivos e educação não é exatamente nova. É possível identificar ações voltadas para serviços educativos em arquivos desde a década de 1950 na França. Até mesmo antes disso, em 1881, encontramos atividades pedagógicas em arquivos belgas (ALDABALDE, 2012, p. 298). Apesar da crescente visibilidade das noções de educação patrimonial e de serviços educativos, elas parecem não ter crescido na mesma proporção nos cursos de Arquivologia. Levantamento realizado por Aldabalde (2012, p. 208) revela que o quantitativo de cursos que ofereciam disciplinas relacionadas ao tema “Educação em arquivos” era relativamente baixo, demonstrando uma lacuna na formação do arquivista. Atualmente, pelo menos quatro cursos de Arquivologia apresentam disciplinas voltadas para o tema.

A grade curricular da Universidade Federal da Bahia (UFBA) contém a disciplina “Ação Cultural e Educacional nos Arquivos”. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) possui a disciplina “Ação Cultural e Educação Patrimonial”. A Universidade Federal do Rio Grande (FURG) oferece a disciplina “Educação Patrimonial”. Em alguns cursos, existem disciplinas voltadas para a difusão. No entanto, *difusão* e *educação* não são termos equivalentes. Além disso, também é possível que a temática “Educação” esteja inserida em disciplinas de tópicos especiais. Aparentemente, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) é a única que disponibiliza uma disciplina voltada exclusivamente para a temática “Educação em arquivos”. A UFES, em seu plano curricular aprovado em 2017, possui a disciplina “Serviços Educativos em Arquivos”, a qual objetiva capacitar o aluno para a promoção de atividades e serviços educativos e pedagógicos nos arquivos.

Aldabalde também apresenta a noção de pedagogia arquivística, ainda pouco explorada no País, provavelmente, porque a própria relação entre as instituições arquivísticas e a escola são também pouco exploradas. Aldabalde (2012, p. 198) define como objetivo da pedagogia arquivística: Explorar “o valor informativo dos arquivos

utilizando-os para fins didáticos com o método de aprendizagem associativa ou outras metodologias educativas”. Ainda segundo Aldabalde (2012, p. 198), “os documentos de arquivos têm potencial para ensinar tanto quanto os livros”. É importante ressaltar que o processo de educar com arquivos deve funcionar de maneira diferente do processo educacional tradicional com livros, devido às características dos documentos de arquivo e à necessidade de pensá-los de maneira contextualizada, ressaltando sua relação com os demais documentos do conjunto.

Bellotto (2006, p. 227-230) aponta que a função dos arquivos é promover o recolhimento, a custódia, a preservação e a organização dos fundos documentais. Além disso, os arquivos devem ter uma função cultural e educativa. A autora aponta que ainda parece faltar a percepção de que cultura e educação também são elementos importantes nos arquivos. Isso porque as funções culturais e educativas ajudam a desenhar os contornos sociais e a estabelecer vínculos com a sociedade, projetando a instituição arquivística no seio da sociedade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural, capaz de reforçar e manter seu objetivo primeiro. Portanto, é necessário buscar o equilíbrio entre as atividades de gestão de documentos executadas de maneira eficiente, o acesso à informação e a difusão cultural e educativa.

O uso do arquivo como recurso didático justifica-se na medida em que é possível transmitir aos estudantes o conhecimento extraído da observação de documentos originais. A utilização de documentos de arquivo auxilia no desenvolvimento de atividades próprias ao ensino da história e das ciências sociais em geral (e em outras áreas do conhecimento também), tais como, o reconhecimento de informações verdadeiras ou falsas, os usos e os significados da ideia de informação – muito importante nos dias atuais –, a noção de mudança história e a ideia de tempo e cronologia (ALBERCH I FUGUERAS, 2001, p. 61). Portanto, a relação arquivo-escola é uma via de mão-dupla, que pode beneficiar as duas instituições.

Para os arquivos, é primordial difundir e divulgar o conteúdo dos fundos documentais e fazer conhecer seu funcionamento e sua função social para a garantia dos direitos do cidadão como um lugar de conservação de uma parte importante do patrimônio histórico e cultural de uma comunidade, para aumentar sua rentabilidade como serviço (público), fomentar o conhecimento e o respeito ao patrimônio documental e assegurar a existência de pesquisadores capacitados no futuro (ALBERCH I FUGUERAS, 2001, p. 61).

Para a escola, é básico enriquecer o processo de aprendizagem do conjunto das ciências humanas e sociais (mas não apenas), mediante o contato com as fontes documentais, suscitar a reflexão e despertar o sentido crítico dos alunos, a partir da aproximação com a sua realidade mais imediata, por meio dos documentos conservados nos arquivos, e fazer com que os estudantes descubram a relação entre os grandes feitos históricos e aqueles feitos locais (ALBERCH I FUGUERAS, 2001, p. 61).

A abertura dos arquivos ao público escolar pode proporcionar benefícios didáticos e sociais, como, o fortalecimento da consciência histórica e arquivística entre os jovens, o fortalecimento da instituição arquivística na sociedade, o reforço do conteúdo aprendido na escola, o estreitamento dos laços do arquivo com a comunidade e o efeito colateral de preservação de documentos.

Além do compromisso social (NÓVOA, 2009, p. 12), é preciso pensar o serviço educativo em arquivo a partir do trabalho em equipe. A relação educador/arquivista deve ser bem planejada, de modo que as duas figuras não aparentem estar em disputa pelo protagonismo da atividade pedagógica.

Aos arquivistas cabe planejar, selecionar e oferecer atividades que possuam alto valor pedagógico e conteúdo histórico, selecionando os documentos que se enquadrem nestes conteúdos, além de estabelecer o modo de apresentação desses documentos. Aos educadores cabe planejar atividades e fornecer subsídios aos arquivos sobre os temas abordados em sala de aula, o nível de conhecimento adquirido dos estudantes e os métodos didáticos que estejam mais bem adequados ao grupo (ALBERCH I FUGUERAS, 2001, p. 62).

Dentre as atividades pedagógicas apontadas por Alberch I Fugueras (2001, p. 70-77) e Bellotto (2006, p. 228) que ocorrem em arquivos, citam-se: oficinas, oficinas de História, oficinas profissionais e tecnológicas, oficinas audiovisuais, concursos, desenvolvimento de materiais e produtos pedagógicos, cadernos de trabalho e dossiês temáticos, materiais didáticos, malas pedagógicas, itinerários e visitas guiadas, maquetes, dramatizações e recreações, jogos; produção de documentos audiovisuais e novas tecnologias, debates, lançamento de livros e eventos acadêmicos. Todavia, essas atividades não esgotam todas as possibilidades, e novas formas de apresentar a experiência com arquivos devem ser constantemente pensadas.

Alberch I Fugueras (2001, p. 66) afirma que atividades educativas planejadas, impulsionadas ou coordenadas pelos arquivos podem ser dirigidas a um amplo segmento de pessoas: alunos de ensino fundamental e médio, alunos de ensino técnico, universitários e adultos. Assim, é importante considerar o público-alvo da atividade pedagógica ao escolher uma delas.

Dois aspectos são necessários para que os serviços educativos em arquivos permaneçam assegurados e sejam ampliados. Primeiro, é preciso haver a elaboração de projeto geral, em que o arquivo esteja inserido nas diretrizes pedagógicas e a relação instituição de ensino e arquivo seja planejada. Segundo, é preciso haver a garantia de recursos humanos e materiais.

Diversas iniciativas voltadas para a educação patrimonial podem ser identificadas. No entanto, é possível observar que parece faltar um planejamento sistemático dessas iniciativas. É comum que muitas dessas atividades sejam pontuais e dependam da boa vontade de gestores e arquivistas. Além disso, a própria falta de percepção dos gestores públicos reflete-se na falta de verbas e diretrizes. Dessa forma, é corriqueiro que as atividades educativas sejam deixadas de lado em prol de atividades culturais que transmitem a impressão de maior atratividade de público, como as exposições.

Um bom processo educativo é, segundo Casco (s.d., p. 4), aquele que ensina o estudante a pensar, e não apenas a reproduzir os valores de outrem, baseando-se no respeito e na valorização do diferente, resistindo ao “processo de homogeneização do saber e sua transmissão, assim como de globalização indiscriminada e esmagamento dos valores culturais”. É educar para que o sujeito se torne autônomo.

## **Considerações Finais**

O trabalho em arquivos é multidisciplinar. Portanto, reconhecemos a importância da presença de profissionais de diversos tipos nos arquivos. Algumas categorias são comumente encontradas. No caso dos serviços educativos em arquivos, é importante ressaltar que a presença de profissionais da educação, como os pedagogos, é necessária e só tem a acrescentar ao fazer arquivístico. Assim, na tarefa de tornar a instituição arquivística como parte do processo educativo, o arquivista e os demais trabalhadores devem contar com profissionais da área de Educação.

A literatura sobre o tema “Educação em arquivos” na língua portuguesa é ainda pouco significativa. Aparentemente, o cenário está mudando, mas ainda tem o que melhorar. Podemos observar também a presença de eventos sobre a temática, ainda que poucos, como a realização do I Simpósio: Arquivos e Educação, em 2016, em Fortaleza/CE, e o II Simpósio: Arquivos e Educação, em Belo Horizonte/MG, em 2017.

A discussão sobre a relação entre arquivo e educação na perspectiva dos arquivistas e dos demais profissionais que atuam em arquivos prescinde da compreensão de que esta também é uma tarefa que concerne aos arquivos e de que não se trata de uma tarefa de menor importância. Uma das funções dos arquivos é assegurar que o acesso à educação é também um direito. Portanto, é necessário que os arquivistas sejam estimulados a pensar em novas estratégias pedagógicas que incluam não só o público escolar clássico, como crianças e adolescentes, mas também aqueles que fazem parte de projetos de educação de jovens e adultos, considerando as altas taxas de evasão escolar e a migração para este sistema ou idosos.

Este artigo não pretende esgotar o tema “Educação em arquivos”, mas provocar debates. Ao nos aprofundarmos na questão, novas perguntas surgem, como: Seria possível pensar em uma educação em arquivos que se distancie da noção de educação patrimonial? – ou seja: É possível educar com arquivos sem educar para/com o patrimônio? – e Qual é a fronteira entre a educação e a mediação cultural em arquivos? Aliás, esperamos que, a partir de uma educação que liberta e emancipa os indivíduos, novas perguntas surjam.

## Referências

ALBERCH I FUGUERAS, Ramon. El servicio educativo. In: ALBERCH I FUGUERAS, Ramon *et alli*. **Arquivo y cultura**: manual de dinamización. Gijón (Espanha): Trea, 2001, p. 57-84.

ALDABALDE, Taiguara Vilela. Arquivologia e pedagogia arquivística: bases para uma habilitação que ensine o arquivista a educar. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro. 2012, p.198-212.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2007a. p. 227-247.

CASCO, Ana Carmen A. J. Sociedade e Educação Patrimonial. In: IPHAN, **Coletânea Virtual / Textos Especializados / Educação Patrimonial**. Disponível em: <<https://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13108&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 20 de jul. 2015. p. 1-5.

HORTA, M. de L.P. et al. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

NÓVOA, Antonio. **Professores – imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009. Disponível em: <[http://www.etepb.com.br/arq\\_news/2012texto\\_professor\\_imagens\\_do\\_futuro\\_presente.pdf](http://www.etepb.com.br/arq_news/2012texto_professor_imagens_do_futuro_presente.pdf)>. Acesso em: 20 de maio. 2015.

## 5. AÇÃO EDUCATIVA E CONTEXTO:

relato sobre a indissociabilidade em atividades envolvendo acervos pessoais da extensão, pesquisa e ensino

**FERRARI, Eilly Rozo**

Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.  
Educativo do IEB-USP  
Av. Prof. Luciano Gualberto, 78 |  
Cidade Universitária, São Paulo – SP | CEP 05508-010  
educaieb@usp.br

### RESUMO

A tríade ensino-pesquisa-extensão, no que concerne a sua indissociabilidade, tem na extensão a área responsável pela articulação entre a universidade e a sociedade. Os serviços educativos nos acervos universitários são uma das manifestações extensionistas. Todavia, cotidianamente, o que se percebe é um escalonamento de importância, o que, muitas vezes, coloca essa área como acessória. Este relato apresenta situações significativas para a constituição e legitimação da ação educativa na extroversão desses acervos, como área especializada e produtora de conhecimento, que, no nosso caso, abrange a arquivologia, a museologia e a biblioteconomia em acervos pessoais pertencentes a um instituto de pós-graduação e que, como prescreve seu estatuto, é um órgão de integração. Apontam-se, também, alguns conceitos relativos aos acervos pessoais de artistas no que concerne a sua constituição arquivística e bibliotecária, de maneira a demarcar a complexidade que caracteriza esses acervos e a ressaltar a necessidade de ações educativas compatíveis.

**Palavras-chave:** Serviço educativo em arquivos pessoais. Ação educativa em acervos universitários. Serviço educativo. Extensão universitária.

## Introdução

O tema “Arquivos, Arte e Educação: diálogos nas fronteiras do conhecimento”, escolhido para este II Simpósio Arquivo & Educação, é um convite à reflexão sobre áreas que, mais do que fronteiriças, interpenetram-se em muitos acervos. Sendo ele um vasto território, ocorre em situações diluídas e, às vezes, excêntricas, em que poderíamos classificar como uma situação vária.

Refiro-me especialmente aos acervos pessoais em ambientes universitários. Duas situações poderiam exemplificar a dimensão desta conjuntura: a) localização de arquivos de artistas em bibliotecas e museus e de arquivos que possuem itens de biblioteca e de museus; e b) formação dos profissionais que trabalham com ações educativas nesses conjuntos (na hipótese de haver).

Dependerá, também, do histórico de sua constituição como local de guarda e das implicações para as ações decorrentes disso, diante das propostas das diversas gestões por que passou, bem como de políticas públicas.

A despeito dessas vicissitudes, a abordagem desses conjuntos nos impele a considerá-la como um *corpus* de conhecimento específico, possuidor de atributos próprios, resultantes desse hibridismo, uma vez que temos que trabalhar com arranjos em que a normatização arquivística precisa se unir às da biblioteconomia e da documentação museológica para melhor espelhar esse conjunto peculiar, num processo interdisciplinar, posto que,

[...] um indivíduo não funciona como uma instituição e estabelece, ao longo da vida, ações ligadas ao universo das relações de amizade e de sociabilidade, além de dispor da liberdade de lidar com seus próprios documentos. O caráter privado é o referencial a ser compreendido, representando o grande desafio metodológico (SILVA; SANTOS, 2012, p. 7-8).

Dessa forma,

[...] as especificidades dos conjuntos documentais de natureza pessoal – que dizem respeito tanto à tipologia de documentos que abarcam, quanto às razões para acumulação – levam-me a sugerir a inclusão de uma terceira categoria de nexos no tratamento dos arquivos pessoais. Além do nexo unindo os documentos que compõem o arquivo, conferindo organicidade ao conjunto, e daquele que une às atividades que os originou, o sentido que

preside à constituição de tais conjuntos só poderá ser plenamente restituído se considerado também o nexu que une o titular aos seus “papéis” (HEYMANN, 2012, p. 62).

Nesse contexto, as ações educativas precisam levar em consideração não só o conteúdo, como também a construção de sentido, a partir do titular, de um lado, e do conhecimento técnico especializado de cada área envolvida, de outro. Dessa maneira, consideremos outras inclusões dentro delas.

Isso posto, passa-se a expor algumas ideias, em três atos e um final, na forma de relato de experiência.

## **Ato I: O arquivo de artista é sempre contemporâneo do arquivista, do usuário e do historiador.<sup>1</sup>**

Estando eu sempre em campos fronteiriços, este tema também está em consonância com os atuais processos pessoais, que vão desde a arrumação doméstica de meus livros até a instalação, em sala própria, do Educativo no Espaço Brasileira do Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo (USP).

Ambas as circunstâncias proporcionaram uma turbulência na percepção do tempo, reordenando-a em múltiplas historicidades, com superposições que ressoam tanto na atual disposição dos volumes como nas atividades institucionais: o privado e o público estão em esferas distintas, mas se entrelaçam em vínculos extremamente potentes.

Podemos observar que os acervos pessoais, por serem de natureza tão diversa e por se caracterizarem por uma lógica própria, requerem um cuidado redobrado, para que não se desfaçam os frágeis elos deste estado latente de potência, uma vez que aquilo que os une nem sempre permanece explícito. Classificações e separações ou ajuntamentos indevidos podem comprometer para sempre a integridade e o contexto de um documento, caracterizando um enorme desafio aos arquivistas e lacunas impreenchíveis para os educadores, não bastando a cronologia e seus documentos comprobatórios.

---

<sup>1</sup> MENESES, 2010, p. 13

Por exemplo:

É digno de nota o rico material existente nos acervos dos escritores, como a correspondência entre colegas, depoimentos, iconografias, entrevistas, documentos de natureza privada, assim como sua biblioteca, cultivada durante anos. Um esboço de biografia intelectual emana desses papéis ao serem incorporados, ao texto do processo, a cronologia dos autores, o encarte de fotos, a reprodução de documentos relativos à sua experiência literária, assim como a revisão da bibliografia sobre os titulares das coleções. As pesquisas respondem por sua originalidade, uma vez que o objeto de estudo é construído no decorrer do arranjo dos arquivos, da surpresa vivenciada a cada passo do trabalho (SOUZA, 2011, p. 41).

O cuidado na observação e no estudo dos itens de um acervo de artista estabelece uma sistemática própria de pesquisa para cada titular. Respeitadas as especificidades das reservas técnicas no mapeamento de elementos, a tarefa seguinte se pauta pela construção do contexto do assunto escolhido.

Algumas camadas de significados vão sendo agregadas a partir da entrada desses conjuntos em uma instituição, posto que a organização doméstica é reduzida a uma listagem, que, fisicamente, será separada pelos meandros responsáveis pela logística de guarda, resultando em outras tantas camadas de recuperação de informação para as quais a simples localização topográfica nos *traineis* e armários deslizantes não será suficiente.

No caso do Instituto, esses conjuntos, a depender de seus componentes, são organizados tecnicamente dentro das áreas de Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia nos Serviços de Apoio (Arquivo, Biblioteca e Coleção de Artes Visuais) em fundos e coleções, em espaços diferentes, com tratamentos diferentes.

Adotamos como conceitos norteadores para a pesquisa das atividades do educativo com esses conjuntos complexos aquilo que Menezes (2010, p. 11-12) chama de “conglomerados arquivísticos” e descreve, na ótica do historiador, a caracterização dos arquivos de artista, elencada aqui em forma esquemática:

- “o modo de instalação” como os conglomerados arquivísticos são articulados (p. 11);
- constituem-se por objetos materiais e virtuais da mais variada natureza, procedência, morfologia e práticas de sua produção e reprodução (p. 11);
- a articulação dos componentes desse conglomerado se faz por meio de combinações e recombinações diversas, inclusive em rizoma – em que

cada ponto pode ligar-se a qualquer outro, imprevisivelmente e sem hierarquia preestabelecida. Os procedimentos de articulação são ressaltados explicitamente (p. 11-12);

- outro aspecto essencial não se encontra propriamente no conglomerado, mas em sua vida ativa, sua apropriação pelo "usuário", pelo consultante, que se transforma em coautor, capaz de dialogar, reconfigurar, reorientar. Trata-se, pois, mais do que uma coisa feita, de um processo, algo *sempre in fieri*, fragmentário e necessariamente incompleto. A incompletude é uma necessidade (p. 12);
- é a desconstrução do arquivo histórico, a contestação direta, a busca da desfetichização, do enfrentamento daquele poder regulatório denunciado por Foucault (citação obrigatória, implícita ou explicitamente);
- é na operação epistemológica que se institui o documento, e não *a priori*, em sua natureza imanente.

Nesse sentido, citando mais uma vez Meneses (op. cit., p. 13), tal como ele coloca a questão sobre a consistência dos vínculos desses conglomerados com o passado ou com a história, a ação educativa deve lidar com tais conjuntos tendo a consciência de que, fundamentalmente:

O material do arquivo de artista, ainda que possa ter sua origem no passado, é exclusivamente do presente na mobilização de seus destinatários duplicados em coautores. (...) O arquivo de artista é sempre contemporâneo do arquivista, do usuário e do historiador. Seu efeito, portanto, não é recuperar fragmentariamente um passado, mas enriquecer o presente, chamando a atenção para o fato de que ele é uma plataforma de múltiplas temporalidades, múltiplas espessuras temporais e não um tempo pasteurizadamente presentificado, purificado, absoluto.

## Ato II – toda biblioteca é autobiográfica<sup>2</sup>... e circular<sup>3</sup>

Voltando às minhas estantes...

Chega a imperiosa hora de se dar um jeito nos livros que estão armazenados em lugares possíveis, numa espécie de espaço aleatório para obras em trânsito. Ao analisar onde estão e para onde devem ir, divertidas e inusitadas associações são produzidas nessa reordenação topográfica e conceitual, consequência das tentativas de encaixar na altura da prateleira o tamanho do livro, o assunto e a falta de espaço. Mas a vantagem disso é que companheiros ilustres igualmente têm maneiras peculiares de ordenação.

<sup>2</sup> MANGUEL, 2006. p. 162.

<sup>3</sup> Idem, p. 170.

Se aleatoriamente apontarmos para um título, será perceptível que não me oriento pela ordem de Manguel nem pelas doze categorias de Perec. Utilizo, no entanto, o jogo (matéria-prima deste último) como parte fundamental, assegurando sua estada ao lado de Cortázar, que, por sua vez, escora um livro sobre listas elaboradas por artistas. Seguindo a prateleira, está Manguel junto a Borges, devido à sua atividade de leitor, cuja fileira finda com um volume do meu doutorado, que trata da dicionarização da minha experiência com o instigante acervo pessoal do artista plástico Rubens Matuck.

Olhando para as verticalidades, suspiro momentaneamente satisfeita, pois, afinal, “tão logo é criada, uma categoria sugere ou impõe outras, de tal forma que nenhum método de catalogação, em estantes e folhas de papel, é fechado em si mesmo” (MANGUEL, 2006, p. 41) e que para um colecionador “*não só os livros, mas também seus exemplares têm destino. E, neste sentido, (...) o destino mais importante de todo exemplar é o encontro com ele mesmo, o colecionador, com sua própria coleção*” (BENJAMIN, 2012, p. 234).

O mesmo Benjamin, na arrumação de sua biblioteca, confia que “o suave tédio da ordem” ainda não envolveu seus livros, posto que estão em suas caixas recém-abertas. Brindo a isso, pois, tendo os meus algo de animação, circulam muito e se multiplicam meio sem controle, construindo montinhos estacionados pelo caminho. Pois o que é essa posse senão uma desordem na qual o hábito se acomodou de tal modo que ela pode até aparecer como se fosse ordem? (op. cit. p. 233).

Essa liberdade numa biblioteca, *lugar de caos e ordem*, mas também “reino dos acasos” (MANGUEL, p. 139), longe dos parâmetros científicos da biblioteconomia, reveste-se de narrativas íntimas de pequenos segredos, posto que seu consumo não se dá instrumentalmente, nem pela

[...] seleção de títulos, mas [n]a trama de associações implícita na seleção. Nossa experiência elabora outras experiências, nossa memória elabora outras memórias. Nossos livros dependem de outros livros, que os modificam e enriquecem (Idem, p. 163).

E, podemos afirmar também que,

[...] Tal como Warburg a imaginava, uma biblioteca era, sobretudo uma acumulação de associações, cada associação gerando uma nova imagem ou um novo texto, até que as associações devolvessem o leitor à primeira página. Para Warburg, toda biblioteca é circular (Ibidem, p. 170).

Da mesma maneira, ao percorrer a biblioteca de um titular exigente de pesquisa, para que entendamos aquilo que nos leva a sentir de seu dono, a posse como “a mais íntima relação que se pode ter com as coisas: não que elas estejam vivas dentro dele; é ele que mora dentro delas” (BENJAMIN, 2012, p. 241), sensação esta que podemos experimentar no acervo de Mário de Andrade como um todo, e não somente em sua biblioteca. Lopez (2002, p. 46), referindo-se à escrita literária desse autor, observa:

Todas essas dimensões assinaladas podem ter suas raízes descobertas na biblioteca de Mário, onde o processo de formação de um pensamento moderno e o exercício incansável da escritura deixaram marcas explícitas. [...] a análise de cunho genético das obras pode ultrapassar a crítica das influências, a constatação das fontes, ao se empenhar na recuperação de sinais da eclosão ou na verificação de amálgamas operados pelo ato criador, tangíveis na biblioteca, isto é, nas leituras de um escritor, de um filósofo, de um cientista, de um artista plástico ou de um cineasta.

O cruzamento de percursos entre o leitor, o livro, o escritor, os corredores e as estantes levou-nos a trabalhar a temática “Bibliotecas”, em 2016, nas atividades do programa “Mário, educador”, em que são elaborados cursos e atividades voltados para os profissionais de educação de todos os níveis.

Discutimos o conceito de território como provocador de mediação das salas de leituras das unidades de ensino e em espaços culturais da zona norte de São Paulo, com os gestores, entre eles o Prof. Roberto Antônio Maciel, que me orientou em todo o processo da Diretoria Pedagógica do Jaçanã/Tremembé, com ênfase na contemporaneidade da produção e em suas linguagens nos lugares de memória, em confronto com a educação tradicional e a formação pessoal.

Já em 2017, realizamos parte das ações educativas que propusemos para o projeto *Coleção Alberto Lamago IEB-USP: recuperação, formação, digitalização e acesso*, proposto pelo Laboratório de Conservação e Restauro do IEB, que realizou esses procedimentos em 254 obras desta coleção, capacitando especialistas, por meio da realização de curso de extensão universitária.

“Conversas sobre o escritor barroco Padre Vieira e o colecionismo de obras raras” foi uma das atividades programadas que desenvolvemos para este projeto, pensada para a Terceira Idade e profissionais que trabalham com coleções bibliográficas, cujo foco transitou nos questionamentos acerca do colecionismo em acervos pessoais tornados públicos, suas

implicações e desdobramentos, principalmente nas relações contextuais entre o colecionador e a formação de sua *Brasiliana*, circunscrevendo essas relações ao conjunto das obras de Vieira que passou por esse processo de restauração da Coleção Alberto Lamego.

### Ato III – O sentido e a educação

Um processo que me parece ser o avesso do conjunto de meus livros foi a instalação do Educativo no Espaço Brasiliana do IEB-USP, em março deste ano.

Por quase dez anos, o lugar que me foi dado distinguiu-se pelo estado de itinerância, que, passo a passo, incorporou lugares, pessoas e atividades tão diversificados como desafiadoras, tornando-se programas consolidados. Agora, constituído como espaço físico para a condensação de todas as atividades que desenvolvo, é, em certa medida, o contraponto das minhas estantes.

Entendo essas descobertas como um exercício, dado pelo meu ofício, de percursos cruzados, cujo sentido vai se construindo à medida que se conhece, nunca de antemão, e que se tornou um dos atributos de nossas atividades.

A sala do Educativo teve sua inauguração celebrada com a exposição “Cidades em imagens: fotografia e desenhos de crianças”, feita por crianças de quatro a seis anos moradoras de diferentes bairros de São Paulo e Belo Horizonte, cuja curadoria foi feita pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Gobbi, da Faculdade de Educação da USP, coordenadora responsável por estes projetos apresentados no “Seminário Internacional Infâncias Sul-Americanas: crianças nas cidades, políticas e participação”<sup>4</sup>, em que pude realizar a curadoria expográfica e educativa<sup>5</sup>, cuja materialização proporcionou a sensação de uma síntese catártica desse longo período de espera por um espaço de atividades.

---

<sup>4</sup> Este evento, fruto de uma parceria entre a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e a rede internacional de pesquisadores *Southern Childhoods*, teve por objetivo refletir sobre infância em países da América do Sul, suas relações com espaços urbanos, a participação das crianças e suas intervenções na cidade e, ao mesmo tempo, discutir políticas, ações do Estado e dos movimentos sociais, buscando compreender as crianças nas relações macrossociais. Acessar: <http://www3.fe.usp.br/secoes/inst/novo/eventos/detalhado.asp?num=3033>

<sup>5</sup> Sendo nosso objeto de discussão com alunos de Ciências Sociais e de História no “Programa de Estágio Pedagógico para as Licenciaturas” de 2017.

Vale ressaltar que, como desdobramento dessa mostra, outra exposição foi criada pelos alunos de graduação em Ciências Sociais em um diálogo visual com a produção infantil, denominada “Cidade: da representação à ocupação”.

Informação e lembrança desembaralhavam-se conforme os arranjos se materializavam em dossiês, a partir dos documentos acumulados organicamente nas caixas de papelão. Em minha estante, é impossível não notar a marca indelével da Extensão, cuja importância, a partir do final da década de 1980, firmou-se conjuntamente com a produção das áreas técnicas especializadas nas ações educativas em acervos universitários, marcando tentos em políticas públicas, numa intensa troca de experiências, inclusive em nível mundial.

Os museus universitários passaram a ser mais expressivos, por conta da visão altamente assertiva e positiva das gestões desse período, seja pela emergência das estratégias de penetração e dos instrumentos eficazes de divulgação, seja por toda a cadeia operatória social politicamente atuante que fervilhava nas manifestações artísticas. Citam-se como exemplos: o empoderamento feminino, a visibilidade da produção infantil, as bienais e as exposições, como a que escancarou a obra de Bispo do Rosário, entre centenas de outras que propuseram inovações, as de culturas populares, até então inadmissíveis em espaços museais eruditos, passando pelas intervenções urbanas. Tudo isso foi tecido junto – no sentido próprio, que posteriormente foi conceituado por Morin como “pensamento complexo e conhecimento pertinente” (2000, p. 15) – com os educadores, que puderam desenvolver seu trabalho na linha teórica que conviesse aos diversos projetos de atendimento ao público, congregando curadoria, produção artística e visão do educador, numa abertura sem precedentes para outros setores da sociedade.

Trabalhando no Museu de Arte Contemporânea, assisti, em 1996, à realização do projeto de restauração e modernização da infraestrutura da biblioteca, que culminou, no ano seguinte, no projeto de adequação desse espaço para abrigar coleções de obras raras e na implantação do arquivo permanente do museu, já com o intuito de integrar a documentação das áreas museológica, bibliográfica com o arquivo, de maneira a ser referência no gerenciamento compartilhado. Esses projetos foram elaborados por Dina Elisabete Uliana, então chefe da Biblioteca Lourival Gomes Machado, e Silvana Karpinsky, documentalista.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Os artigos relativos aos projetos estão indicados nas referências bibliográficas.

Imersa nesse contexto, minha formação inicial na área de Educação em Museus de Arte orientou-se para o multiculturalismo, com influência do método comparativo de análise, propiciando uma sólida base para o desenvolvimento, inclusive, de proposta pluridimensional da abordagem triangular.

Esse caminho permitiu que, após cursar a especialização em Arquivologia (2005), período em que estava lotada no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, na área de Museografia, houvesse o convite para pensar na implantação do Educativo no Instituto de Estudos Brasileiros (outubro de 2006), cujo projeto se pautou em inovações na abordagem dos acervos pessoais concernentes aos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia em extensão universitária e, sobretudo, na atualização das ações em parâmetros mais contemporâneos, já que a expansão do Instituto estava em curso, com a construção da futura sede no Complexo Brasiliana, com a conseqüente reorganização do espaço expositivo para a recepção de um público maior e mais diversificado.

Embora houvesse anteriormente atendimento ao público (este não era constituído por um setor específico nem havia um educador da área), o interesse pela criação de um serviço educativo só se manifestou nesse momento.

Esse processo não diferiu dos outros arquivos. Tomemos como comentário alusivo este trecho da dissertação de Gouveia (2008, p. 11-12) sobre o Arquivo Regional da Madeira:

Embora ainda em desenvolvimento no nosso país, o conceito de Serviço Educativo em Arquivo não é novo. Os seus primórdios datam de meados do século XX, e os ventos de mudança chegaram-nos de França. Foi em 1950 que começou a ser discutida a implementação de actividades educativas e culturais, como forma de atrair novos leitores aos Arquivos. A aurora deste projecto está directamente ligada à criação do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Foi depois do primeiro Congresso Internacional desta Instituição (Paris, em Agosto de 1950) que o recém-eleito presidente do CIA e director-geral dos Arquivos Franceses, Charles Braibant, criou o primeiro Serviço Educativo, através de uma parceria entre o Arquivo Nacional de Paris e o Museu de História da França (Versalhes). A novidade do sistema foi a ideia de cooperação entre arquivistas e professores, de forma a facilitar o uso pedagógico dos recursos dos Arquivos.

Como forma de oficialização do serviço educativo, no ano seguinte, fomos incluídos no “Plano de Metas 2007-2009”<sup>7</sup>, tendo no item “II.3 Extensão” a proposta de “integração com a comunidade USP e a sociedade” (p. 15), como espelhamento de uma das metas propostas por esse Plano e, no item “VIII”, a apresentação do “número de professores e alunos do ensino superior, médio e fundamental que participam de atendimento monitorado e programas educativos” (p. 35) como um dos específicos para visibilidade do incremento da participação da comunidade.

Em 2010<sup>8</sup>, o Educativo foi incorporado, por resolução expedida pelo Conselho Universitário, aos Serviços de Apoio do IEB, ao lado dos Serviços de Arquivo, Biblioteca e Coleção de Artes Visuais, passando a ter existência regimental e assento no Conselho de Serviços de Apoio (CSA) e, posteriormente, alocado na Divisão Científica do Instituto.<sup>9</sup>

No processo de implantação das atividades, traçamos um painel comparativo, para sabermos quais instituições prestavam, de alguma forma, um atendimento que pudéssemos considerar educativo.

Dessa forma, para pensar na construção de uma identidade do Educativo do IEB, levamos em consideração:

- diferenciação conceitual, função e objetivos específicos, e não somente as linhas didático-pedagógicas, entre as ações educativas em arquivos permanentes, arquivos históricos, biográficos e/ou arquivos pessoais;
- relação destes com museus e com bibliotecas;
- ação educativa em arquivos pessoais, em ambientes universitários, inclusive docente;
- acervos cujo material está separado em áreas especializadas diversas como arquivo, museu e biblioteca; e
- extensão universitária;

<sup>7</sup> OF. Dir./015/IEB/27.02.2007 documento elaborado pela então diretora do Instituto Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia Duarte Lanna, e aprovado em reunião do Conselho Deliberativo de 13/03/2007.

<sup>8</sup> Resolução 5.831, de 12/04/2010, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14/04/2010.

<sup>9</sup> Além dos relatórios anuais e dos vários textos publicado em eventos específicos, produzimos dois textos sobre o Educativo para a Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da USP - RIEB 47 de set/2008 *Implantação do Setor de Educação do IEB* onde se pode ler os objetivos e plano de implantação, bem como os programas já em desenvolvimento; e, RIEB 58 de jun/2014 *Notícias do Serviço Educativo do IEB-USP*, uma síntese das atividades desenvolvidas no período 2006-2014.

Uma vez estabelecidos os primeiros parâmetros, decidimos explorar as reservas técnicas, de maneira escalonada, dos acervos primevos do Instituto, juntamente com seus respectivos processos administrativos de incorporação.

Dentre todos, o acervo de Mário de Andrade, na sua vinda para o IEB, em 1968, por sua diversidade e quantidade de itens, impeliu a criação da área Museológica e a separação da área do Arquivo do espaço da Biblioteca, existente dessa forma até hoje.

A natureza da instituição e as peculiaridades dos acervos levaram-nos, primeiro, a reordenar, de maneira progressiva, o espaço expositivo, unindo as atividades educativas com as curadorias de exposições.

De acordo com a demanda, isto é, à medida que fomos procurados, foram sendo estabelecidos os programas de ação educativa:

### **1. Exposição de Acervo (Fundos e Coleções)**

Elaboração das curadorias conceitual, expográfica e educativa das exposições dos acervos no IEB ou em parcerias com outras Instituições afins.

### **2. Atualização para Educadores**

#### *2.1. Mário, educador*

Cursos elaborados especialmente para os profissionais da educação: professores de educação infantil (1ª infância, inclusive), ensino fundamental, ensino médio, funcionários de todos os níveis que atuam no ambiente escolar. Tratam de assuntos escolhidos pelos profissionais e desenvolvidos a partir dos acervos do Instituto, sempre contextualizados, trabalhando questões recorrentes sobre o desenvolvimento de conteúdos, prática de ensino e materiais pedagógicos de exigência curricular. Caracteriza-se, basicamente, por parcerias entre a Rede Pública de Ensino e o Educativo.

No caso da educação infantil, temos como ponto de partida os Parques Infantis, desenvolvidos por Mário de Andrade no período em que foi diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, e os desdobramentos contemporâneos.

### **3. Oficinas**

#### *3.1. Temáticas*

Oficinas cujo conteúdo trata das linguagens existentes nos acervos do Instituto. Abrangem grandes áreas do conhecimento e da produção artística e cultural. Há

também as temáticas específicas que tratam de um determinado acervo, uma fase, um movimento ou obra.

### 3.2. *Temático-expositivas*

São desenvolvidas para as exposições elaboradas pelo IEB, tanto em sua sede no campus como em outros espaços da Universidade e em programa de itinerância na comunidade externa à USP.

### 3.3. *Formação para professores*

São oficinas elaboradas para os profissionais da educação que possuem interesses específicos, para uso pedagógico, que tratam de questões curriculares cujos acervos do Instituto atendem diretamente.

### 3.4. *Extroversão de acervos*

Workshops para o público em geral e/ou grupos representativos ou organizados da comunidade.

## 4. **Estágios Pedagógicos *Memória, acervos pessoais e educação***

Pensados para os estudantes das diversas licenciaturas, propiciam outra maneira de abordar os acervos pessoais (Arquivo, Biblioteca e Coleção de Artes Visuais) na estruturação das atividades pedagógicas aplicadas, bem como na normatização da produção da documentação de pesquisa e de docência, a partir da:

- introdução aos conceitos de memória e acervos pessoais;
- introdução à metodologia de pesquisa em acervos pessoais;
- noção de documento e sua preservação/conservação e armazenagem (Arquivo e Coleção de Artes Visuais);
- elaboração de material pedagógico a partir do recorte construído nos encontros;
- aplicação desse material;
- discussão e avaliação do processo; e
- utilização acervos pessoais em atividades pedagógicas.

### 4.1. *Estágios Pedagógicos para as Licenciaturas em parceria com Docentes da USP*

O tema das atividades deste ano foi “Cidade: da representação à ocupação”, a partir da exposição com curadoria da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Gobbi “Cidades em imagens: fotografias e desenhos de crianças”, no espaço do Educativo do IEB.

## **Disciplinas que participam deste Programa**

### 4.1.1. [4800704] Atividades em Cultura e Extensão: práticas formativas I

Prof. Dr. Marcos Ferreira Santos e Prof. Dr. Rogério Almeida

Faculdade de Educação (primeira parceria)

### 4.1.2. [FLH0421] Ensino de História: Teoria e Prática

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Antonia Terra – Departamento de História

### 4.1.3. [EDM0419] Metodologia do Ensino de Ciências Sociais – I e II

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Aparecida Gobbi – Faculdade de Educação

### 4.1.4. [EDM0338] Metodologia do Ensino de História

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Tavares Raffaini - Faculdade de Educação

## **5. Atendimento à comunidade**

### 5.1. Programas da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

#### 5.1.1. Programa Universidade Aberta à Terceira Idade

## **6. Intersetoriais e Inter Unidades.**

### 6.1. Coleções especiais e arquivos docentes (Parceria)

Dina Elisabete Uliana – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

## **7. Extroversão de Atividades Educativas do Educativo do IEB**

### 7.1. Capacitação para os grupos que realizam visitas orientadas em exposições

## **8. Atividades estruturais dos programas**

### 8.1. Elaboração dos materiais pedagógicos das diversas atividades desenvolvidas

### 8.2. Pesquisa dos conteúdos abordados

### 8.3. Pesquisa para as curadorias

### 8.4. Levantamento dos documentos correlatos aos acervos pesquisados

### 8.5. Visitas orientadas em exposição pertencentes aos Programas do Educativo do IEB

## Final da conhecida das gentes

Consideramos ser necessário que a Universidade invista em ações conjuntas, para que as vivências possam ser intercambiadas entre novos atores sociais e os acervos constituídos e para que os lugares se tornem efetivos na produção do saber em todos os níveis e nos mais diferentes segmentos que compõe a sociedade.

Como conclusão, cito Saramago:

No ano de 2007 decidi criar-se em Lisboa uma Fundação com o meu nome, a qual assume, entre os seus objectivos principais, a defesa e a divulgação da literatura contemporânea, a defesa e a exigência de cumprimento da Carta dos Direitos Humanos, além da atenção que devemos, como cidadãos responsáveis, ao cuidado do meio ambiente. Em Julho de 2008 foi assinado um protocolo de cedência da Casa dos Bicos, em Lisboa, para sede da Fundação José Saramago, onde esta continuará a intensificar e consolidar os objectivos a que se propôs na sua Declaração de Princípios, abrindo portas a projectos vivos de agitação cultural e propostas transformadoras da sociedade.

José Saramago – Autobiografia  
site da Fundação José Saramago

## Referências

BENJAMIN, Walter. Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador. In: **Rua de mão única**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 232-241.

FUNDAÇÃO JOSÉ SARAMAGO <[www.josesaramago.org](http://www.josesaramago.org)>

GOUVEIA, Natércia F. V. da Luz. **Arquivo Regional da Madeira**: implementação de desenvolvimento de projectos educativos e culturais: um estudo de caso. Universidade de Évora, 2008. Dissertação.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa: FAPERJ, 2012.

KARPINSCKI, Silvana. ULIANA, Dina E. Centro de referência em arte contemporânea uma proposta de trabalho e a experiência do Arquivo e da Biblioteca do Museu de Arte Contemporânea da USP. In: **Semana dos Museus da Universidade de São Paulo**, 2. Anais. São Paulo, 1999. p. 145-147.

LOPEZ, Telê Ancona. A Biblioteca de Mario de Andrade: Seara e celeiro da criação. In: ZULAR, Roberto, (org.) **Criação em processo**: ensaios de crítica genética. São Paulo: Iluminuras, 2002.

MANGUEL, Alberto. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MENESES, Ulpiano T. B. Arquivos de artista, museus e pesquisa: reflexões de um historiador. In: **I Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa**. São Paulo: MAC USP, 2010. p. 10-21.

MORIN, Edgard. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SILVA, Maria Celina S. de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto E. dos. (orgs) **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

SOUZA, Eneida Maria. **Janelas indiscretas**: ensaios de crítica biográfica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ULIANA, Dina Elisabete; KARPINSCKI, Silvana. Gerenciamento compartilhado: a experiência da Biblioteca e do Arquivo do MAC-USP. In: INTEGRAR. **Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus**, 1, 2002. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 651-653.

## 6. ARQUIVOS PESSOAIS E FORMAÇÃO DOCENTE: escavando memórias, achados e guardados

**CAMPOS, Ana Maria**

UNISAL, campus Liceu Salesiano  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Rua Baronesa Geraldo de Resende, 330  
Jardim Guanabara – Campinas – SP – CEP: 13075-270  
belobelo22@gmail.com

### RESUMO

Trabalhando na área da formação docente desde 2001, tenho procurado incentivar educadoras e educadores a buscarem em suas experiências formativas ao longo da vida, sobretudo aquelas experimentadas em ambientes escolares, suas inquietações e motivações para a escolha profissional. Surpresas com os achados e guardados em arquivos pessoais, organizados com base em critérios subjetivos, com documentos de diferentes formatos e natureza, salvos do abandono e da destruição por conta de uma sensibilidade latejante e nem sempre racionalizada, são constantes ao serem revisitados, promovendo na vida de seus depositários um novo olhar para o que foi vivido em tempos pregressos. Assim, brinquedos de uma infância às vezes longínqua são aproximados de vivências do tempo contemporâneo, religando e alinhavando sensibilidades infantis com as de pessoas adultas, acontecimento que em diferentes oportunidades possibilitou aos docentes a correspondência humanizada com as demandas de educandos e educandas em face dos quais hoje suas práticas são problematizadas. Álbuns de fotografias com a reprodução de imagens de formaturas e de brincadeiras no parque infantil e no “recreio” entre as aulas têm produzido um impacto considerável nos sujeitos, ao serem observadas segundo critérios elaborados a partir da escavação das memórias e de seu intercâmbio com as subjetividades emergentes a partir de novos significados e novos horizontes formativos e humanos. Cadernos escolares preservados em fundos de gavetas ou estantes, guardados como recordações de um tempo que se foi, ao serem novamente folheados, no encontro e diálogo com experiências vividas no trabalho docente, têm provocado desestabilizações e desnaturalização de situações aparentemente corriqueiras e aceitáveis. Ao sermos convidadas a olhar novamente para objetos de estimação, a partir de indagações elaboradas no entrecruzamento de memórias pessoais e sociais, podemos vir a estabelecer vínculos mais sensíveis e delicados para nos entregarmos ao encontro com o outro com disponibilidade e amorosidade.

**Palavras-chave:** Memórias. Narrativas. Formação de professores. Acervos pessoais.

## Ouvindo o tic-tac passado...

*relógio parado  
o ouvido ouve  
o tic-tac passado*

Paulo Leminski

Uma das possibilidades que me fascina no trabalho docente é a de ouvir as memórias de educandos e educandas, sobretudo aquelas relacionadas ao modo como foram se constituindo ao longo da vida. Aprendo com essas memórias e com elas vou me formando constantemente, em um movimento dialético, de uma educadora que se importa com os sentidos que os sujeitos atribuem a suas próprias experiências e desejos, desejos esses, às vezes, soterrados em camadas profundas da própria história, escondidos em quatinhos apertados e empoeirados dos porões da memória.

Sinto que há que se criar tempo e espaço para ouvir do outro a sua interpretação de si e de como percebe que tem sido construída a sua história. Ou, dizendo de outra maneira, à moda da Mafalda, personagem do cartunista argentino Quino, de como “justo a mim me coube ser eu”.<sup>1</sup> Essa interpretação de si, produzida em um ambiente acolhedor e protegido, pode fazer emergir memórias significativas, que colaboram com educadoras e educadores no trabalho de repensar suas práticas e de elaborar coletivamente o plano de trabalho de um curso ou de uma disciplina. Evidentemente, essa atitude carrega consigo o risco da abertura para o novo, para o inesperado e para o insuspeito que teimamos fingir inexistente. Desejo partilhar aqui algumas das possíveis interpretações para esse tipo de experiência que tenho experimentado em minha vida como docente no ensino superior. É, portanto, uma oferta de palavra aberta às contrapalavras de outros sujeitos. Como mostrou Benjamin há bastante tempo, “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (1985, p. 201).

Narrar experiências, segundo Benjamin, tem certo sentido utilitário, na medida em que faculta ao ouvinte – neste caso, o leitor e a leitora – a possibilidade de interpretar com base em critérios próprios e situados em contextos outros. Não tenho a intenção de

<sup>1</sup> Mafalda é um personagem de histórias em quadrinhos criado pelo cartunista argentino Joaquín Salvador Lavado Tejón, conhecido no mundo todo com o pseudônimo de Quino. Ele começou a publicar a tirinha *Mafalda* em 1964 na revista *Primeira Plana*, sem imaginar que a menina irônica, questionadora e pacifista se transformaria em um ícone das HQs, e que suas aventuras seriam traduzidas em trinta idiomas. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/cultura/livros/2012-07-16/quino-o-pai-da-mafalda-completa-80-anos-nesta-terca.html>>. Acesso em: 30 out. 2017.

apresentar conselhos, e sim de partilhar algumas lições aprendidas durante o caminho, na parceria com educandos e educandas:

Ela (a narrativa) tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos [...] Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada (BENJAMIN, 1985, p. 200).

Menos que responder a uma pergunta, neste trabalho há o registro da continuação de histórias que estão em curso no plano das relações estabelecidas em aula e em outros contextos formativos de trabalho de formação inicial ou continuada de professores.

Há que se criar tempo para experimentar o indizível. Uma aula pode ser o *locus* desse encontro de pessoas, que, mediatizadas pelo mundo, o pronunciam; ou seja, o transformam (FREIRE, 1992, p. 43), pois as coisas findas, paradoxalmente, permanecem e sentimos necessidade, de quando em vez, de pronunciá-las:

*Amar o perdido  
deixa confundido  
este coração.*

*Nada pode o olvido  
contra o sem sentido  
apelo do Não.*

*As coisas tangíveis  
tornam-se insensíveis  
à palma da mão*

*Mas as coisas findas  
muito mais que lindas,  
essas ficarão.*

*(Carlos Drummond de Andrade)*

## A vida em primeiro lugar

*O mundo vai girando cada vez mais veloz  
A gente espera do mundo, e o mundo espera de nós  
Um pouco mais de paciência [...]   
Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma  
Mesmo quando o corpo pede um pouco mais de alma  
Eu sei,  
A vida não para*

(Lenine)

Tenho a grata satisfação de ser uma pessoa que tem como trabalho cotidiano o estudo e a profissão docente. Ao longo dos últimos sete anos, convivo com estudantes do ensino superior da área da Educação.

A profissionalidade docente está inescapavelmente envolvida com o ato de estudar. Estudar é uma forma de trabalho, e de um trabalho difícil, conforme experimentamos em nossas vidas ao nos desafiarmos a compreender contextos, teorias, autores, a história de nosso país, a nossa própria história inserida na história da sociedade da qual tomamos parte. Paulo Freire nos ensinou a cultivar a humildade para percorrer com ânimo e persistência caminhos sinuosos e de difícil acesso. Em suas palavras, “estudar é, realmente, um trabalho difícil. Exige de quem o faz uma postura crítica, sistemática. Exige uma disciplina intelectual que não se ganha a não ser praticando-a” (FREIRE, 1978, p. 9). Nessa disciplina, o autor inclui, necessariamente, a reflexão sobre a própria prática, pois

[...] estudar é também e sobretudo pensar a prática e pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo. Desta forma, quem estuda não deve perder nenhuma oportunidade, em suas relações com os outros, com a realidade, para assumir uma postura curiosa. A de quem pergunta, a de quem indaga, a de quem busca (1978, p. 11).

Uma oportunidade singular e potencialmente transformadora na vida de um educador, de uma educadora é a relativa ao retorno à academia para a retomada dos estudos, após a conclusão da formação inicial em nível de graduação. A procura por aprofundamento teórico pode ser compreendida como a manifestação de um desejo de mudança, visto que tais profissionais buscam os cursos de pós-graduação durante o período em que exercem suas atividades profissionais, talvez, interrogados por situações complexas em relação às quais estão sendo desafiados.

Nas diferentes disciplinas com as quais venho trabalhando em nível de pós-graduação, tenho procurado iniciar os encontros mediante a aproximação da história pessoal de cada sujeito, criando um tempo para reflexão sobre a própria história, em um momento em que o mundo vai girando cada vez mais veloz, como cantou o poeta. Essa aproximação é construída de maneira cuidadosa e respeitosa, para que todas as pessoas sintam que estão sendo acolhidas e para que a partilha de sua história, realizada a partir das memórias pessoais, seja feita em um tempo/espço de cuidado com a vida.

Na maioria das vezes, iniciamos o convívio do período de estudos remodelando o espaço, pois para que o diálogo aconteça é necessária a aproximação, bem como a possibilidade de olhar no olho do outro, de compartilhar a emoção ou a inquietação. Cadeiras enfileiradas definitivamente não favorecem o diálogo. A nossa comunicação inicial, portanto, principia com gestos de cuidado.

Convoco para mediar nossa aproximação as palavras dos poetas, dos músicos, dos artistas do povo, pois eles expressam, algumas vezes, o que não sabemos ou não temos condições de pronunciar. A mediação pela arte possibilita a expansão de nossos horizontes, favorecendo uma abertura criativa para o novo e para a recuperação de memórias de histórias vividas há muito tempo.

As memórias vão brotando, como que emergindo de uma nascente profunda. E nem sempre a pessoa, com sua racionalidade em vigília, consegue sufocar a emoção de dizer de si e de como está se constituindo no mundo:

Como se fora  
 Brincadeira de roda  
 Memórias!  
 Jogo do trabalho  
 Na dança das mãos  
 Macias!  
 O suor dos corpos  
 Na canção da vida  
 Histórias!  
 O suor da vida  
 No calor de irmãos  
 Magia!

(Gonzaguinha)

Como se fosse brincadeira de roda, encanto-me ao presenciar a memória emergindo de forma pulsante e intensa. Em uma das turmas do segundo semestre de 2017, uma

estudante registrou: “Pensei primeiro que era só mais uma apresentação minha, que faço tantas dessas que até me canso, mas dessa vez eu chorei. Tentei não chorar, mas, ao falar da ciranda e lembrar de todo o trabalho que realizamos [em uma instituição que atua com crianças e adolescentes], eu chorei. De leve, rapidamente contida, e tão rapidamente, já coloquei culpa no meu signo. A professora disse que me entendia, que também chorava, numa atitude de compreensão e empatia. Gostei” (Carina<sup>2</sup>, agosto/2017).

Ao participar dessa mesma aula, registrando sua memória, outra estudante elaborou a seguinte reflexão: “Nesse dia, Marcos e Carina falaram um pouco sobre eles. A Carina se emocionou. Foi lindo! O Marcos contou história linda de como era viver no Paraná, em uma comunidade com um caráter cooperativo forte” (Helena, agosto/2017).

As memórias ofertadas possibilitaram o contato com histórias de vida singulares, de recusa e de luta contra a subalternização promovida ininterruptamente na sociedade de classes. Em um fragmento do registro de Clarice, pode-se ler: “Minha segunda memória significativa da aula foi o momento da **escuta**, que considero como a continuidade da acolhida. Eu pude me expressar e compartilhar, e foi muito bom ser ouvida e me sentir acolhida por todos. Da mesma forma também escutei a fala de cada um fazendo o mesmo movimento que recebi, de ouvir e acolher os outros” (Clarice, agosto/2017).

Ruth, por sua vez, afirmou: “Essa aula nos presenteou com a confirmação de que ainda é tempo de construir relações com as pessoas através do contato direto, olhando nos olhos e ainda é possível ouvir! [...] A importância de ouvir o aluno é tão significativa, pois dá chance também do próprio aluno se ouvir e refletir sobre sua própria fala, além de compartilhar saberes com o outro, interação intensa com colegas e abrange as possibilidades de aprendizagem através da troca” (Ruth, agosto/2017).

---

<sup>2</sup> Todos os nomes de estudantes são fictícios a fim de preservar suas identidades.

## ***Sempre sonhei ser professora...***

*A terra é o mesmo lugar  
Onde se ama pra poder sonhar  
A terra é o mesmo lugar  
Onde se sonha pra despertar*

(Walter Franco)

Uma das frases que ouço insistentemente de estudantes é: “Sempre sonhei ser professora”. Mediante a partilha das histórias de vida, no início das disciplinas, um repertório de histórias contidas e nem sempre contadas<sup>3</sup> vai se entrelaçando nas vidas desses sujeitos, promovendo empatia e aprendizado por intermédio da escuta da narrativa do outro, as quais dão conta de pequenas superações diárias, que, renitentemente, vão recompondo a vida de sujeitos que não se resignam nem aceitam a condição de opressão. Entramos em contato com histórias de fracassos que levaram à reelaboração de aprendizagens e com histórias de alegrias juvenis, de encantamento em espaços desencantados. Muitas dessas histórias poderiam ter sido relegadas ao silenciamento, mas a abertura para elas por intermédio da escuta e da reflexão sobre a própria existência foi animando os estudantes a tomarem coragem para narrar. Relata Marta: “Há alguns dias, em uma aula de Fundamentos da Educação Infantil, ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria de Campos, que aqui tratarei por Aninha, apresentei um seminário sobre o trabalho infantil. Contido no texto ‘Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco’ (DOURADO; DABAT; ARAÚJO, 2007). Tema esse que me fez recordar meu tempo de infância e repensar minha história de vida. Bem semelhante à história das crianças que vivem na Zona da mata em Pernambuco” [...].

Nasci em 1982, em uma pequena cidade do interior de São Paulo, região que vivia e vive até hoje do plantio de cana-de-açúcar. Segunda filha de uma família de três, meu pai era trabalhador em uma Usina de fermento e minha mãe realizava tarefas do lar. Morávamos em colônias, ou seja, um conjunto de casas enfileiradas, que eram cedidas pela fazenda aos seus trabalhadores. Morei lá até os cinco anos de idade, onde frequentei a pré-escola desde os dois anos, em uma escola rural que tinha na colônia. Escola bem tradicional e pequena com uma única sala de pré-escola. Recordo-me muito pouco dessa escola, lembro-me mais das brincadeiras e da companhia de minha irmã, sempre presente em minha vida. Anos esses que recordei como se fosse hoje ao ouvir “Saudosa maloca, maloca querida”, de Adoniran Barbosa. Lembrei-me de quando brincava com minhas irmãs pelas ruas de terra batidas livres e descalças. Época boa que foi embora e não volta. Nem

<sup>3</sup> CAMPOS, Ana Maria de Campos. Disponível nas Referências.

mesmos as casas estão mais lá hoje, todas demolidas. Sobrou apenas ruína de uma boa lembrança. [...]

Não me esqueço da frase da Prof.<sup>a</sup> Aninha em sala de aula, que me marcou: ‘Nós fomos feitos para mudanças’, refletindo sobre o fato de que ninguém nasce feito. São nas experiências com o outro e com o mundo que nos cerca que a criança, e também o homem, se forma. Assim também é para nós educadores estar aqui hoje em uma sala de aula para ouvir, ler e falar sobre novos autores, novos textos, novas concepções e novas formas de pensar. Tudo com um objetivo: Refletir sobre nossas ações e teorias. Pois, assim como uma criança, não somos seres prontos e acabados; também estamos em constante construção de nós mesmas e principalmente de nossas concepções pedagógicas. Pois acredito que no dia em que a curiosidade de um educador acaba, acaba também seu interesse pela educação de qualidade (Marta, junho/2015).

A apresentação do seminário de Marta foi impactante para mim. Com base em estudos sobre a condição de vida das crianças, em diferentes períodos da história de nosso País, fomos abordando, durante o curso, as noções relacionadas aos fundamentos da educação infantil. Para minha surpresa, na própria turma havia educadoras que tinham vivido condições semelhantes às dos pequenos trabalhadores dos canaviais de Pernambuco. Educadoras jovens, nascidas a partir dos anos de 1980! Marta relatou que viveu no canavial, mas outra educadora da mesma turma contou que trabalhou, na infância, em um canavial no interior do estado de São Paulo. Os debates sobre os temas, assim, foram causando um impacto grande em todas nós, educandas e educadora. Pudemos constatar que estudar história relacionando com as vidas dos sujeitos promove deslocamentos e desnaturalização da barbárie!

Outros temas delicados e de difícil aproximação, como, violência doméstica, alcoolismo de familiares e o racismo experienciado cotidianamente, foram trazidos para o círculo de diálogos, convidando-nos a uma reflexão implicada e solidária ao sofrimento vivido por muitas educadoras. Esse tipo de trabalho reflexivo repercute na vida das educadoras e em suas práticas docentes em curso no contexto contemporâneo. Tal fato pode ser observado em suas próprias narrativas expressas durante as aulas, de como cada uma ressignifica sua atuação na relação com as crianças a partir da rememoração de sua própria história.

No contexto de rememoração da história pessoal, entrelaçado ao estudo histórico das condições de vida das crianças brasileiras, novos sonhos foram sendo cultivados, de uma sociabilidade outra. Semeamos juntas novas canções ao vento, porque o sonho de infância de ser professora se tornou real pela insistência e pela ousadia de rejeitar profecias de submissão:

*Quando entrar setembro  
E a boa nova andar nos campos  
Quero ver brotar o perdão  
Onde a gente plantou  
Já sonhamos juntos  
Semeando as canções no vento  
Quero ver crescer nossa voz  
No que falta sonhar*

(Beto Guedes e Ronaldo Bastos)

## Para [não] concluir, cultivamos o direito de sonhar...

*Que tal começarmos a exercer o jamais proclamado direito de sonhar?*

(Eduardo Galeano)

Em 2001, Eduardo Galeano partilhou sua inquietação com milhares de pessoas ao afirmar que “um outro mundo é possível”<sup>4</sup>, na primeira edição do *Fórum Social Mundial*, realizado em Porto Alegre. O “convite ao voo” de Galeano continua a alimentar cotidianamente nossos trabalhos. Aliados ao verbo “esperançar”, criado por Paulo Freire, vamos sonhando e construindo outro mundo possível, desde as práticas miúdas, mas persistentes de educadoras e educadores espalhados por todo o território nacional.

Como uma mostra desse trabalho miúdo, partilho mais uma experiência vivida com estudantes em formação. Nos cursos de Especialização em Educação Infantil, apresentei o desafio de produzirmos uma exposição com objetos sentimentais guardados desde a infância. Tal proposta tinha a intenção de promover uma aproximação sensível da história pessoal de cada sujeito. Solicitei que buscassem em seus baús de achados e guardados objetos remanescentes desse período fértil na vida de cada pessoa.

<sup>4</sup> *Um convite ao voo*. Também publicado no livro “*De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*”. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/galeano/galeano\\_voo.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/galeano/galeano_voo.html)>. Acesso em 30 out. 2017.

Cada turma apresentou suas singularidades, mas em todas um sentimento de alegria, surpresa e amorosidade tomou conta das pessoas no dia da realização da exposição. Objetos os mais variados foram trazidos para compor o cenário e para permitir a rememoração no grupo: bonecas, livros infantis, carrinhos, bolinhas de gude, disco sonoro com histórias infantis, casaquinhos de bebê, canequinhas de louça, cadernos escolares, ursinhos de pelúcia... Enfim, uma infinidade de brinquedos e de roupas, além de doces da infância, como, balas “7 Belo” e arroz-doce, relembrando os agrados da mãe. Até mesmo um mamão verde foi trazido! Na hora da exposição, foram colocados palitos de fósforo nele, a fim de rememorar as “vaquinhas” de brinquedo.

Walter Benjamin, filósofo berlinense, sempre atento às produções infantis e à prática da narrativa, nos ensina que a compreensão do passado ultrapassa a fronteira do estritamente racional. A preservação da memória, portanto, não está ligada ao acúmulo de informações, como pareciam ser as entediadas aulas que tivemos ao longo de nossa escolarização. “A preservação da memória precisa ter um benefício para a vida das pessoas. É necessário que haja questionamento do presente, que nos coloquemos em movimento, a fim de que a produção do conhecimento seja substantivamente favorável à expansão da vida” (CAMPOS, 2016, p. 4). Segundo nossa saudosa professora e pesquisadora Maria Carolina Bovério Galzerani (2002, p. 63), “rememorar para Benjamin significa trazer o passado vivido como opção de questionamento das relações e sensibilidades sociais existentes também no presente, uma busca atenciosa relativa aos rumos a serem construídos no futuro”.

**Figura 1: Exposição de objetos de arquivos pessoais de estudantes**



**Arquivo pessoal Ana Maria de Campos**

A partir da rememoração, da escuta da narrativa do outro, do entretecer da história pessoal com a de um grupo social responsável pela formação escolar de novas gerações,

as reflexões acerca da constituição da profissionalidade docente ganharam um outro teor, com cor e sabor.

**Figura 2: Exposição de objetos de arquivos pessoais de estudantes**



**Arquivo pessoal Ana Maria de Campos**

A atuação docente pode vir a ser um trabalho de humanização de práticas com as quais tivemos doloroso contato em nosso percurso de escolarização. Nos memoriais elaborados por muitas estudantes, temos nos deparado com a rememoração de situações de descaso, de violência e de intimidação vividas em instituições escolares. A criação de um ambiente protegido para a pronúncia da palavra tem mostrado que há um envolvimento de educandos, educandas e educadora na construção de novas possibilidades de ser e de estar no trabalho educativo. Na escuta implicada, podemos nos deixar afetar e também afetarmos ao outro a partir das questões emergentes do cotidiano e da reflexão sobre as nossas práticas.

Partilhamos aqui o aprendizado que vivemos na parceria com educandos e educandas em algumas disciplinas de cursos de pós-graduação em educação. Docentes aprendentes, como nos ensinou Paulo Freire (2003, p. 23-24):

Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender [...] Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar [...] Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender.

Escolher viver a escuta e o diálogo na produção acadêmica é uma forma de sonhar sonhos possíveis, visto que temos que ir ajustando nossas práticas às demandas existenciais de quem está caminhando conosco: “O sonho viável exige de mim pensar diariamente a minha prática; exige de mim a descoberta, a descoberta constante dos limites

da minha própria prática, que significa perceber e demarcar a existência do que eu chamo espaços livres a serem preenchidos” (FREIRE, 1982, p. 100).

Estamos vivendo um momento trágico na história de nosso País, com uma crise política e institucional radicalizada por um golpe de estado híbrido, jurídico-parlamentar-midiático, que está em curso, aprofundando diariamente a desigualdade social e destruindo a soberania nacional, com a dilapidação do patrimônio público e a destruição das garantias legais proclamadas na Constituição de 1988. Nessa conjuntura trágica é que procuramos com nosso trabalho denunciar as injustiças e anunciar outro futuro, pois “é do futuro que tiramos os valores com que qualificamos a ação do presente” (GERALDI, 2007, p. 45).

A partir de nosso local de trabalho, vamos criando e anunciando coletivamente a potência de práticas educativas comprometidas com a renovação da vida, com o combate às injustiças e com a construção da solidariedade. Vamos *preenchendo os espaços livres*. Nosso desafio na construção de *outro mundo possível* é diário. Aceitamos o risco de vivermos em diálogo com estudantes, nos reinventando como pessoas, reexistindo:

O desafio está posto. As possibilidades – ainda que tênues, marginais, não definitivas – estão abertas. Abertas em nosso presente, neste momento singular, único para nos percebermos vivos, criativos, atuantes socialmente. Fica, novamente, o convite - talvez o alerta - sobretudo para aqueles, como Benjamin, como poetas alegoristas, que conseguem se inspirar para (re)inventar o próprio presente (GALZERANI, 2008, p. 235).

Narrando experiências vividas, ofertamos alguns dos achados recolhidos durante a caminhada, com a intenção de “esticarmos os horizontes”, como o poeta Manoel de Barros: “Andando devagar eu atraso o final do dia” (2001, p. 85).

## Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. Memória. In: \_\_\_\_\_. **Poesia e Prosa**: organizada pelo autor. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988, p. 204.

BARROS, Manoel de. **Livro sobre nada**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas I**. Magia e Técnica. Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 197-221.

CAMPOS, Ana Maria de. **Histórias contidas e nem sempre contadas na formação de jovens e adultos**. 2014. 392p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/254097>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Guardadas do lado esquerdo do peito... In: VIII Seminário Nacional do Centro de Memória da UNICAMP: Memória e acervos documentais: o arquivo como espaço produtor de conhecimento, 2016, Campinas. **Anais do VII Seminário Nacional do Centro de Memória da UNICAMP**: Memória e acervos documentais: o arquivo como espaço produtor de conhecimento, 2016. p. 01 – 17.

DOURADO, Ana; DABAT, Christine; ARAÚJO, Teresa Correa de. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 407-436.

FRANCO, Walter. O dia do criador. Intérprete: Walter Franco. In: FRANCO, W. **Vela Aberta**. Rio de Janeiro: CBS, 1980. 1 Disco Sonoro. Lado A, faixa 2.

FREIRE, Paulo. Considerações em torno do ato de estudar. In: \_\_\_\_\_. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 09-12.

\_\_\_\_\_. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **O educador: vida e morte, escritos sobre uma espécie em perigo**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 98-101.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação?** Tradução Rosiska Darcy de Oliveira. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. 27 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GALEANO, Eduardo. O direito ao delírio. In: \_\_\_\_\_. **De pernas pro ar**: a escola do mundo ao avesso. 6. ed. Porto Alegre: L&PM, 1999, p. 341-344.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Imagens entrecruzadas de infância e de produção de conhecimento histórico em Walter Benjamin. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Org.). **Por uma cultura da infância**: metodologias de pesquisa com crianças. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 49-68.

\_\_\_\_\_. A produção de saberes históricos escolares: O lugar das memórias. **O Historiador e seu tempo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

GERALDI, João Wanderley. A diferença identifica. A desigualdade deforma. Percursos bakhtinianos de construção ética e estética. In: FREITAS, Maria Teresa; SOUZA, Solange

Jobim e; KRAMER, Sônia. **Ciências humanas e pesquisa**: leituras de Mikhail Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 39 – 56.

GONZAGUINHA. Redescobrir. Intérprete: Elis Regina. In: REGINA, Elis. **Saudades do Brasil**. Rio de Janeiro: WEA, 1980. 2 discos sonoros. Disco 2. Lado B, faixa 10.

GUEDES, Beto; BASTOS, Ronaldo. Sol de Primavera. Intérprete: Beto Guedes. In: GUEDES, B. **Sol de Primavera**. São Paulo: EMI-Odeon, 1979. 1 Disco Sonoro. Lado A, faixa 1.

LEMINSKI, Paulo. Relógio parado. In: \_\_\_\_\_. **Caprichos e relaxos**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LENINE; NOBRE, Dudu. Paciência. Intérprete: Lenine. In: LENINE. **Na pressão**. São Paulo: BMG-Ariola, 1999. 1 CD. Faixa 03.

## 7. O PROJETO

### “TEM CRIANÇA NO ARQUIVO”:

as visitas das Unidades Municipais de Educação Infantil  
ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

**MANSUR, Gabriella Diniz**

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte  
Rua Itambé, 227 |  
Floresta, Belo Horizonte - MG | CEP 30150-150  
gabimansur@yahoo.com.br

#### RESUMO

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) é uma instituição de guarda que visa à preservação dos documentos e da memória da cidade. Tem, para além de suas atribuições, um espaço de educação patrimonial. Ao longo dos anos, bem desenvolvendo atividades educativas para atender os públicos que o visitam. A procura para a realização de visitas tem aumentado, principalmente em se tratando de visitas escolares. Este trabalho trata da parceria entre o APCBH e a Secretaria Municipal de Educação / Gerência de Coordenação de Educação Infantil, contando a experiência da participação de duas turmas de Educação Infantil, durante a I Semana Nacional de Arquivos, no âmbito do projeto “Tem Criança no Arquivo”, cujo intuito foi fazer com que essas visitas fossem mais regulares. O projeto prevê momentos diversos, em que crianças de quatro, cinco e seis anos, de maneira lúdica, se aproximem da história da cidade e do papel do APCBH. O objetivo do trabalho consistiu em relatar a experiência da apresentação das atividades planejadas, a partir dos resultados levantados após as visitas.

**Palavras-chave:** Arquivo Público. Educação patrimonial. Visitas. Criança.

## Introdução

Este artigo define o público que visita o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) e aponta as demandas e os roteiros estabelecidos para esse atendimento, dando maior enfoque às experiências das visitas das Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEs) de Belo Horizonte e ao projeto “Tem criança no Arquivo”. Também, relata os desafios e mostra como foram pensadas e planejadas as atividades realizadas para a visita do público infantil à instituição.

As visitas estreitam as relações do Arquivo com as instituições escolares, desmistificando a ideia sobre arquivos. A esse respeito, explica Renata Frantini:

As atividades na área de educação patrimonial auxiliariam na preservação do arquivo e, conseqüentemente, modificariam a concepção predominante que se tem dele e de seus documentos, admitindo-se que a grande maioria da população tem uma visão equivocada sobre arquivo, conhecido quase sempre como “arquivo morto”, sinônimo de um lugar muitas vezes “escabroso”, em que se guardam “papéis velhos” e sem utilidade, além de outras mitificações a respeito. Essas atividades contribuiriam diretamente para a formação de cidadãos conscientes da importância e da representatividade de um arquivo para um indivíduo e para uma sociedade, em termos políticos, jurídicos, históricos, culturais etc. (FRANTINI, 2009, p. 43).

## O Educativo e a Educação Patrimonial do APCBH

Após a reforma administrativa que ocorreu na administração direta da Prefeitura de Belo Horizonte, em 2017, o departamento que tinha como atribuição executar as ações educativas se dissolveu. Extraoficialmente, o Departamento Educativo e o encarregado da Pesquisa e Difusão Cultural foram reunidos em um setor.

Desde sua criação, o APCBH sempre recebeu visitas escolares, aspecto que lhe conferia a afirmação e o reconhecimento ao trabalho que desenvolvia.

O Educativo do APCBH engloba o Programa de Educação Patrimonial, que se apoia no conceito planejado no âmbito das ações no projeto de vinte anos da instituição: “É importante? Vamos Preservar?”. Esse conceito permanece ainda ativo, procurando sensibilizar os visitantes para a importância da preservação e valorização do patrimônio cultural.

A Educação Patrimonial do APCBH prevê roteiros específicos de visitas para melhor atender seus diversos públicos, variando os objetivos, a linguagem e as atividades educativas. Desde 1996, as visitas se dividem em: monitoradas, profissionalizantes, técnicas e institucionais.

A visita monitorada destina-se aos alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Seu objetivo é apresentar a instituição como um lugar de memória oficial, que vai contar a história da Cidade, com base em documentos, mostrando também a variedade de suportes, com as informações pertinentes. É realizada pela equipe do Educativo, que conta com suporte tecnológico para a apresentação de slides, caixinha de som para exibição de filmes e fac-símiles, em que os alunos manuseiam réplicas de documentos, a partir de um jogo com dicas de tipos de suporte documental.

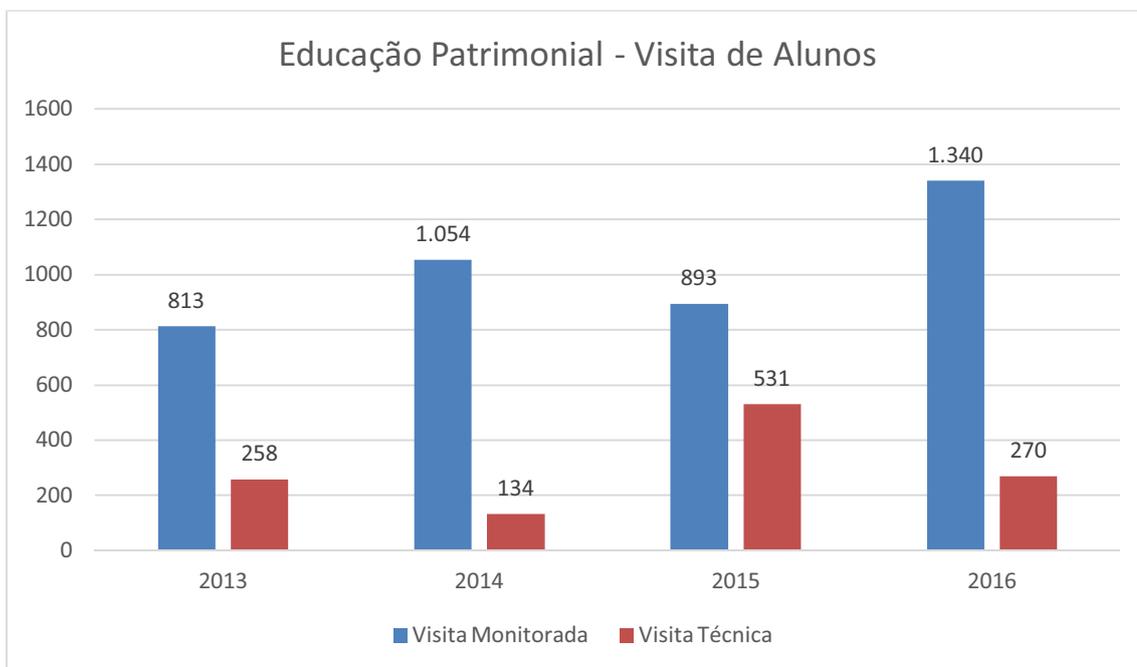
A visita profissionalizante destina-se a cursos que inserem alunos no mercado de trabalho, para os quais a visita é voltada mais para a Gestão de Documentos e o Arquivo Permanente, pois muitos querem saber como ocorrem a organização e a guarda dos documentos. Seu objetivo é mostrar e esclarecer como são desenvolvidas as atividades arquivísticas no ambiente público. Destina-se aos alunos dos cursos de graduação e demais alunos e profissionais de universidades.

A visita técnica propicia aos alunos a oportunidade de conhecerem o papel e as funções da instituição. Pretende-se com isso divulgar a instituição, as ações presentes e as potencialidades que podem ser pesquisadas.

A visita institucional é realizada por outros arquivos, centros de memória e instituições privadas que desejam conhecer a dinâmica da instituição, como é o trabalho desenvolvido e quais são as atividades de um arquivo. Seu objetivo é auxiliar no que diz respeito à montagem de uma instituição arquivística e/ou esclarecer dúvidas mais pontuais sobre um arquivo.

Essas visitas contam com a participação de todos os setores, que se disponibilizam a fazer uma apresentação oral para o público. Dependendo da demanda, é também realizada uma exposição com os vários tipos de documentos, sejam arquitetônicos ou fotográficos.

O maior número de visitas ao APCBH que ocorreram nos últimos quatro anos advém das monitoradas com o público de escolas públicas municipais e particulares, pois essas geralmente estão estudando as fontes primárias e a história da cidade.



Fonte: Educativo APCBH

No âmbito das visitas monitoradas, salienta-se o projeto “Circuito de Museus”, fruto de uma parceria do Arquivo com outras instituições de memória, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e o Programa “BH para Crianças”, desde 2011, como parte do Circuito História de Belo Horizonte, junto com o Museu Histórico Abílio Barreto, o Memorial Minas Gerais Vale e o Museu da Escola.

Nos primeiros anos do Circuito, o APCBH recebia as visitas monitoradas, durante a parte da manhã e a parte da tarde, de alunos do ensino do Fundamental I e do Fundamental II. A partir de 2012, a pedido da SMED, foram incluídos os alunos do ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA), quando passaram a ocorrer as visitas noturnas. Em 2016, começou a receber os alunos das Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs).

A experiência com a Educação Infantil foi desafiadora e rápida, pois passaram pelo APCBH apenas duas escolas. Desafiadora no que tange ao público visitante, ao modo como seria a abordagem e às atividades que poderiam ser desenvolvidas. Após a realização dessas visitas, a equipe do Educativo percebeu a curiosidade e o interesse dos pequenos

em estar em uma instituição que não apresenta nenhum visual expositivo, outro grande desafio.

## O projeto “Tem criança no Arquivo”

Em razão da visita do público infantil em 2016, o departamento que até então coordenava as ações educativas planejou realizar outras, o que coincidiu com a promoção pelo Arquivo Nacional, em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa, da Semana Nacional de Arquivos.

Entre outras iniciativas, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte lançou o projeto “Tem criança no Arquivo”, para compor a programação da semana, com o objetivo de trazer crianças de quatro, cinco e seis anos para dentro da instituição, dando-lhes a oportunidade de conhecer os tipos de suporte documental, relacionar documentos públicos e privados e saber a história do Arquivo da Cidade, um importante equipamento que realiza a guarda e a preservação da memória de Belo Horizonte.

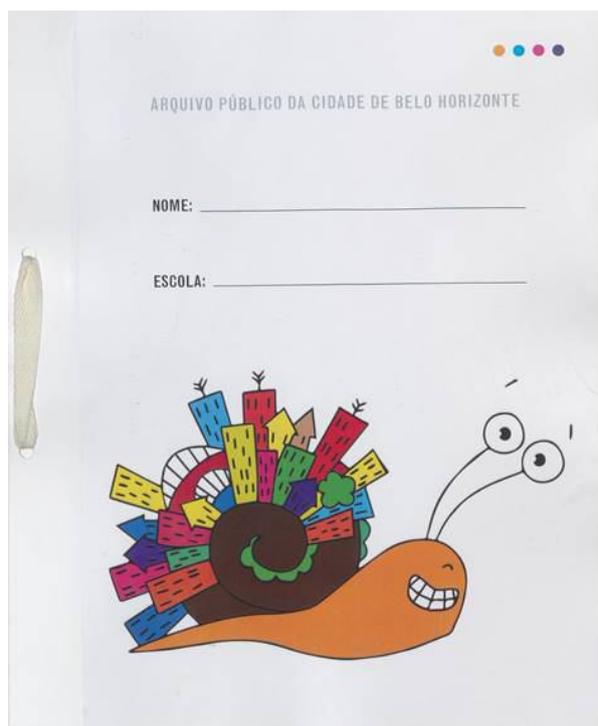
Após contato feito com a SMED, por intermédio da Gerência de Coordenação da Educação Infantil (GECEDI), duas escolas que tivessem interesse em conhecer o Arquivo foram convidadas para participar: a UMEI Ipiranga e a UMEI Vila Leonina. Antes que a visita acontecesse, as professoras e as coordenadoras das duas UMEIs foram à instituição para conhecer a proposta e o espaço para o atendimento. Elas receberam uma pasta que continha: Cartilha do Cidadão, cartilha infantojuvenil sobre a história da cidade, cartilha sobre os direitos dos cidadãos, em diferentes suportes documentais e demais informações sobre o dia da visita, como, número máximo de crianças para atendimento, acessibilidade do prédio, espaço destinado para as crianças lancharem, horários de início e proposta de atividades a serem realizadas antes que a visita ocorresse. A visita foi planejada levando-se em consideração as atividades que poderiam melhor se adequar ao trabalho do Arquivo com as crianças, dividindo-se em cinco momentos.

- Primeiro momento – contemplou o acolhimento das crianças, seguido da apresentação do espaço, dos combinados e de algumas músicas, para uma interação delas com o espaço e o monitor.

• Segundo momento – as crianças foram encaminhadas à sala de visitas, para a apresentação da mascote do APCBH, um simpático caracolzinho, que carrega a cidade nas costas: o Beloricol. Também foi apresentado o mapa atual da cidade, com suas regionais, para que elas pudessem ter a dimensão de seu tamanho. Seguiu-se a exibição do “Vídeo Documento”, uma produção de narrativa que se desenvolve por meio da experiência de Davi, uma criança que visita o Arquivo para pesquisar a história da cidade, a partir de solicitação da professora para um trabalho escolar. Assim, deu-se início a um debate sobre a importância do arquivo tanto para a vida pessoal da criança quanto para o cotidiano da cidade. Na sequência, explicou-se, por meio de slides, como é feita a conservação de documentos.

• Terceiro momento – as crianças tiveram uma pausa para usar o banheiro e fazer um lanche. Com uma sala adequada, com mesas e cadeiras, elas tiveram trinta minutos para esse momento, que contou com a supervisão das professoras.

• Quarto momento – previamente, confeccionou-se um fôlder com a mascote e as plotagens, com interrogações e exclamações, para provocar as crianças a refletirem sobre o espaço visitado. A ideia é que elas colorissem uma folha onde estava o desenho do Beloricol e a guardassem dentro do fôlder, que possuía cantoneiras para o encaixe da atividade, para mostrar que o uso de fitas adesivas pode danificar o documento.





Fonte: Educativo APCBH

• Quinto momento – as crianças foram convidadas a conhecer a mesa de conservação, que traz a reflexão: “É importante? Vamos preservar!”. Os objetos estavam expostos em dois quadrados, um com o que pode ser utilizado nos documentos e o outro com que não pode. Depois, foram feitas visitas às áreas de guarda, para que conhecessem onde e como os documentos são acondicionados.

Ao final da visita, as crianças receberam a Cartilha do Cidadão, com o encarte de atividades pedagógicas e o fôlder com o desenho da mascote que elas fizeram.

A pedido do Educativo, as professoras fizeram avaliações das visitas, mostrando o lado da escola quanto à validação das atividades de acordo com a faixa etária, o tempo de cada momento, a totalidade da visita, as expectativas, as impressões e os apontamentos.

A coordenadora da UMEI Ipiranga, Juanice, fez um relato sobre a experiência que teve com os alunos ao visitar o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte:

Acompanhei a turma de 5/6 anos ao Arquivo Público no dia 9 de junho de manhã. Gabi estava pontualmente às 8h30, horário combinado, na portaria para nos receber, apresentando-se muito simpática com todos. Ela se apresentou às crianças e informou onde iríamos em seguida. Ao chegarmos em nosso destino, uma sala, ela convidou as crianças a cantarem três músicas (“Eu vou andar de Trem”, “O Jipe do padre” e “Pedala pedalinho”), onde todos ficaram extremamente envolvidos. Explicou então de forma de fácil entendimento que local era aquele (este momento durou o tempo que julgo ser necessário, não se delongando muito) e informou que seguiríamos para a sala de vídeo para conhecermos Davi (criança protagonista de um vídeo explicativo). Na sala, ela apresentou nossa cidade em um mapa grande fixo na parede colorido de acordo com as regionais. Mostrou a

regional em que se encontra o Arquivo e a regional da UMEI Ipiranga e o possível trajeto feito (este momento foi rico em discussões entres as crianças, a Gabi e as professoras). Apresentou também a mascote do Arquivo. Passou o vídeo do Davi (criança que fala de seu acervo pessoal e conhece o Arquivo Público reconhecendo-o como arquivo pessoal da cidade de Belo Horizonte). Falou o que compõe um arquivo pessoal. Depois passou algumas lâminas sobre conservação de documento (julgo para nossa faixa etária, desnecessário, acredito ser pertinente numa segunda ida ao espaço) as crianças neste momento começaram a se dispersar, talvez pelo número grande de informação. Seguimos para o lanche numa sala ampla, limpa, conservada, com lixeiras, mesas e cadeiras na altura da criança em quantidade para todos. Após o lanche as crianças participaram de uma “oficina” onde as crianças coloriram a mascote e receberam uma pasta para guardá-lo (acredito totalmente desnecessário e tomou um tempo grande da visita, talvez se for importante para o Arquivo que as crianças levem este desenho que seja colorido em casa). Descemos para uma mesa de vidro onde ela explica os objetos que podemos juntar aos documentos do nosso arquivo pessoal, estes objetos já estavam todos separados em dois quadrados: um dos objetos que contribuía para maior durabilidade do documento e outro com objetos que danificam os documentos (sugiro esta ser a “oficina” – talvez os objetos pudessem estar juntos e iríamos separando e agrupando). Terminou ali, às 10h45min nossa visita. A participação das crianças cadeirantes é um fator a ser avaliado, visto que usamos algumas escadas e não vi elevador (desconheço se há no prédio). Acredito ser interessante as crianças entrarem em apenas uma sala que tenha os armários móveis de gaveta. Foi enriquecedora a experiência, muito válida, estes são olhares que acredito que possam contribuir com as demais turmas, principalmente as de 4/5 anos. Gabi apresenta grande boa vontade, sei que o manejo com as crianças pequenas irá aperfeiçoar com o tempo e nós professores de educação infantil podemos ser exemplos deste trato (digo isso nos momentos em que as crianças se dispersam). A visita durou das 8h30 às 10h45. Tenho constatado, a cada visita que participo/acompanho, que a qualidade prevalece o tempo. Para ser mais clara: no mesmo dia a tarde, estive na casa FIAT de Cultura e nossa visita durou 60 minutos e as crianças saíram de lá mais sensíveis a observar a paisagem e prédios da nossa cidade. Entendi que esse era o objetivo e foi alcançado com louvor. No arquivo, entendi ou imagino que o objetivo é despertar a consciência do que é documento/arquivo pessoal e informar que nossa cidade conta com um espaço para guardar os documentos que contam a sua história (JUANICE, 2017).

A professora Daniella, da UMEI Vila Leonina, também relatou sua experiência, apontando os pontos positivos e as dificuldades durante a visita:

A turma das Letras de cinco anos do turno da tarde da UMEI Vila Leonina, realizou um passeio ao Arquivo no mês de junho. Antes porém, foi realizada pela equipe do Arquivo Público uma conversa com a coordenadora pedagógica e a professora da turma com o objetivo de orientá-las antes da visita com as crianças. Também foram trabalhadas na UMEI antes da visita algumas atividades sobre o tema, para que as crianças apropriassem do espaço e assim despertassem o interesse em relação ao assunto. Durante o passeio, foram observados alguns pontos positivos destacamos: disponibilidade de material informativo contendo livros e

cartilhas para o professor; trabalho pedagógico feito na escola antes da visita, com a utilização de materiais fornecidos pelo Arquivo, que possibilitou um conhecimento prévio das crianças e o interesse em visitar o local; boa acolhida na chegada das crianças; e espaço preparado para receber as crianças com mobiliários adequados no momento do lanche. E algumas dificuldades: as crianças ficaram na expectativa de encontrar a mascote “Beloricol”, então pensamos que seria interessante que elas fossem recebidas e guiadas no espaço pela mascote, pois antes da visitação foi nos informado que a mascote os receberiam; achamos que o momento das brincadeiras direcionadas foi muito extenso, mesmo sabendo que a intenção foi boa, poderia ter sido utilizada para que as crianças pudessem explorar o espaço; seria interessante que o documentário apresentado no início para as crianças fosse com uma linguagem mais apropriada para a faixa etária. Sugerimos um desenho animado e/ou um vídeo curto para esse momento; e durante a atividade proposta do desenho da mascote o material disponibilizado não foi suficiente para atender a demanda (NAVES, 2017).

Ambos os relatos foram muito importantes para que a visita fosse redesenhada. Claro que cada um possui um olhar, mas em determinados pontos os relatos se tocam. Todas as críticas foram aceitas e pensadas. O tempo e as atividades desenvolvidas é que chamaram a atenção para uma busca de alinhamento entre o envolvimento das crianças com o espaço e o fazer arquivístico.

A partir dessa experiência, enquanto instituição e tendo os relatos como um incentivo, o Educativo percebe a importância de incluir periodicamente essa faixa etária em suas atividades.

## **A experiência da parceria do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte com Gerência de Coordenação da Educação Infantil (GECEDI)**

A GECEDI, responsável pela formulação e implantação da Política Pedagógica de Educação Infantil para a Rede Municipal de Ensino e para a Rede de Creches parceiras do Município, que incentiva e promove a inserção de crianças e adultos nos espaços públicos da cidade, por meio do Projeto Educando a Cidade para Educar, demonstrou o interesse em fazer parceria no segundo semestre de 2017 com o APCBH.

Mayrce Terezinha da Silva Freitas, gerente da coordenação, na pessoa da Ana Cláudia Figueiredo, enviou o seguinte ofício:

[...] Considerando a experiência em anos anteriores, no Circuito de Museus e após a experiência bem sucedida da participação de duas turmas da Educação Infantil na Semana Nacional de Arquivos, visitando o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, gostaríamos de formalizar a parceria para atendimento às crianças da Educação Infantil em visitas regulares. Compreendemos o significado das crianças, conhecerem o Arquivo e iniciarem discussões que se estenderão por muitos anos. Desse modo reconhecemos o empenho da equipe, em organizar momentos diversificados durante a visita, que estejam adequados à idade e as possibilidades das crianças pequenas. Acreditamos que essa parceria também abrirá, aos professores da Educação Infantil, a oportunidade de conhecerem o Arquivo Público, seu trabalho e as potencialidades desse espaço ainda pouco acessado pela população geral (FREITAS, 2017).

Após essa formalização, realizou-se uma reunião com a GECEDI, para alinhar e planejar as atividades da visita, levando em consideração as avaliações e os apontamentos das escolas, para ajustar o modelo.

A formação de professores ocorreu no começo do segundo semestre de 2017, para que eles entendessem como aconteceria a visita após sua nova modelagem. Explicou-se a eles que tudo era muito recente para o Arquivo e que a equipe estava aberta a mais sugestões. Eles receberam uma pasta contendo as publicações do setor, assistiram a dois vídeos (“Caminhando com Tim Tim” e “Charlie Brown vai ao Museu), para lhes mostrar que cada criança valoriza e tem uma percepção diferente. Como diz a mãe de Tim Tim no vídeo: “O chegar não é mais valioso que a andança”. Foi pensado junto com os professores o que poderia acontecer como culminância. Talvez uma exposição com trabalhos desenvolvidos pelas crianças.

Seguindo um pouco o modelo da Semana Nacional de Arquivos, a visita ainda se divide em momentos. Só que agora em apenas três.

- Primeiro momento – traz um acolhimento para as crianças, com os combinados, uma dinâmica que envolve figuras dispostas na parede, que elas têm de coletá-las. São desenhos ilustrativos do que pode ser ruim ou legal para a instituição. Seguem-se músicas e brincadeiras. Depois, uma conversa sobre o Arquivo, uma atividade pedagógica destinada a essa faixa etária e um Bingo de imagens de antes e depois de alguns pontos da Cidade que possivelmente as crianças possam conhecer ou reconhecer.



Fonte: Educativo APCBH

- Segundo momento – é hora do lanche. Para além da visita, o lanche também é importante, pois é quando as crianças se socializam.



Fonte: Educativo APCBH

- Terceiro momento – destina-se à mesa de conservação e à visita às áreas de guarda.

Ao final da visita, as crianças recebem um Kit pedagógico de conservação de documentos, um envelope contendo um fôlder explicativo com algumas dicas de conservação, máscara e luvas descartáveis, cliques de plástico, cadarço de algodão, cravo-

da-índia e pimenta-do-reino e um passaporte do pesquisador com convite para que voltem a fazer a visitação.



Fonte: Educativo APCBH

Agora, era necessário pensar em associar esse roteiro desenvolvido para o público infantil com aquilo que Carvalho e Lopes (2016) tratam como o tempo, o espaço e o objeto das crianças em um espaço museológico, fazendo aqui uma ligação com o espaço arquivístico.

A visita foi reduzida de 2 horas e 15 minutos para 1 hora, contando o tempo de interação das crianças com o espaço. Foi possível perceber que o tempo de concentração dos pequenos é menor. Não é a quantidade que prevalece, mas é a qualidade que traz bons frutos.

[...] Para o público infantil, o tempo para percepções é também bem diferente. Crianças podem ficar um período considerável observando algo que desperte o interesse, mas também querem e precisam se mover com rapidez, com jogos e brincadeiras que priorizem aspectos motores (CARVALHO; LOPES, 2016, p. 4).

Para que as crianças interajam com o espaço de maneira que se soltem, durante as visitas foram propostas músicas, tanto do ambiente escolar como também que envolvessem a mascote Beloricol. Ter uma mascote facilita a aproximação das crianças com o espaço, pois assim a visita torna-se também lúdica.

Nesses espaços, é possível apreender conhecimentos por meio de diversas maneiras de brincar e interagir, configurando relações entre a presença do passado e do presente. Sem perder de vista a leveza das atividades e aludindo ao papel indagativo e participativo de crianças [...] (CARVALHO; LOPES, 2016, p.4-5).

Relacionado à culminância do projeto, os alunos da UMEI Ouro Minas confeccionaram com muita criatividade réplicas da mascote feitas de diferentes matérias, tornando-a, assim, o objeto central da visita.



Fonte: Educativo APCBH

## Considerações Finais

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, durante muitos anos, vem recebendo visita de vários públicos. Por ser uma instituição de guarda de documentos da administração pública e de coleções e acervos doados pela população belo-horizontina, todos os interessados têm o direito de conhecê-los, pois fazem parte da memória da cidade.

Desenvolver atividades para diferentes públicos aproxima o educativo das escolas. Crianças de todas as idades podem nos visitar e participar mais ativamente, tendo contato com os documentos e com uma instituição pública de caráter arquivístico.

A experiência com o projeto “Tem criança no Arquivo” nos fez refletir sobre a importância de incluir esses pequenos cidadãos em mais um roteiro de visita. O envolvimento tanto da escola quanto das professoras foi muito significativo em todos os processos: o antes, o durante e o depois. O fato de poderem nos avaliar e, depois, verem

que nós tivemos a preocupação de acertar a proposta educativa envolve, de fato, esse profissionais, valorizando seus conhecimentos sobre o tema.

Acreditamos que se desde pequenas as crianças visitarem os espaços culturais, com uma inclusão infantil, atividades voltadas a elas, isso tende a criar um gosto e uma inserção, independente de uma classe econômica.

Essas visitas têm sido muito significativas para o APCBH, ampliaram nossa visão enquanto espaço educativo, percebendo que as crianças apresentam uma compreensão desse lugar dentro da cidade.

## Referências

**CAMINHANDO com Tim Tim.** Direção: Genifer Gerhardt. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1dYukOrq5RI>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

CARVALHO, Cristina. LOPES, Thamiris. **Educação & Realidade.** O público infantil nos museus. Porto Alegre. 2016.

FRANTINI, Renata. Educação Patrimonial em Arquivos. **Revista Eletrônica do Arquivo Público de São Paulo.** Nº 34. 2009.

FREITAS, Maria Terezinha da Silva. **Parceria entre o APCBH a SMED por meio da Gerência de Coordenação da Educação Infantil.** Ofício recebido em 20 jul. 2017.

JUANICE (umeip-glc@pbh.gov.br). **UMEI Ipiranga.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por ana.brasil@pbh.gvc.br em 14 jun. 2017.

NAVES, Daniella Fagundes (umeivl-ccs@pbh.gov.br). **UMEI Vila Leonina.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por ana.brasil@pbh.gvc.br em 20 jun. 2017.

## 8. DIGITALIZAÇÃO DE ACERVOS VHS: possibilidades artísticas

**SILVA, Raphael Morone M. da <sup>1</sup>**  
**ALMEIDA, Marcelina das Graças de <sup>2</sup>**

1. Escola de Design - UEMG. Arquivo de Som e Imagem.  
Av. Antônio Carlos, 7.545, 7º andar |  
São Luiz, Belo Horizonte - MG | CEP 31270-010  
asi.ed.uemg@gmail.com
2. Escola de Design - UEMG. Arquivo de Som e Imagem.  
Av. Antônio Carlos, 7.545, 7º andar |  
São Luiz, Belo Horizonte - MG | CEP 31270-010  
asi.ed.uemg@gmail.com

### RESUMO

O Arquivo de Som e Imagem (ASI), localizado no Centro de Estudos em Imagem da Escola de Design da UEMG, guarda um acervo diversificado, contendo, inclusive, fitas VHS. Este artigo reflete os usos desse material em criações artísticas, a partir da concepção de que cada fita digitalizada é uma pequena cápsula do tempo, constituindo-se em um retrato de uma época.

**Palavras-chave:** Acervo. VHS. Artes visuais. Arte contemporânea.

O Arquivo do Som e Imagem (ASI) surgiu em 2009, como resultado do trabalho realizado pelo professor Alessandro Ferreira Costa, com o patrocínio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, mediante concessão de bolsa de iniciação científica, e o apoio do Centro de Estudos em Design da Imagem. O ASI é um centro de informação especialista em imagens da Universidade do Estado de Minas Gerais, o qual reúne um acervo de filmes, fotografias e vídeos, entre outros recursos, contemplando mais de 600 documentos catalogados e indexados. Entre 2010 e 2014, o acervo incorporou coleção de fotografias, hemeroteca, reunião de projetos de graduação, documentos históricos, registros de eventos e vídeos em formato VHS, que, aos poucos, estão sendo digitalizados.

O processo de digitalização dessas fitas VHS para o formato DVD iniciou-se em 2016, a partir de um primeiro lote de doações realizadas pelo corpo docente. Nessas fitas, havia filmes da década de 1990, gravações de programas de televisão, clipes musicais, registro de trabalhos de antigos alunos e documentários sobre a história da arte e do design.

Durante o processo, houve uma série de desafios, a começar pela triagem das fitas, mediante a identificação daquelas que se encontravam em boas condições e daquelas, que devido a sua má conservação, tornaram-se inviáveis para execução em um aparelho videocassete. Uma das razões para a digitalização desse acervo prendia-se à efemeridade do formato VHS, sigla para *Video Home System*, surgido nos anos de 1970 como uma mídia analógica de gravação e funcionamento via processo magnético. Tratando-se de material frágil à ação do tempo, sua conservação requer locais secos e devidamente climatizados, para que fungos não ajam, danificando os dados gravados nesses rolos. Pelo fato de as instalações do ASI apresentarem espaço reduzido e de haver pouca disponibilidade de aparelhos de videocassete, preferiu-se digitalizar esse material, buscando não só otimizar o espaço na sala, como também preservar esses dados, para que não se perdessem ao longo do tempo.

Adicionalmente, foi necessário examinar cada fita apta a ser digitalizada, com base em uma seleção dos conteúdos. Havia nesse primeiro lote diversas fitas cujos conteúdos estavam gravados de maneira superposta, cortados abruptamente ou com falhas de captação. Tudo isso tornava o registro inviável para o acervo. Após essa seleção, dez fitas foram separadas para serem copiadas e quatro foram descartadas.

Um videocassete com as funções *fast-forward* e *rewinding*, respectivamente, para avançar e recuar o vídeo com mais velocidade, e outro especialmente para captar uma placa de captura USB, além do *software* AMcap e de um computador com espaço adequado

para receber os arquivos, constituíram-se nas ferramentas utilizadas para digitalizar essas fitas.

À medida que cada fita era captada, percebia-se o potencial daquele material para uso em produções artísticas. Esse potencial não se prendia apenas a sua importância documental para referências, pois grande parte desse conteúdo era de produções realizadas desde o final dos anos de 1980 até o final dos anos 2000, mas também às possibilidades artísticas presentes ali para ressignificação delas.

Surgiram daí várias reflexões sobre esse processo. Uma delas partiu do pressuposto de que cada fita representa uma pequena cápsula do tempo e um retrato de uma época. Cita-se como exemplo uma série de recortes de programas e propagandas da MTV Brasil nos anos 2000. Em mais de duas horas de vídeo, é possível perceber metodologias na criação audiovisual para a TV, figurinos, modo como os roteiros eram pensados e toda a dinâmica de linguagem utilizada naquela década, muito diferente do que se vê na televisão atual. Ter esse material ali é ter uma reunião de um pensamento de cultura pop de uma época, um reduto de referências para criadores e pesquisadores em audiovisual.

Outra reflexão vem da ressignificação desses conteúdos em novas formas de criação. Por exemplo, veicula-se na Internet o movimento artístico *Vaporwave*, que surgiu no início dos anos de 2010, em fóruns virtuais, como 4chan e Reddit, o qual contempla, de forma irônica, música, propaganda e a cultura dos videogames dos anos de 1980. As produções variam de músicas criadas a partir de recortes de sucessos das paradas musicais estadunidenses daquela década até produções visuais inspiradas em mundos idílicos e paradisíacos que existiam em propagandas de produtos aos games de consoles, como, Super Nintendo e Megadrive, e fliperamas. Entre ironia, homenagem e descompromisso, o *Vaporwave* é um dos retratos da cultura da Internet, um mundo que devora conteúdos e o transformam em coisas completamente diferentes.

Com apoio nesses dois eixos de pensamento, surgem diversas possibilidades para a criação artística. E isso vem, principalmente, como resultante dos modos de vida surgidos em bases tecnológicas: os artistas entrecruzam poéticas e tecnologias para produzir obras em processos (GASPARETTO, 2014, p. 23). A partir desses cruzamentos, podem ocorrer desdobramentos que vão desde a utilização em videoarte até o recorte de *frames* para posterior impressão em papel, para uso como material em colagens, pinturas e *assemblage*. Pensar essas utilizações, contudo, não é apenas um exercício experimental, mas a oportunidade de criar narrativas mais complexas, como aconteceu com o movimento

*Vaporwave*. A ideia é pensar o acervo como registro histórico, mas também como estímulo à percepção e conscientização do tempo e das permanências (ALMEIDA; MOURA, 2015, p. 10), para mostrar que a arte pode ser um agente nesse processo.

## Referências

ALMEIDA, Marcelina das Graças de; MOURA, Adriana Nely D. **Relatório de Pesquisa. Revendo a História: Imagem e Som. Gestão do Acervo Documental Recolhido no Centro de Estudos em Design da Imagem da Escola de Design**. Belo Horizonte: Escola de Design/ Fapemig, 2015.

CHANDLER, Simon. **The Virtual Vaporwave Scene**. Disponível em: <<https://daily.bandcamp.com/2017/04/20/the-virtual-vaporwave-scene/>> Acesso em: 1 nov. 2017.

GASPARETTO, Débora Aita. **O "Curto Circuito" da Arte Digital no Brasil**. 1. ed. Santa Maria, RS: Ed. do Autor, 2014. 312 p.

HARPER, Adam. **Comment: Vaporwave and the pop - art of the virtual plaza**. Disponível em: <<http://www.dummymag.com/features/adam-harper-vaporwave>> Acesso em 1 nov. 2017.

**VAPORWAVE: A brief history**. Youtube, 10 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PdpP0mXOIWM>> Acesso em: 30 de out. 2017.

## 9. AÇÕES EDUCATIVAS E LITERATURA

**PARRELA, Ivana D.** <sup>1</sup>

**PEREIRA, Rosana C.** <sup>2</sup>

**SILVA, Daniele Augusta dos Santos** <sup>3</sup>

1. Escola de Ciência da Informação/ UFMG;  
ivanaparrela@ufmg.br

2. Secretaria de Estado da Educação/ SEE-MG;  
rosanaceciliapereira@gmail.com

3. Escola de Ciência da Informação/ UFMG;  
danitsbh@gmail.com

### RESUMO

Este artigo discute algumas possibilidades de trabalhos educativos com alunos do ensino médio da rede pública estadual de Minas Gerais que envolvam as questões históricas e ambientais a serem desenvolvidas em algumas cidades do Norte de Minas como parte das atividades do projeto “Memória e patrimônio da Serra de Grão Mogol: Trilha do Barão (Parque Estadual de Grão Mogol)”. Focaliza a relação entre a população da região vizinha àquela definida pelo Poder Público como “Parque”, a paisagem da serra do Espinhaço e a mineração, dentre outros aspectos. Enfatiza, especialmente, a mineração de diamantes, a agropecuária e as atividades coletoras, a partir dos usos da Trilha do Barão, que corta o topo da referida serra. Para tanto, lança mão do romance Maria Dusá, de Lindolfo Rocha, nascido em Grão Mogol. A obra é tradicionalmente analisada como um romance regionalista baiano, cujo enredo se desenrola na região mineradora da Chapada Diamantina. No entanto, propõe-se aqui uma discussão mais ampla, que permita refletir sobre a conexão das duas regiões mineratórias brasileiras, incluindo discussões sobre as características físicas da região, sua paisagem cultural e a história conectada por meio da literatura. Trata-se de uma proposta em construção, a ser finalizada em parceria com professores da cidade de Grão Mogol, quando as pesquisas documentais e as entrevistas com moradores do entorno do Parque estiverem concluídas.

**Palavras-chave:** Parque Estadual de Grão Mogol. Literatura. Ação educativa. Maria Dusá. Lindolfo Rocha.

## Introdução

Situado no norte do estado de Minas Gerais, o município de Grão Mogol tem sua ocupação associada à exploração diamantífera, desde meados do século XVIII, diferente de muitas cidades mineiras setecentistas, grandes produtoras de ouro. A expansão do arraial e, em seguida, da vila, em meados do século XIX, pode ser atribuída à exploração do diamante, inclusive, no veio da rocha, explorado pela primeira vez no mundo na região chamada “Pedra Rica”. No entanto, essa descoberta não chegou a alterar drasticamente a economia do povoado, que girava em torno da mineração, da agricultura e da pecuária (RELATÓRIO DA PROVÍNCIA, 1840).

Com o declínio da produção mineradora, a partir do final do século XIX, em função da precariedade da tecnologia para explorar os veios da riqueza, Grão Mogol limitou-se a ser uma cidade pequena, marcada pela migração de seus habitantes para cidades próximas, em busca de melhores condições de vida, tal como acontecia com várias cidades do interior de Minas.

A partir dos anos de 1940, percebe-se uma nova fonte de exploração na região, agora no alto da serra do Espinhaço, que corta o município: a extração das sempre-vivas, flores características da região. Parte do município foi utilizada para reflorestamento, pela empresa Florestas Rio Doce, movimentando novamente a cidade a partir dos anos de 1980. Já no fim dos anos de 1990, a produção das sempre-vivas tornou-se praticamente extinta, principalmente, devido ao fechamento da área do Parque Estadual de Grão Mogol, onde a flor era colhida. No início dos anos 2000, a construção da Usina Hidrelétrica de Irapé, que inundou parte de seu território, trouxe novo período de agitação econômica ao município e expectativas em relação ao crescimento do turismo de pesca e do de aventura na região.

O Parque Estadual de Grão Mogol foi criado pelo Decreto 39.906, em 1998. Em 2009, teve seus limites redefinidos pelo Decreto 45.243. Hoje, é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, que se encontra inserida, em sua maior extensão, na serra Geral, também conhecida como “serra da Bocaína”. A área pertencente à Unidade de Conservação serviu de palco principal de histórias da cidade, mas apenas 17,21% dessa extensão estão regularizados, lá residindo diversas famílias. A demora decorrente do processo de desapropriação vem gerando inúmeros conflitos, aspecto que, por si só, justifica a necessidade de se pensar em formas efetivas de apropriação e preservação desse espaço com a máxima urgência (PARRELA; ROCHA, 2017).

A área do Parque contempla vasta diversidade de fauna, flora e algumas formações arqueológicas históricas e pré-históricas. Dentre os atrativos históricos do espaço delimitado da Unidade de Conservação, encontra-se parte de uma trilha pavimentada, de quinze quilômetros de extensão, construída no século XIX para ligar o município ao de Rio Pardo. A trilha foi construída tendo como calçamento blocos de quartzito e arenito. A mão de obra escrava utilizada pertencia a Gualter Martins Pereira.

Gualter Martins Pereira nasceu na fazenda Santo Antônio, hoje vinculada ao município de Itacambira, em 13 de novembro de 1826. Filho de fazendeiros ligados à exploração mineral e à produção agropecuária, na região do norte de Minas Gerais, sul da Bahia e São Paulo (BENINCASA; BORTOLUCCI, 2009), tornou-se uma figura política conhecida na região, que o agraciou, posteriormente, como título de “Barão de Grão Mogol”.

A relação dos moradores da região com o Parque Estadual de Grão Mogol ainda é turbulenta, devido ao histórico de exploração mineral e vegetal na área, sempre considerada uma alternativa de sobrevivência em tempos de crise e carestia. Por isso, torna-se importante discutir novas formas de interação entre a população e a área de conservação estadual.

Questões históricas fundamentam e justificam a proposição de trabalho educativo na região, como desdobramento necessário ao projeto “Memória e patrimônio da Serra de Grão Mogol: Trilha do Barão” (Parque Estadual de Grão Mogol).

Parte-se aqui da leitura de Menezes (2009), que reflete sobre o trabalho executado no Quarteirão Jorge Amado, em Ilhéus-BA, apontando como foi utilizada a ressignificação das obras amadianas em relação à construção de mapas culturais na cidade.

De acordo com Menezes (2009), amparado na exposição de Jorge Amado em sua obra, é possível perceber vários aspectos culturais, sociais, psicológicos e cotidianos na região do Parque, por exemplo, a caracterização e descrição dos personagens e dos cenários e o modo como as tramas se desenrolam. O autor alerta para a possibilidade de dar a conhecer uma determinada época – no caso, o apogeu da produção do cacau na localidade – por intermédio da descrição que o autor faz do ambiente, da cultura e dos personagens.

Este exemplo mostra que é possível elaborar novos rumos para o trabalho com o patrimônio cultural de determinado lugar com apoio nas referências das obras literárias, traduzindo-se em uma importante oportunidade para fomentar o debate sobre a memória e a identidade local. Enfim, para estimular o turismo, atraindo um novo perfil de turista, “o turista cultural”, como afirma Menezes (2009).

Tendo como referência e inspiração o citado trabalho realizado em Ilhéus, a proposta deste artigo consiste em discutir novas formas de apropriação cultural para a região de Grão Mogol a partir da obra *Maria Dusá*, do escritor grão-mogolense Lindolfo Rocha. Trata-se de um romance regionalista, passado na região diamantina baiana, no auge da extração mineral. No entanto, a forma como o autor constrói seu cenário e personagens permite que se estabeleçam conexões com áreas mais amplas de produção de diamante no tempo e no espaço, unindo regiões como Grão Mogol, Diamantina e entorno e Chapada Diamantina.

Nesta etapa de ação educativa do projeto, pretende-se discutir alternativas metodológicas para o trabalho sobre a história da cidade na escola, o conceito de paisagem cultural e outras formas de uso do Parque, em parceria com professores da rede pública de ensino, tomando a obra literária como documento e fio condutor para análise do contexto histórico e cultural abordado.

### **Lindolfo Rocha e a obra *Maria Dusá***

Nilo Bruzzi, autor de *O homem de Maria Dusá* (1953), é considerado o maior estudioso da obra de Rocha. Ele o caracterizou como “diamante bruto do norte de Minas”, que, seguindo pelos caminhos de tropas, chegou ao sertão da Bahia. Tal como o diamante, que precisa ser lapidado, para se tornar brilhante, ele foi polido com o pó que se desprende da pedra preciosa. Antes de se aproximar do autor, Bruzzi entrevistou pessoas que conviveram com ele e analisou profundamente o conjunto de sua obra e seus vários ramos de pesquisa e atividade laboral, sertão afora.

Segundo pesquisa do biógrafo Cerqueira (1973), Lindolfo Jacinto Rocha nasceu na cidade mineira de Grão Mogol, em 3 de abril de 1862. Era filho de Manuel Jacinto Rocha e Irene Gomes. Órfão de pai, menino pobre e mestiço, vivia com a mãe. Pouco se sabe sobre sua infância. Apenas a partir de 1880 é que se tem conhecimento de suas andanças, percorrendo, especialmente, o sul da Bahia.

Afrânio Coutinho, que organizou a publicação de *Maria Dusá* para a editora Ática, revela dados biográficos de Rocha (1978, p. 3-10), destacando sua chegada a Bom Jesus dos Meiras (hoje, Brumado), aos 18 anos. Sustentava-se dando aulas particulares e tocando pistão na filarmônica local. Depois, transferiu-se para Maracás (hoje, Marcionílio Sousa), onde fundou uma escola primária. Em 1889, mudou-se para Areia, em viagem a pé, onde criou o colégio primário São Vicente Ferrer.

Rocha construiu sua formação acadêmica de maneira autodidata, consistindo no estudo das línguas francesa, inglesa e latina, Direito e História. Em 1890, matriculou-se em Direito. Em 1892, instalou-se em Salvador, onde trabalhou no *Jornal de Notícias*. Foi nomeado juiz-preparador de Correntina, cargo que ocupou até 1894, quando renunciou. Estabeleceu definitivamente em Jequié, onde também exerceu o cargo de juiz preparador, até 1902. Caracterizado como uma figura libertária, republicana e abolicionista, promoveu intensa campanha pela melhoria das condições de vida da cidade e do povo sertanejo.

Lindolfo Rocha foi o líder da campanha pela emancipação política da cidade de Jequié, conseguindo que ela fosse elevada à categoria de município, em 1897. Casou-se, aos 35 anos, com Áurea de Brito, 31 anos mais nova que ele, no mesmo ano em que perdeu a mãe. Aos 49 anos, veio a falecer, em 30 de dezembro de 1911, na cidade de Salvador.

Rocha é, tradicionalmente, apresentado como um notável conhecedor do sertão, em seus aspectos físico, social e histórico, na medida em que obra difunde a experiência de viver das regiões sertanejas da Bahia. Conforme Cerqueira (1995), Lindolfo Rocha figura entre os “mais notáveis” jornalistas de seu tempo e fez da imprensa seu apostolado. Grande colaborador do *Jornal de Notícias* e do *Diário de Notícias*, ambos da cidade de Salvador, publicou, além das cartas e notas de viagem pelo sertão baiano, diversos contos, que ele pretendia reunir na coletânea intitulada “Livro de Contos”. Sua produção literária foi diversificada e vasta. Em 1881, publicou seus primeiros versos, no livro *Os Condenados da Rússia*. Em 1886, publicou *Tragédia na Selva – Quadros da Escravidão*, *Bromélias* (1887) e *Flores Silvestres* (inédito), obras de poesias. Além disso, deixou narrativas (cartas), romances, ensaios de direito, notas de jornalismo, escritos didáticos e contos. Em sua obra, citam-se, entre outros: *O Santuário da Lapa* (1886), *Notas de Viagem* (1893), *Robério Dias* (inédito), *Dote e Regime Dotal* (1899), *O Ouro é tudo*, *Cartas do Sertão* (1902 a 1904), *Iacina – Dispersão dos Maracaiaras* (1907), *O Pequeno lavrador* (1909) e *Maria Dusá*

(1910). Deixou dois romances em preparação, que Múcio Leão acreditava que viriam a ser encontrados e publicados um dia: *O Monge da Lapa* e *A Carne Escrava*.<sup>1</sup>

Paralelamente às carreiras nas áreas de Direito e de Jornalismo, o autor dedicou-se, ainda, às pesquisas históricas e geográficas. Em 1880, registrou em poemas e, anos mais tarde, em artigo de jornal seu conhecimento sobre o sangrento massacre dos índios do Gongugi.<sup>2</sup> Em 1894, filiou-se ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. A partir de 1898, intensificou suas atividades literárias e sua colaboração em jornais de Salvador e no Instituto Histórico. No Instituto, proferiu diversas conferências sobre o desconhecimento do interior da Bahia, as secas periódicas enfrentadas no sertão baiano, os bandeirantes e sua influência e as ruínas de povoações antigas, dentre outros temas (CERQUEIRA, 1995, p. 136). Escreveu, também, sobre os limites entre a Bahia e Minas Gerais<sup>3</sup> textos enriquecidos por suas experiências de viagens.

Em 1907, Rocha publicou um livro de ficção sobre o sertão baiano, *Iacina*, que já antecipava alguns temas tratados em *Maria Dusá*, nos quais lançava mão de seus conhecimentos históricos e geográficos.

*Maria Dusá* foi reconhecida como o primeiro romance regionalista publicado sobre a paisagem da Chapada Diamantina, que explorava dois cenários até então pouco destacados: o da seca e o dos garimpos. João Ribeiro, no *Almanaque Brasileiro Garnier*, de 1912, ao tratar do livro, definiu-o como obra essencialmente brasileira, um dos melhores documentos da vida brasileira do interior e de cujos costumes, linguagem e tradições dá “uma pintura surpreendente de verdade e de poesia” (*Apud* CERQUEIRA, 1995, p. 111). Ribeiro dizia ter se valido da obra para identificar verbetes para o dicionário de brasileirismos que preparava para a Academia Brasileira de Letras. Isso porque Rocha oferecia um sem-número de expressões e sentenças do uso sertanejo, mesmo fazendo isso sem criar um glossário para a obra. Em 1941, Gilberto Freyre escreveu sobre o esquecimento da obra e sua importância para a história da literatura nacional.<sup>4</sup> A obra voltaria a ganhar destaque em 1978, quando foi adaptada por Manoel Carlos como telenovela produzida pela Rede Globo de Televisão, com o nome *Maria Maria*.

<sup>1</sup> A sequência de revisão da sua obra foi citada aqui a partir do trabalho de Júnia Meira e Ivana Rebello e Almeida (2016, p. 7).

<sup>2</sup> ROCHA, L. Morticínio de indígenas do Gongugi. In: **Jornal de Notícias**, Salvador, 29 de agosto de 1910. *Apud* CERQUEIRA, 1995, p. 137.

<sup>3</sup> ROCHA, L. Limites entre Bahia e Minas Gerais. In: **Jornal de Notícias**, Salvador, 7 de junho de 1910. *Apud* CERQUEIRA, 1995, p. 137.

<sup>4</sup> FREYRE, G. Um Romance Esquecido. **Jornal do Commercio**, Recife, 29 de novembro de 1941.

## Romance histórico e regional

José Américo Miranda, ao discutir a relação entre romance e história do ponto de vista de quem estuda a literatura, adverte sobre alguns distintivos da história em relação à narrativa ficcional. Para o autor,

[...] o ato de “escrever o que aconteceu” não é algo simples: implica a escolha de um ponto de vista, um processo de separação do que é pertinente daquilo que não é pertinente, do que importa e do que não importa, daquilo que tem consequências do que é irrelevante e, por fim, implica o procedimento de por relação os dados levantados na pesquisa. [...] A história não é um simples arquivo; não basta o arquivo e a memória; são necessárias ainda a construção, a elaboração e a interpretação (2000, p. 19, destaque acrescentado).

Miranda recorre-se a Ernst Cassirer<sup>5</sup>, para quem o historiador e o romancista lidam com “idealidades”, em um processo em que a ciência ajuda a entender as razões das coisas e a arte ajuda a ver suas formas, com a intenção de destacar uma semelhança importante entre história e romance: em ambos os casos, lida-se com formas que, de modo amplo e geral, constituem a base da inteligibilidade das coisas e do mundo. Assim, romance e história respondem, de algum modo, às necessidades do tempo presente.

Outro autor da área de Estudos Literários que contribuiu para a construção dessa relação do texto foi Lindolfo Rocha, por meio das ações educativas propostas para o Parque Estadual de Grão Mogol e o patrimônio cultural que ele guarda. Leopoldo Comitti, ao tratar da obra de Bernardo Guimarães, revela o caráter híbrido de algumas de suas obras: ao mesmo tempo, romance regionalista e histórico. Cita como exemplo *O Garimpeiro*.<sup>6</sup> Comitti explica que, assim como em outros autores, “há temas, detalhes estruturais e, até mesmo, proximidades entre as técnicas narrativas, que nos fazem pensar num diálogo constante entre eles” (2000, p. 94).

Júnia Meira e Ivana Rebello e Almeida destacam o momento de produção de *Maria Dusá* como de renovação estético-literária e enquadram a obra no chamado “sertanismo”, em que autores como Lindolfo Rocha escreviam suas obras “com traços verossímeis, os costumes locais, a linguagem e os tipos que compunham a prosa regionalista” (2016, p. 9).

<sup>5</sup> CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem**. São Paulo Martins Fontes, 1994. *Apud* MIRANDA, 2000, p. 20.

<sup>6</sup> GUIMARÃES, B. **O garimpeiro**. São Paulo: Ática, 1996.

A tendência literária trazia para prosa ficcional a valorização das personagens e do sertão, buscando representar o Brasil e suas diversas culturas, tradições e linguagens.

Em *Maria Dusá* [1910], cuja história é ambientada em 1860, um aspecto da vida social que se destaca ao longo da trama e confere historicidade ao texto é a convivência entre o trabalho livre e o trabalho escravo. No contexto da mineração do diamante, despontavam: os escravos, que trabalhavam por jornal, a vida do proprietário de poucos escravos e a rotina da prostituta, que vê no garimpo uma saída dessa condição. Ao provocar essa discussão, *Maria Dusá* reflete a longa experiência de jornalista e viajante de Rocha, que traz para seu texto dados que permitem dar a conhecer a vida no sertão diamantino e o contexto social e político da região, sem abrir mão da imaginação. A relação escravo-senhora aparece em alguns trechos, como, “os escravos, na cozinha, transmitiam os boatos da rua” (ROCHA, 1978, p. 95).

O ano abordado na obra é historicamente relevante para a construção das imagens da seca e da paisagem hostil. Lembre-se que o ano de 1860 era destacado nos jornais da época como “a fome de 60”.

Outro aspecto do romance e da história a destacar é que texto literário tem sua historicidade, mesmo que colorida pelo tom aventuresco do enredo que envolve garimpeiros, escravos, homens e mulheres livres pobres e toda uma gama de personagens caracterizados pelas referências históricas do século XIX. O autor do romance *Maria Dusá*, aqui considerado como fonte histórica sobre a mineração em atividade educativa, criou uma trama em meados do século XIX, mas fez isso nos primeiros anos do século XX, período marcado pelo fim do Império e da escravidão. Aborda uma região reconhecida como um sertão diamantino indefinido, que pode se situar nas proximidades de Diamantina ou Grão Mogol, em Minas Gerais, ou na Chapada Diamantina da Bahia. Mas o trabalho de faiscação dos garimpeiros, fazendo os desmontes ou dormindo em lapas, é um elemento que, infelizmente, tem longa duração histórica no processo de exploração de lavras. Assim também, a presença dos capangueiros, que circulam pelas terras, ou a exploração dos diamantários. As cidades imaginadas são parte da construção literária, sem qualquer compromisso com sua localização geográfica precisa. Mas a paisagem – esta, sim! – é a grande responsável pelas possíveis construções de conexões entre as terras diamantinas que estão nas franjas do Espinhaço.

Nilo Bruzzi já destacava em 1953, outro aspecto relevante da obra: a força da personagem principal, a qual dá nome à obra, é que determina a duração do romance. Uma mulher forte, em comunhão com a terra ou “vítima e heroína da terra”, como ele prefere caracterizá-la (BRUZZI, 1953, p. 197-198).

Reitera-se que objetivo aqui formulado consistiu em pensar estratégias que tornem a história e alguns de seus vestígios, com base em um recorte do passado – vivido no espaço de um trecho da serra do Espinhaço –, algo inteligível e que faça sentido para a população de Grão Mogol, especialmente os adolescentes do ensino médio. Como fazer tal operação?

## Proposta de sequência didática

**Tema:** Exploração vocabular do universo do garimpo: uma leitura da obra *Maria Dusá*, de Lindolfo Rocha.

### I – Apresentação e justificativa

Esta sequência didática se apresenta como atividade acessória ao artigo “Ações educativas e literatura”, cuja proposta de discussão tem por objetivo criar possibilidades de trabalhos educativos, a serem apropriados pelos professores da Rede Pública Estadual de Minas Gerais, como parte das atividades do projeto *Memória e patrimônio da serra de Grão-Mogol: Trilha do Barão (Parque Estadual de Grão-Mogol)*.

### II – Público-alvo

Alunos do ensino médio Rede Pública de Educação do estado de Minas Gerais

### III – Objetivos

- Estimular o “conhecimento prévio” do aluno no ato da leitura literária, a partir do reconhecimento das sentenças e expressões vocabulares regionais empregadas na obra;
- Aprimorar a escrita e ampliar o conhecimento vocabular;
- Promover o conhecimento e a apropriação da cultura linguística oriunda da garimpagem, atividade artesanal historicamente reconhecida como responsável pela formação da cidade;
- Aproximar o jovem da cultura popular de sua região marcada linguisticamente na fala de sua gente;

- Recuperar na forma de glossário, em um trabalho cuidadoso de “garimpagem”, os vocábulos e expressões sertanejas apresentadas pela obra de Lindolfo Rocha;
- Compreender, a partir do trabalho da reescrita, descrições de passagens e cenas ostensivamente marcadas pelo emprego vocabular determinado tanto pelo regionalismo e pela atividade de garimpo quanto pela época na qual se passa a narrativa; e
- Estimular a atividade de investigação e compreensão histórica.

#### IV - Conteúdo

- Variação linguística (diatópicas e diastráticas, principalmente)
- Conceituação de língua, dialeto e gíria
- Leitura e análise interpretativa da obra literária
- Características principais da narrativa
- Narrativa ficcional e não ficcional

#### III – Número de aulas

15 (quinze)

#### V – Recursos

- Exemplar da obra em estudo para cada aluno
- Blocos para anotações
- Exibição da reportagem: *Profissão Repórter: Novo garimpo na Bahia*  
[https://www.youtube.com/watch?v=NaBK4\\_ct7\\_M](https://www.youtube.com/watch?v=NaBK4_ct7_M)
- Rodas de conversa
- Biblioteca (dicionário Aurélio)
- Sala de multimídia (acesso à Internet)
- Biblioteca (disponibilização de dicionários de língua portuguesa)
- Aparelhos de gravação de voz (ou celulares)

#### VI - Descrição

##### Aula 1

- Expor a proposta de leitura e distribuir os exemplares, contextualizando a história e explicando sobre o projeto e seu objetivo.
- Recomendar a leitura orientada da obra.

- Marcar as expressões, vocábulos ou sentenças que apresentarem dificuldade de entendimento.
- Anotá-los em um bloco de papel à parte, que servirá como objeto de pesquisa.
- Marcar o prazo para leitura da obra e apresentação do bloco de anotações.

### **Aulas 2, 3**

- Aulas expositivas. Conteúdo a ser ministrado: *Elementos da narrativa*
- Exercícios, com o apoio de livro didático ou outros selecionados pelo próprio professor

### **Aulas 4 e 5**

- Aulas expositivas. Conteúdo a ser ministrado: *Estrutura da Narrativa*
- Exercícios, com o apoio de livro didático ou outros selecionados pelo próprio professor

### **Aulas 6 e 7**

- Aulas expositivas. Conteúdo a ser ministrado: *Narrativa ficcional e narrativa não ficcional.*
- Leitura de textos selecionados (gêneros: notícia e crônica)
- Exercício de reconhecimento das características (em sala)
- Pesquisa em jornais e revistas para a identificação das narrativas, em dupla (em casa)
- Exercícios, com o apoio de livro didático ou outros selecionados pelo próprio professor

### **Aulas 8 e 9**

- Aulas para entrega dos blocos de anotações vocabulares.
- Pedir aos alunos para compartilharem seus achados.
- Listar no quadro o maior número possível desses achados.
- Organizar os achados em uma apostila e solicitar como atividade avaliativa uma pesquisa na Internet e na biblioteca (em grupos), recomendando que marquem aqueles vocábulos ou expressões com os quais já tenham tido contato, ouvido ou lido em família ou em sua comunidade.

### Aula 10

- Em sala, orientar os alunos a separar vocábulos específicos ou ligados à atividade e à acidentada região garimpeira, cenário da obra *Maria Dusá*, anotando-os separadamente dos demais. Comentar.

### Aula 11

- Orientar uma atividade de entrevista (em grupos) com membros da comunidade grão-mogolense que conheçam a história do garimpo na cidade, para um registro de voz, com posterior transcrição.
- Recomendar a releitura dos capítulos VIII e XIX, em casa.

### Aula 12

- Exibir a reportagem “*Profissão Repórter: Novo garimpo na Bahia*” [https://www.youtube.com/watch?v=NaBK4\\_ct7\\_M](https://www.youtube.com/watch?v=NaBK4_ct7_M) (36’ e 20”).
- Recomendar que se preparem para uma roda de conversa na próxima aula, marcando como “para-casa” a reescrita parcial dos capítulos VIII e XIX, nos quais o autor descreve o momento da exploração de diamantes em pleno sertão baiano, com base em um vocabulário carregado de regionalismo, que retrata aspectos que caracterizam a natureza e as condições de acesso às grunhas; especificar, de forma cuidadosa, as ferramentas e o trabalho de extração de pedras preciosas, nomeando ações, instrumentos e etapas desse processo; salientar que o objetivo dessa reescrita tem por finalidade promover uma atualização vocabular, clareando seu entendimento e justificando a coletânea de expressões desconhecidas que fizeram.

### Aula 13

- Entregar a reescrita dos capítulos e da transcrição das entrevistas.
- Compartilhar a gravação do áudio.
- Orientar os alunos sobre o rico material acumulado até o momento: leitura e registro vocabular da obra literária, exibição da reportagem e gravação de entrevista.
- Esclarecer os alunos que se busca fazer uma “amarração dessas atividades”, ou seja, a história da atividade garimpeira e sua importância para a formação cultural da cidade onde vivem.
- Deixar que se exponham, perguntem e se situem nesse processo pedagógico de pesquisa.

## Aula 14

### *Roda de conversa*

- Deixar o vídeo da reportagem no ponto de acesso (o professor pode precisar).
- Deixar disponíveis as entrevistas (escritas e gravadas).
- Dispor as cadeiras em roda.
- Propor as seguintes questões como detonadores de uma discussão:
  - a) Qual é a relação entre o cenário e o tempo da narrativa na obra *Maria Dusá* com a cidade de Grão-Mogol?
  - b) Contraponha achados históricos e linguísticos ligados à garimpagem em cada uma das etapas e dos elementos da pesquisa (literatura, entrevista e análise do vídeo).
  - c) Discuta a presença da figura feminina no garimpo na obra demarcada por Dusá e sua escrava no vídeo por mulheres em exercício da atividade de garimpagem.
  - d) Proponha uma comparação entre a literatura (narrativa ficcional) e a reportagem (narrativa não ficcional) sobre as condições e as pessoas envolvidas na atividade garimpeira: formas de acesso ao garimpo, recursos de trabalho, ferramentas e formas de sobrevivência.
  - e) Contraponha as características marinheiro/garimpeiro abordadas na obra.
  - f) Comente: “A persistência na busca da riqueza, as formas de se manter sigilo em relação aos achados...”.

## Aula 15

- Propor a elaboração de um glossário contendo todas as expressões, palavras e sentenças que possam ser reunidas por ligação semântica com a região e a atividade de extração de pedras preciosas em Grão Mogol. Publicar e fazer divulgação para a comunidade escolar.

## Considerações finais

Este artigo se propôs a apresentar e discutir as relações entre história, literatura e ações de educação patrimonial a partir da obra *Maria Dusá*. Para estimular a aproximação de tais reflexões no ensino básico e no médio – como esperado em projetos de extensão universitária –, formularam-se indicativos de possíveis ações, a partir do modelo de sequência didática, proposto pela escola de Genebra, que vem sendo divulgado no Brasil, por meio de diversas publicações e de cursos de formação docente há mais de uma década.

Os fundamentos metodológicos desse modelo, com base em DOLZ *et al.* (2004), são apresentados aqui como um convite para iniciar uma atividade de construção coletiva entre quem pesquisa a história, a geografia, a literatura e a memória da região de Grão Mogol e aqueles que ensinam para os agentes dessa história: os moradores locais.

O uso de sequências didáticas está associado às pesquisas sobre a aquisição da língua escrita, com base em um trabalho sistemático com gêneros textuais, como estratégia para o professor organizar as atividades de ensino em função de núcleos temáticos e procedimentais. Para Dolz, Noverraz e Schneuwly, expoentes desse grupo de pesquisa sobre a relação entre linguagem, interação e sociedade, cujas publicações no Brasil tornaram esse conceito conhecido, “*sequência didática* é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito” (2004, p. 97). Tais sequências procuram, ainda, promover o domínio de gêneros e das situações de comunicação.

Uma das críticas à metodologia utilizada é que ela, muitas vezes, é ofertada como uma “receita de bolo”, apresentada por quem está longe da realidade de professores e alunos, como os autores desta proposta, os quais assumem todo o risco, levando tais críticas em consideração. Também, esperam que a proposta não seja entendida apenas como uma sugestão de como organizar aulas para o ensino de gêneros, mas, em verdade, como uma sugestão metodológica capaz de suscitar discussões sobre uma série de fundamentos teóricos sobre o processo de ensino aprendizagem a respeito de gêneros literários, composição textual e discursiva, história, memória e patrimônio cultural.

Este artigo seria, então, apenas um “*indês*” em um ninho de memórias que une seus autores e os professores da região de Grão Mogol. Enfim, um apontamento para discutir e construir possibilidades de apropriação das riquezas locais, pois a memória é plural, é aquilo que se leva do caminho percorrido, construída e reconstruída pelo exercício da leitura do que pertence a todos, do que é lembrado pelo jeito de falar, pelas montanhas que cercam cada um de nós ou que já cercaram um dia.

## Referências

BENINCASA, V.; DE CASTRO, M. A. P.; BORTOLUCCI, S. Fazenda Angélica e o Barão de Grão-Mogol. **Labor e Engenho**, v. 3, n. 1, p. 82-109, 2009.

BOECHAT, M.C.B; OLIVEIRA, P. M. O.; OLIVEIRA, S. M.P. **Romance histórico: recorrências e transformações**. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2000. 380 p.

BRUZZI, N. **O homem de Maria Dusá**. Rio de Janeiro: Aurora, 1953.

CHARTIER, Roger. Literatura e história. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 1, n. 1, p. 197-216, 2000.

CERQUEIRA, Epitácio P. de. **Lindolfo Rocha – o advogado do sertão**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

COMITTI, L. Um percurso do romance histórico: Bernardo Guimarães, entre José de Alencar e Machado de Assis. In: BOECHAT, M.C.B; OLIVEIRA, P. M. O.; OLIVEIRA, S. M.P. **Romance histórico: recorrências e transformações**. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2000. P. 91-104.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 2 ed. 17 impressão. Curitiba: Nova Fronteira, 1986.

FREYRE, G. Um Romance Esquecido. **Jornal do Commercio**, Recife, 29 de novembro de 1941.

GUIMARÃES, B. **O garimpeiro**. São Paulo: Ática, 1996.

JORNAL DO OURO. **Glossário de termos dos garimpeiros**. Disponível em: <<http://jornaldouro.blogspot.com.br/2014/07/glossario-de-termos-garimpeiros-letra-a.html>>. Acessado em: 31 de jul. 2017.

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; MARINELLO, Adiane Fogali. **Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

LEOPOLDINO, Maria Aparecida. A leitura de textos literários no Ensino de História escolar: entrelaçando percursos metodológicos para o trato com os conceitos de Tempo e Espaço. **Revista História Hoje**, v. 4, n. 8, p. 130-151, 2016.

MEIRA, J. T. A. *et al.* Lindolfo Rocha: sertanejo e romancista - escritor “esquisitamente esquecido”. **Revista Memento**, v. 7, n. 1, 2016. 21 p.

MENEZES, Juliana S. O patrimônio cultural da cidade de Ilhéus à luz da literatura de Jorge Amado. **CULTUR - Revista de Cultura e Turismo**, v. 3, n. 2, 2015.

MIRANDA, J. A. Romance e História. In: BOECHAT, M.C.B; OLIVEIRA, P. M. O.; OLIVEIRA, S. M.P. **Romance histórico: recorrências e transformações**. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2000. p. 17-25.

PARRELA, I.D.; ROCHA, E.C.F. Patrimônio Ambiental e Histórico: Subsídios para ações educativas em um parque estadual. **XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**. Marília, 2017. Disponível em:

<<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/153/977>>. Acessado em: 18 de nov. 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy et al. História & literatura: uma velha-nova história. **Nuevo mundo mundos nuevos**, n. 6-2006, 2006.

ROCHA, Lindolfo. **Maria Dusá**. São Paulo: Ática, 1978.

IEPHA-MG. **Dossiê de tombamento do Centro Histórico de Grão Mogol localizado no município de Grão Mogol**. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2016.

SCHNEUWLY, Bernard, DOLZ-MESTRE, Joaquim, ROJO, Roxane Helena Rodrigues (Transl.), SALES CORDEIRO, Gláís (Transl.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004, 278 p.

## 10. BRINCANDO DE PERGUNTAR: educação patrimonial em um arquivo institucional

**FERREIRA, Marilucy da Silva**<sup>1</sup>

**SANTOS, Rogério Moura dos**<sup>2</sup>

1. Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco  
Av. Afonso Olindense, 151 |  
Bairro Várzea, Recife - PE | CEP 50810-000  
maluzbiblio@gmail.com

2. Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco  
Av. João de Barros, 561 |  
Recife - PE | CEP 50100-020  
roger.ioms@hotmail.com

### RESUMO

Este trabalho relata experimento de contato direto dos funcionários da limpeza e da segurança de uma Instituição de Ensino Superior localizada no Recife, a Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco (SOPECE), com o setor do arquivo. Para tal, utilizamos como metodologia a técnica da entrevista com oito perguntas abertas conjugadas com um “jogo da memória”, visando, com base nas respostas, constatar se os colaboradores atentam para a importância do arquivo institucional como lugar de memória e fonte de informação, o qual precisa ser organizado e preservado para uma recuperação eficaz e rápida. A pesquisa é qualitativa e de natureza experimental-exploratória. Os instrumentos utilizados contemplaram a revisão de literatura e a coleta de dados (respostas dos entrevistados), utilizando-se perguntas que remetem à memória para uma época remota, tendo por objetivo mostrar, por analogia, como o cérebro também é um arquivo, o qual “guarda” informação conforme o valor e a importância/emoção sobre alguém, algum evento, lugar ou acontecimento. Perguntas como “Você sabia que seu cérebro também é um arquivo?”, “Você guarda/lembra tudo que ouve, vê e aprende?”, “Qual é a melhor lembrança que você tem da sua infância?”, “O que você descartaria da realidade do Brasil?” e “Na sua casa, o que você considera como documento?” propõem neste estudo uma reflexão para os entrevistados terem uma nova visão sobre o arquivo. Assim, a intenção de apresentar o arquivo em uma perspectiva lúdica se deu objetivando gerar um reconhecimento do sujeito com seu espaço de atuação diária e inspirar nele um sentimento de pertencimento. O trabalho também se propõe a discutir, conceitualmente, com respaldo no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e na literatura científica, os temas “Memória”, “Documento”, “Arquivo” e “Educação patrimonial” no âmbito das áreas de Arquivologia e da História, com base nos autores Heloísa Belloffo e Jacques Le Goff.

**Palavras-chave:**

## Introdução

Este “projeto ideológico” não abarca toda a complexidade do passado (Le Goff, 1990, p. 179). As instituições de memória, como, bibliotecas, museus e arquivos, cumprem papel fundamental para as sociedades. O arquivo, por exemplo, em muitos casos, parte de uma instância administrativa, de valor legal, para uma instância histórica, muito importante para validar aquilo que autores como Halbwachs (2013) chamam de “memória coletiva”; ou seja, o legado, a herança de práticas e conhecimentos acumulados, que são conjuntos das memórias individuais.

Isso invoca uma percepção que devemos aplicar no trabalho desenvolvido nos processos do tratamento da informação arquivística, pois, conforme disserta Halbwachs (2013), não basta reconstituir partes da imagem de um acontecimento passado para impetrar uma lembrança. Todavia, há momentos em que executamos tarefas sem nos relacionar com o real propósito dela. Ou seja, sua finalidade e a conexão com um todo, que envolve a origem e o destino do serviço/produto. Isso pode nos fazer agir sem nenhuma sensibilidade em relação ao conteúdo que estamos oferecendo/vendendo. Nesse sentido, refletir sobre nossas práticas nos torna mais presentes, conscientes e responsáveis pelo contexto do qual somos atores ativos.

Quando a atividade engloba informação, a ação de refletir sobre nosso fazer pode se apresentar ainda mais complexa, em virtude da intangibilidade de sua natureza. No caso dos arquivos, isso é patente, a começar pela nomenclatura que, muitas vezes, empregamos àqueles documentos que são consultados com pouca constância. Chamamos de “arquivo morto” e institucionalizamos uma terminologia que, por si, “dessignifica” o papel da informação menos requerida em uma organização. Como podemos mudar isso e ressignificar o espaço do arquivo como um lugar de memória institucional?

Neste artigo, buscamos uma resposta, a partir dos colaboradores de uma instituição, os quais, embora manuseiem os documentos, não utilizam seu conteúdo como ferramenta de trabalho, o que pode reproduzir em seu fazer a ideia de que a informação arquivada é algo sem uma experiência de valor, quando, na verdade, ela reproduz toda uma história da organização no que tange à produção, à sistematização, à execução e à oferta de seu produto ou serviço.

Dessa forma, buscamos redirecionar esses atores, em seu universo particular, para uma esfera macro do seu espaço laboral, vinculando o documento como um bem de valor probatório e histórico. Para tal, lançamos mão dos conceitos de arquivo, documento, memória e educação patrimonial para nos guiar e nos respaldar durante a análise e discussão dos resultados de uma entrevista com os colaboradores.

## Arquivo, Documento, Memória e Educação patrimonial

Traremos breves definições sobre arquivo, documento, memória e educação patrimonial, visando situar a prática deste trabalho na perspectiva científica que os autores expressam em seus conceitos.

### • Arquivo

O arquivo pode ser descrito como a acumulação ordenada de documentos, cuja maioria é textual, criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro (PAES, 1997). Bellotto (2004) concebe o documento na perspectiva de tempo, repartido em três idades: corrente, intermediária e permanente.

O descarte, ou eliminação, de documentos em virtude das mudanças tecnológicas e a complexidade das instituições burocráticas tornaram-se uma necessidade. “Seu armazenamento cumulativo integral torna-se impossível. Assim, a eliminação faz-se necessária e obrigatória” (BELLOTTO, 2004). Contudo, devemos sempre considerar que no âmbito de uma organização isso deve ser feito formalmente, com respaldo em uma política e na especificação das razões do descarte. Conforme a legislação vigente no Brasil, o arquivo deve ficar aproximadamente 20 anos como intermediário. Entre 25 a 30 anos, ele é considerado permanente (BELLOTTO, 2004). Também há documentos que são eliminados logo após seu uso por não possuírem característica legal ou histórica.

O *Dicionário de Terminologia Arquivística* define arquivo como o “conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 5). No caso deste documento, as diretrizes direcionam-se a um *arquivo administrativo*, no qual ocorre a predominância de documentos decorrentes

do exercício das atividades-meio de uma instituição ou unidade administrativa, expressão usada em oposição a *arquivo técnico* (TJRJ, 2006).

Existem três tipos principais de arquivo, os quais ajudam no processo de sistematização e guarda dos documentos considerados um "instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos para transferência, recolhimento, eliminação e reprodução de documentos" (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 72).

## • Documento

*Documento* "é o termo genérico que designa os objetos portadores de informação" (LE COADIC, 2004, p. 5). Pode ser considerado um artefato que representa ou expressa um objeto. Segundo seu tipo de suporte, pode denominar-se "documento em papel" ou "documento eletrônico" (LE COADIC, 2004). O que faz um registro se tornar um documento está diretamente ligado à sua utilidade social probatória ou a um significado de cunho cultural, histórico ou técnico-científico.

O documento é criado com um objetivo. Seu valor está diretamente ligado ao seu ciclo vital, o qual alude à "sucessão de fases por que passam os documentos, desde o momento em que são criados até a sua destinação final" (TJRJ, 2006, p. 2). Entre as fases que passam, os documentos precisam ser ordenados, para dar celeridade de acesso futuro a eles.

A ordenação documental em um arquivo pode ser, entre outras: alfabética, cronológica, temática, geográfica, pessoal/nominal ou numérica. Ela é muito importante para o processo de guarda documental, pois otimiza tanto o arquivamento como o desarquivamento, quando necessário. Para iniciar o processo de ordenação e guarda, antes, são necessárias ações, como as esboçadas por Martins (2011): conferência, leitura e seleção do conteúdo.

Com isso, é possível viabilizar a gestão documental, a qual diz respeito ao conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente, conforme o art. 3º da Lei 8.159/91 (BRASIL, 1991).

## • Memória

Dadas as crescentes produtividade e reprodutividade bibliográfica nos meios físico e digital, a memória passa para o registro a função de lembrar, posto que o cérebro não pode acumular, analisar e se aprofundar em tantos conteúdos criados diariamente. A “forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita” (LE GOFF, 1990, p. 377).

A memória, para Le Goff (1990), é a propriedade de conservar determinadas informações, as quais aludem a um conjunto de funções psíquicas, permitindo ao indivíduo atualizar impressões ou informações do passado ou reinterpretadas como passadas.

As instituições que produzem, acumulam e guardam documentos exercem uma atividade extensora de memória da organização, visto que sua dinâmica e seus colaboradores, mesmo podendo mudar de cargo ou de empresa, mantêm registrado seus processos e suas atividades ligadas à burocracia e às práticas orgânicas internas.

## • Educação patrimonial

Educação patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural”, o qual possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido (HORTA, 1999, p. 6, citado por PARELLA, 2013, p.125). Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo

Embora os conceitos de documentos, como o Guia de Educação Patrimonial, apoiado pelo IPHAN, aporem em solo cultural patrimonial-histórico e artístico, devemos entender que um espaço de convivência é um *locus* de ação social, que envolve linguagem, hábitos, trocas simbólicas de experiências, práticas comuns e objetivos direcionados a um fim específico.

## Arquivo da Sopece

A Sopece é uma instituição de ensino superior privado, que atua há mais de trinta anos com os cursos de Administração (1987), Direito (1996) e Ciências Contábeis (1998), além dos cursos de pós-graduação *lato sensu*. De 1982 a 1997, era reconhecida como “Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino Ltda.” (SOPECE), sem fins lucrativos, passando, em 1998, a ser considerada como de fins lucrativos.

Um nome importante a ressaltar na história da Sopece é o de Luís Pinto Ferreira, já falecido, teve grande atuação na literatura e na docência na área do Direito, pela Universidade Federal de Pernambuco, além de atuar de forma singular na esfera política do estado de Pernambuco. Nomeado presidente emérito da entidade, com uma extensa história acadêmica, obteve o reconhecimento internacional, tendo recebido em Coimbra, Portugal, em 1999, o título de Doutor *Honoris Causa*. Seus livros são referência para estudos sobre o Direito Público e o Direito Privado em várias universidades da América Latina (SOPECE, 2017).

Resumidamente, a instituição tem como missão: “Formar profissionais dos cursos ofertados, realizar pesquisa científica e atividades de extensão, estimular a criação cultural e o pensamento reflexivo, bem como promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos, enquanto patrimônios da humanidade” (SOPECE, 2017).

O arquivo da Sopece, por abrangência, configura-se como setorial, contemplando o setor administrativo, que inclui documentos dos departamentos Contábil, Financeiro e Pessoal de uso corrente e o arquivo permanente, para documentos anteriores a 2015. Quanto à natureza, é especializado e quanto à idade e estágio de evolução é corrente e permanente. Além da versão analógica, os documentos mais recentes já passam pelo processo de digitalização, o que pode abrir portas para outra perspectiva de organização e recuperação de conteúdos, a partir da configuração e formalização de um repositório institucional, com publicações das produções técnicas, culturais e científicas da instituição.

A configuração de diretrizes para a organização do arquivo consistiu em, após prognóstico do acervo, iniciar suas atividades, priorizando a organização dos documentos posteriores a 2009 alusivos à atual gestão da instituição.

## Metodologia

Utilizamos como metodologia o recurso da entrevista com oito perguntas abertas, conjugadas com um “jogo da memória”, visando, com base nas respostas, verificar se os colaboradores atentam para a importância do arquivo institucional como lugar de memória e fonte de informação, o qual precisa ser organizado e preservado para uma recuperação eficaz e rápida.

A pesquisa, portanto, caracteriza-se como qualitativa e de natureza experimental-exploratória. Os instrumentos utilizados foram: revisão de literatura e coleta de dados (respostas dos entrevistados), por meio de perguntas que remetem à memória para uma época remota, tendo por objetivo mostrar, por analogia, como o cérebro também é um arquivo, o qual “guarda” informação conforme o valor e a importância/emoção sobre alguém, algum evento, lugar ou acontecimento.

As entrevistas contemplaram 9 colaboradores da Sopece, dos quais 5 eram da equipe de serviços gerais e 3 da segurança. O tempo de atividade na empresa variava de 14 e 10 anos, sendo o tempo mais longo e, 7 meses, sendo o tempo mais curto. As repostas foram gravadas e, depois, inseridas na tabela, de forma breve e objetiva.

## Análise dos dados e dos resultados

As repostas coletadas trouxeram alguns pontos que podem ser relacionados ao arquivo pessoal e ao arquivo institucional:

- Assim como o cérebro o arquivo é um espaço de memória (a resposta 1 nos motiva a essa assertiva).
- Não se pode guardar tudo (a resposta 2 nos direciona a esse entendimento).
- A infância é um arquivo que sempre podemos visitar (a resposta 3 apontou que a maioria tem uma memória prazerosa da infância).
- A política é um evento que atualmente está na memória corrente de forma insatisfatória (a resposta 4, quase que de forma unânime, sinalizou esta conclusão).
- O valor do documento determina o interesse de guarda, organização e conservação (podemos inferir isso a partir das respostas 6, 7 e 8).

- Ainda vivemos em uma sociedade do registro, pois a confiabilidade é maior quando há a presença ratificadora do documento. Um dos respondentes chegou a externar uma experiência de contratação sem nenhuma formalização, o que o deixou inseguro, determinando sua opção de não dar seguimento à prestação de serviços a determinada empresa (a resposta 8 confirma que os entrevistados estão cientes do valor do documento institucional).

O Quadro 1 e o Quadro 2 correspondem às perguntas e respostas que motivaram este trabalho. Logo em seguida, lançamos considerações sobre os resultados.

**Quadro 1:** Perguntas sobre arquivo

1 - Você sabia que seu cérebro também é um arquivo?
2 - Você guarda/lembra tudo que ouve, vê e aprende?
3 - Qual a melhor lembrança que você tem da sua infância?
4 - O que você descartaria da realidade do Brasil?
5 - Na sua casa, o que você considera como documento?
6 - Você tem um lugar específico para guardar os documentos na sua casa?
7 - Você organiza os documentos por tipo ou data (por exemplo, contas e garantias)?
8 - Já imaginou esta empresa sem usar nenhum papel? Você trabalharia em um lugar que não pede assinaturas nem documentos?

**Fonte:** A autora (2017)

O Quadro 2 traz as respostas, de forma sucinta, mas que tiveram a intenção primeira de levar o entrevistado a um incursão particular e lúdico.

**Quadro 2:** Respostas sobre arquivo pelos colaboradores da limpeza da Sopece

C	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8
C1	Não	Não	Bolo de barro	Política	Foto e Documentos pessoais	Sim	Tipo	Não
C2	Sim	Não	Carnaval	Política	Foto	Sim	Tipo	Não
C3	Sim	Não	Compras com a avó	Roubalheira, que não é de hoje.	Documentos da casa, IPTU	Sim (3 gavetas)	Tipo	Não
C4	Sim	Bastante coisa	“A infância foi só trabalho.”	Os candidatos (políticos)	Documentos pessoais e da empresa	Sim (uma malinha)	Data	Não
C5	Sim	Muita coisa	Gostava de ficar no meio da rua	O presidente (a gestão)	Contracheque faturas de cartão, Justiça e garantias	Pastas	Tipo	Não

<b>C6</b>	Sim	Boa parte	“Brincadeiras de moleque.”	Corrupção	Documentos pessoais e de firmas	Pastas	Tipo	Não
<b>C7</b>	Sim. Eles armazenam informações	Impossível	Vaquejada em Surubim	Política	Faturas, contas, fotos, Contracheque	Pastas	Tipo	Não
<b>C8</b>	Não	Sim	Moto de brinquedo	Segurança e saúde	Contratos, Contas	Caixas-arquivo	Tipo	Não
<b>C9</b>	Não	Não	Jogar bola	Temer	Fotos, radinho e documentos pessoais	Pastas	Tipo	Não

Legenda: “C” corresponde a colaborador e “P” alude à pergunta respondida.

**Fonte:** A autora (2017)

## Considerações finais

Ainda que pareça subjetiva, partida e não linear, a memória é uma ferramenta que nos possibilita articular, com base na experiência social, com dinâmica, protagonismo e valor, mesmo que seja apenas para a comunidade em que vivemos, por meio de nossas ações.

Os arquivos representam as práticas de ações específicas sob a linha do tempo na história de uma instituição.

Durante a entrevista, o objetivo maior foi inspirar o entendimento de que estamos todos conjugados em uma teia produtiva, a qual se direciona para somar na história institucional, o que se expande a todos que estão envolvidos, direta ou indiretamente, com o serviço prestado.

A confiabilidade – o valor que damos ao documento pessoal para termos uma identidade e o reconhecimento o mundo – deve ser a mesma daquela quando atuamos com documentação, pois, muitas vezes, trata-se da história de terceiros e da nossa, já que nossos documentos também são recolhidos quando nos vinculamos à organização.

A conservação, a segurança e o cuidado com o bem documental institucional devem ir além de uma atividade de trabalho; ela deve ser exercida de forma consciente e ter valor, legal, administrativo e, em alguns casos, histórico.

“Não existe memória coletiva bruta” (LE GOFF, 1990, p. 174). Isso atribui a nós a responsabilidade de recriar uma história institucional, ou social, não ancorada em tendências e conjecturas, mas na concretude trazida pelo conjunto documental que forma uma linha histórica dos atores institucionais e sociais.

Da parte da Sopece, há um esforço para estabelecer ações de educação patrimonial, bem como para classificar a documentação conforme requerem a área e a legislação arquivística.

Assim, o arquivo não está morto. Nós é que ainda não temos consciência disso. O despertar só é possível por meio de reflexão, responsabilidade e ações de conscientização sobre o valor de tudo que configura uma organização: setores, estrutura, pessoas, atividades e, certamente, documentos. O desafio existe, mas é exequível.

## Referências

BELLOTTO, Heloísa. **Arquivos Permanentes**: tratamento Documental. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: FGV, 1991.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Dicionário de Terminologia Arquivística** São Paulo: AAB/Núcleo Regional de São Paulo/Departamento de Museus e Arquivos, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

LE COADIC, Y. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MARTINS, Neire do Rossio **Manual técnico de organização de arquivos correntes e intermediários**. Campinas: Unicamp, 2011.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HORTA, M. L.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

PARRELA, Ivana D. Educação patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. **Revista Ciência da Informação**, Distrito Federal, v. 41, n. 1, 124-133. 2013.

**SOPECE**. Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco – FCHPE. Disponível em: <<http://sopece.edu.br>>. Acesso em: 12 de out. 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Dicionário Arquivístico – DEGEA**. Disponível em: <<http://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/dir-gerais/dgcon/degea/dicionario-arquivistico#f>>. Acesso em: 11 de out. 2017.

## 11. ARQUIVO E ESCOLA:

refletindo sobre a prática da educação patrimonial  
no Centro de Memória do CAp – UERJ

SILVA, Paola Cordeiro da <sup>1</sup>  
GOMES, Priscila <sup>2</sup>

1. UNIRIO. Escola de Arquivologia  
Av. Pasteur, 458 – Prédio do CCH - sala 401 |  
Urca, Rio de Janeiro / RJ | CEP: 22290-240  
ecch\_arquivologia@unirio.br

2. UNIRIO. Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos  
Av. Pasteur, 458 – Prédio do CCH - sala 401 |  
Urca, Rio de Janeiro / CEP: 22290-240  
depa@unirio.br

### RESUMO

Este estudo, que ainda se encontra em fase de desenvolvimento, é fruto de um interesse que surgiu quando ainda era monitora de disciplina vinculada a um projeto que abordava questões relativas à Arquivologia e à Educação. Buscando dialogar com as duas áreas do saber, a pesquisa visa refletir acerca da importância da preservação do patrimônio documental, com vistas a ter acesso às informações, a partir de estudos desenvolvidos no Centro de Memória do Colégio de Aplicação da UERJ (CAp - UERJ). A opção por investigar o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, mais conhecido como “Colégio de Aplicação da UERJ – CAp/UERJ”, deu-se, principalmente, por ser uma instituição marcada pela sua atuação na educação básica, servindo de referência às práticas docentes e às políticas públicas em todo o estado do Rio de Janeiro. Sabemos que somente a partir de diálogos interdisciplinares com outras áreas, as possibilidades são ampliadas de modo a permitir avançar nos processos de ensino e aprendizagem. A temática, aqui tratada pretende estimular esse diálogo entre professores e especialistas que atuam no CAp-UERJ, com o intuito de entender o que eles pensam sobre a importância das práticas de educação patrimonial, a partir de estudos desenvolvidos com registros encontrados nos acervos escolares, e de investigar se o Centro de Memória existente é um espaço disseminador de tais práticas. Acredita-se que este estudo pode servir como mais uma possibilidade de (re)ver o quanto podemos explorar a potencialidade dos arquivos no que diz respeito à construção do conhecimento e ao empoderamento dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Arquivo. Educação patrimonial. Memória. Colégio de Aplicação.

## Introdução

Este artigo visa fomentar a discussão acerca da importância de se pensar a preservação do patrimônio documental nas instituições de ensino, com vistas a possibilitar o acesso ao conhecimento, de modo a enfatizar a relevância das práticas de educação patrimonial nos processos de ensino e aprendizagem, a partir de estudos desenvolvidos com registros e documentos encontrados nos acervos escolares, em especial no Centro de Memória do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, conhecido como “Colégio de Aplicação da UERJ” (CAp-UERJ).

A pesquisa surgiu da necessidade de compreender se os professores fazem uso prático da educação patrimonial e se o arquivista contribui para essa aproximação entre o arquivo e a escola, exercendo o papel de mediador inserido em um ambiente onde o conhecimento deve ser privilegiado para a formação do sujeito. Contudo, é preciso entender o grau de seu reconhecimento social em um ambiente diferenciado, o escolar – neste caso, o CAp-UERJ, considerado referência no cenário da educação carioca – sobre o qual poucos estudos foram encontrados.

A escolha pela temática se deu também pela aproximação com o projeto de extensão da professora Priscila Gomes, intitulado “Ensinar e aprender nos/com os arquivos: (Re)vendo as práticas pedagógicas”, cadastrado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, que tem como um de seus objetivos investigar as práticas de educação patrimonial existentes ou não em escolas públicas.

Nessa perspectiva, o trabalho busca refletir sobre as necessidades observadas nas instituições de ensino, acreditando que trabalhos envolvendo a memória e a história possam influenciar a formação do cidadão, a partir de diálogos entre escola, arquivo e comunidade. Para isso, torna-se necessário entender como funcionam seus processos e o grau de participação dos atores sujeitos neste projeto, inclusive de arquivistas.

Apenas a partir de diálogos interdisciplinares com outras áreas é que as possibilidades tornam-se ampliadas, de modo a permitir avançar em suas práticas, sempre discutindo a continuidade de suas ações, a fim de oferecer o acesso às informações para a posteridade, não sendo diferente com a Arquivologia. Além de assumir a responsabilidade de facilitar e ampliar o acesso e uso da informação, o arquivista deverá empoderar-se da sua função social. É nesse sentido que cabe enfatizar o papel do arquivista para a

construção e manutenção desse lugar da memória enquanto mediador da construção do saber.

Muitos materiais pedagógicos produzidos no decorrer das atividades educacionais não são guardados e disponibilizados, pois foram dispersos ou destruídos. Nesse sentido, pergunta-se: Será que o arquivo do CAp é utilizado como instrumento para a construção do conhecimento, fazendo uso da prática da educação patrimonial por intermédio dos professores? Se existe arquivista envolvido neste processo, como este contribui para essa aproximação entre o arquivo e a escola (CAp)?

A temática aqui tratada pode ser desenvolvida com base na interdisciplinaridade, com a participação tanto de professores quanto de especialistas que atuam nos âmbitos patrimonial e histórico-cultural a fim de aumentar a produção de projetos que fazem a relação aos temas “Educação”, “Arquivos” e “Patrimônio”.

Tais questionamentos são oriundos de trabalho de pesquisa em andamento sobre o Centro de Memória do CAp – UERJ. Quanto ao procedimento metodológico aplicado, vale ressaltar que a intenção inicial deste trabalho era coletar dados por meio de entrevistas. Mas, como o método não é algo fechado e está sempre sujeito a mudanças, optou-se por realizar apenas um estudo bibliográfico, já que um trabalho com entrevistas exigiria sua submissão a um Comitê de Ética e Pesquisa, algo mais trabalhoso e que demandaria mais tempo. Desse modo, trata-se de uma pesquisa qualitativa, a partir do levantamento de referências teóricas que visam dialogar com o tema aqui proposto: “Arquivo, escola e educação patrimonial”.

Ensina Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

O desenvolvimento do conteúdo teórico desta pesquisa também contempla a consulta a fontes eletrônicas, no intuito de fundamentar um estudo mais aprofundado sobre a relevância do Centro de Memória do CAP- UERJ para os sujeitos do conhecimento que praticam o cotidiano da escola.

## Arquivo e educação patrimonial: algumas reflexões

A educação patrimonial tem como função fundamental estabelecer diálogos sobre a importância da preservação do patrimônio a partir de práticas desenvolvidas nas escolas e em instituições responsáveis pela preservação das memórias, estimulando a relação dos alunos com o passado da instituição quando em contato com os arquivos, contribuindo para a construção de sua identidade individual e coletiva.

A interação do educando com os arquivos o aproxima cada vez mais do passado de forma dinâmica, já que os registros refletem as atividades realizadas dentro de determinada instituição, permitindo questionamentos e a descoberta, por meio da leitura e da interpretação crítica, mediada pelo educador. Esses momentos são enriquecedores, na medida em que esse contato com as representações do passado passa a fazer sentido no presente. Fratini (2009, p. 6) salienta a importância do contato com os arquivos para o processo de ensino-aprendizagem, da seguinte maneira:

O fato de o documento de arquivo apresentar essas características - ser prova ou evidência de uma ação e ser em grande parte escrito, pelo menos no que diz respeito a documentos de arquivos da administração pública – torna a sua exploração ainda mais interessante para atividades de ação educativa. É grande o aprendizado que se pode obter a partir de um trabalho com documentos de arquivo escritos, em termos de construção de saberes linguísticos, históricos e de cidadania, já que os documentos refletem a administração pública de uma cidade, Estado ou país, e envolvem questões de direitos e deveres entre governos e cidadãos (FRATINI, 2009, p. 6).

Durante a ação educativa, o educando entrará em contato com fotografias, prédios históricos, praças, documentos, comemorações e rituais, entre outros, ampliando seu conhecimento sobre a produção e o contexto histórico dos arquivos e aprendendo sobre o conceito de patrimônio.

Em seu projeto “Ensinar e aprender nos/com os arquivos: (Re)vendo as práticas pedagógicas”, a professora Priscila Gomes (2016) destaca a importância da educação patrimonial e do aprendizado mediante o contato com os arquivos. Ela enfatiza que as práticas educativas devem propiciar a aprendizagem a partir de estratégias que conduzam o aluno a tornar-se independente e que estimulem o conhecimento potencial. Para a autora, é a partir desse pensamento que o cidadão se reconhece no processo de construção social.

É nesse sentido que a educação patrimonial visa contribuir para o desenvolvimento dos sujeitos, proporcionando um aprendizado que permita pensar o contexto, sempre se remetendo ao passado para explicar a realidade. Significa reconhecer seus direitos e deveres, sendo capaz de refletir sobre o processo no qual está inserido e em sua participação na sociedade.

Torna-se, portanto, imprescindível pensar o processo de construção social do sujeito a partir da prática da educação patrimonial e do uso dos documentos encontrados em arquivos escolares. Ainda nessa perspectiva, é importante destacar que o arquivista deve contribuir para essa aproximação entre o arquivo e a escola, exercendo o papel de mediador inserido em um ambiente onde o conhecimento deve ser privilegiado para a formação do sujeito.

Acredita-se na potencialidade que os documentos gerados em uma instituição de ensino possuem para a formação da identidade. O Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAp/UERJ é bastante atuante na educação básica, servindo de referência para as práticas docentes e políticas públicas em todo o estado do Rio de Janeiro. Reflete um ambiente rico, que pode vir a responder a algumas questões sobre o papel do arquivista como mediador da informação no processo de construção social e a relevância do arquivo enquanto, patrimônio cultural que serão aqui discutidas.

Entendemos que a educação patrimonial contribui para que o cidadão esteja empoderado e consciente de suas ações na sociedade. Para que isso se concretize, é preciso que a formação seja de qualidade e para todos. A esse respeito, esclarece Fratini (2009, p. 3):

A educação patrimonial pode contribuir de forma muito relevante para a democratização da cultura e acesso à informação, para a incorporação do patrimônio por toda a sociedade – não somente por alguns –, e para a formação de cidadãos capazes de se reconhecerem como parte desse patrimônio histórico-cultural (FRATINI, 2009, p. 3).

No intuito de refletirmos acerca do tema aqui proposto, é importante definir o que se entende por educação patrimonial:

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, GRUNBERG E MONTEIRO, 1999, p. 6).

A prática de educação patrimonial estimula o acesso à cultura e à informação de forma menos desigual, com vistas para o despertar da cidadania, ao contribuir para a formação daqueles que serão capazes de se reconhecerem como parte desse patrimônio histórico-cultural.

Nessa perspectiva, em que a função social é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo, é preciso esclarecer o significado e a importância dos arquivos.

Para Foucault (1966, p. 169), arquivo é o sistema que transforma enunciados discursivos em acontecimentos e em coisas. Separa o que merece ser arquivado como história e o que deve ser esquecido. O arquivo regula o que deve ser considerado tradição e o que deve cair no esquecimento. O que deveria ser esquecido, segundo Nora, está associado às memórias marginalizadas, ao passo que as datas celebrativas nos remetem a uma memória dita como "oficial".

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que já não existe uma memória espontânea que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, registrar atas, porque essas operações não são naturais. Eis porque a defesa por algumas minorias de uma memória refugiada em certos lares privilegiados e ciumentamente guardados não faz senão levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história rapidamente os varreria (NORA, 1993, p. 8).

Quando nos referimos à ideia de construção de memórias individuais e coletivas, existe a necessidade de se falar de pertencimento, sentimento que o ser humano tem de fazer parte de algo ou de estar inserido em determinado grupo social.

Esse contato direto com as fontes permite que ocorra a interiorização de novos significados durante o desenvolvimento das pesquisas, tornando a aprendizagem dinâmica e contextualizada. Então, cabe ao pesquisador interpretar os dados de determinada realidade e não apenas partilhá-los com seus pares, mas democratizar esse conhecimento construído a partir de narrativas e trocas de experiência com a comunidade, propiciando ao sujeito um empoderamento ao se sentir parte dessa construção social. Na tentativa de conceituar o entendimento sobre empoderamento, Gomes (2013, p. 22), em sua tese de doutorado, descreve essa temática ao descrevê-la como um estado de reflexão que pode provocar no sujeito mudanças significativas, transformando-se em narrativas de empoderamento. Mas, para isso, alerta sobre seu uso polissêmico, destacando, ainda, que, com base nos estudos de Goodson (2011), seu significado de empoderamento está relacionado à capacidade que o processo de ensino-aprendizagem tem de modificar o sujeito e suas ações, transferindo do âmbito individual para o coletivo.

Entendemos, assim, que, ao ser estabelecida a relação arquivo-escola, torna-se evidente que a prática realizada nas escolas é incorporada pelo sujeito à medida que passa a fazer sentido em um contexto que, muitas vezes, reflete as mudanças e o modo como esta é sentida por ele.

Percebemos que os diálogos que tratam de arquivo e sociedade deveriam ser mais recorrentes, principalmente em instituições de ensino, ao considerar a existência de um espaço propício e profícuo a reflexões, e, também, o fato de, na maioria das vezes, influenciar os sujeitos desde a base.

O uso da educação patrimonial inserida no campo da Arquivologia nos faz refletir sobre o tratamento que é dado aos arquivos e sua relação com os atores que participam do processo, o que, no primeiro caso, muitas vezes, restringe-se ao caráter técnico. No entanto, devemos pensar nos arquivos para além de suas atividades técnicas, vislumbrando possibilidades posteriores, como, garantir o direito ao acesso e a sua difusão, de modo a contribuir para a formação de possíveis mudanças na sociedade, sendo uma delas a aproximação entre o arquivo e a escola.

Contudo, entendemos o arquivo como algo dinâmico, que nos permite interpretar as relações sociais e possibilitar o aprendizado a partir do uso dos documentos, reconhecendo a importância do arquivo para a instituição.

Quanto às atividades desenvolvidas nos arquivos, Belloto (2006, p. 227) ressalta algumas considerações importantes, referindo-se à difusão cultural e à assistência educativa.

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa (BELLOTTO, 2006, p. 227).

O uso do patrimônio no processo educacional exige mais atenção e preparo por parte dos educadores no que diz respeito ao uso dos arquivos, para que sejam criadas condições favoráveis de aprendizagem, pois os arquivos dizem muito mais do que enxergamos à primeira vista. Será preciso utilizar metodologias dentro e fora de sala de aula, até mesmo de forma multidisciplinar, com o auxílio de um arquivista. Nesse processo de pesquisa, o docente e o discente se deparam com novas possibilidades de ensino e aprendizagem, envolvendo diversas temáticas, que podem ser abordadas a partir do contato com os arquivos.

Ao estabelecer conexões entre o arquivo e a escola, é preciso deixar claro que tais ações trazem em seu bojo uma intenção, ou não, para que elas, de fato, sejam efetivadas, não tendo como mencionar a atuação das políticas públicas entre estes espaços, que ainda é muito ínfima.

Nesta perspectiva creio que a efetivação de políticas públicas para o atendimento de medidas que se proponham a pensar em parcerias entre o arquivo e a escola seja essencial para se repensar esta realidade, a fim de discutir práticas educativas alternativas que possam contribuir para o processo de formação do sujeito (GOMES, 2016, p. 2).

Assim, torna-se necessário discutir a preservação e o tratamento da informação como forma de gerar conhecimento para a sociedade, no sentido de pensar o presente fazendo ponte com os vestígios do passado. As escolas precisam dar significado ao que foi produzido ao longo do tempo pela instituição, constituindo um lugar de memória que assuma sentido real e significativo para os envolvidos.

A busca de sentidos e de significados para os registros documentais nos permite pensar na criação de projetos interdisciplinares que, baseados em pesquisas, optem por um plano que privilegie os processos escolares, para que sinapses sejam estabelecidas não apenas em uma só perspectiva, mas também, na dos envolvidos no processo da construção do conhecimento, partindo do pressuposto de que o conhecimento é multifacetado, ampliando a compreensão do que é patrimônio.

## **Arquivos escolares: Uma breve introdução**

Em seus estudos, Mogarro (2005) descreve como são constituídos os arquivos escolares e como as práticas desenvolvidas se refletem nos registros encontrados, sendo fundamental para contextualizar o ambiente escolar. Assim, a utilização do projeto político-pedagógico do CAP-UERJ enquanto fonte se apresenta como um registro rico que descreve as práticas e a diversidade encontrada no CAP, sendo fundamental para a compreensão do contexto político-social vivenciado pelos atores sociais nessa relação escola-comunidade ao longo do tempo.

Para a composição dos arquivos escolares, devemos considerar os documentos produzidos ou recebidos por essa instituição que informam sobre o contexto de ensino.

No artigo “Arquivo e Escola: Buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação”, os professores Priscila Gomes e Magno Monteiro (2016) destacam a relevância dos arquivos escolares:

Os arquivos escolares fazem parte do patrimônio cultural; neles ficam os registros do cotidiano burocrático das escolas, conforme a produção documental estabelecida pela legislação, mas não somente esses registros podem ser encontrados; também outros tipos de documentos, como fotos, periódicos escolares, notícias sobre a instituição. Esses documentos são únicos dentro de cada instituição e refletem a produção do material cultural escolar, e podem, inclusive, ajudar a explicar a existência histórica da instituição, as relações entre as pessoas que a frequentaram, e dela própria com sua região (GOMES; MONTEIRO, 2016, p. 68).

Ainda assim, reiteram que os arquivos propiciam a reflexão sobre o cotidiano escolar e a memória da instituição, com base em Vidal (2005, p. 24):

[...] integrado à vida da escola, o arquivo pode fornecer-lhe elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram ou frequentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno.

Com base nessas noções, é importante salientar que os arquivos escolares apresentam-se como um manancial riquíssimo de informações, contribuindo não só para a historiografia escolar e para a percepção de uma cultura escolar de acordo com os tempos e espaços estudados, mas também como fonte de estudos para a prática da própria educação patrimonial. Nesse sentido, os arquivos escolares são substratos importantes para os processos de ensino e aprendizagem que trazem em seu bojo a busca por uma “metodologia” mais dinâmica, atraente e capaz de conduzir os sujeitos a um espírito crítico e reflexivo.

## **Um breve histórico sobre o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAP/UERJ e o Centro de Memória do CAP- UERJ**

As informações mencionadas foram obtidas após uma análise sucinta do projeto político- pedagógico de 2013, no qual foi possível encontrar informações que nos permitem compreender um pouco melhor a história da instituição e sua trajetória.

O Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAP/UERJ foi criado para ser um campo de estágio das licenciaturas e de experimentação de novos e diferentes recursos em educação. Tem sua origem no antigo Colégio de Aplicação. Encontra-se localizado no bairro do Rio Comprido, na área periférica ao centro metropolitano da cidade do Rio de Janeiro. O prédio é composto de dois blocos e tem como esfera administrativa proprietária a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Devido à sua natureza e a sua origem histórica, encontra-se inserido na estrutura organizacional como Unidade Acadêmica da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), representando mais uma alternativa de qualidade de ensino, pesquisa, extensão e

cultura para o Estado. Tem como diferencial a possibilidade de o aluno cursar desde o ensino fundamental, médio e, posteriormente, o superior e, até mesmo, pós-graduação.

Encontramos algumas informações relevantes para este trabalho nos estudos realizados pela professora Jaqueline Morais (2010), em que é relatado como foi sua experiência no projeto de extensão Centro de Memória do CAP-UERJ. No artigo “Organizando o acervo do Centro de Memória do CAP-UERJ (2010)”, ela descreve como se deram a idealização do espaço de memória e sua organização, que, desde 2007, buscou constituir um espaço de preservação e disponibilização dos registros encontrados que contam a história do CAP-UERJ.

Após as negociações com a direção da escola, uma sala foi cedida para a guarda desses registros visando à criação de um Centro de Memória, com o objetivo de disponibilizar o acervo por meio de digitalização e acesso pessoal. Considerou-se, também, dar suporte às atividades realizadas pelos professores no CAP-UERJ, oferecendo a possibilidade de utilização do acervo no apoio didático e no oferecimento de oficinas e cursos de extensão específicos das áreas de Documentação, Arquivologia, Memória e História Escolar.

No intuito de dar sentido ao desenvolvimento do Centro de Memória, deu-se início aos processos de recebimento, triagem, catalogação e organização, a fim de manter a organicidade do material encontrado, sempre refletindo sobre o acesso de outros sujeitos à história do CAP-UERJ, por exemplo, pesquisadores, professores, alunos, o que significou um avanço na construção e socialização de um material que não tem um fim em si mesmo, mas que assume seu caráter secundário, ampliando seus usos e funções para outros sujeitos.

Inicialmente, o acervo foi coletado e identificado. Compõe-se de: documentação sonora, arquivos e coleções visuais e iconográficos provenientes da própria instituição, de doações de docentes e de ex-docentes da escola, entrevistas gravadas em áudio e vídeo e aquilo que foi produzido pela própria instituição desde 2007.

Os documentos que tratam da memória escolar são ricas fontes de informação, por possuírem valor histórico ou documental. Os arquivos do Centro de Memória do CAP-UERJ possibilitam compreender o contexto, por meio do contato com as informações sobre a didática aplicada em dado período da história do instituto, ou, até mesmo, entender a instituição como um todo. Nesse caso, seu acervo é composto por vários tipos de

documentos, como: atas de reuniões de departamentos, uniformes antigos, cadernos de alunos e jornais. Além dos documentos oficiais dotados de informações relativas à instituição, podem ser encontrados no acervo os que foram originados das atividades realizadas pela comunidade escolar.

No CAP-UERJ, existem alguns departamentos, cada um produzindo documentos em decorrência das suas atividades. Para implementar a organização do acervo do Centro de Memória do CAP-UERJ, foram utilizados alguns princípios da literatura arquivística. A respeito aos fundos e de sua ordem original, buscaram-se os motivos pelos quais eles foram produzidos e acumulados e/ou guardados.

A organização do acervo foi feita com base no organograma da instituição, a fim de respeitar a proveniência dos documentos encontrados, mas nem todos os produtores de documentos são encontrados. A diversidade dos documentos também foi considerada durante o levantamento. Cada departamento do CAP-UERJ é entendido como um fundo.

A disposição do acervo no Centro de Memória apoia-se no arranjo estrutural, seguido de um enfoque cronológico, separando os documentos por década, ano e mês de produção.

Para o banco de dados desse acervo, foram elaboradas fichas de catalogação, com o intuito de redigir as informações dos documentos. Elementos como data, título, quantidade de páginas, conteúdo, tipo de suporte e procedência são localizados nesse banco de dados. Tal forma de organização temática teve resultado satisfatório para o acervo fotográfico do CAP-UERJ.

No artigo “Memória e História da Alfabetização no CAP-UERJ”, Moraes (2012) propõe como base de investigação o resgate da memória da história da instituição, o Instituto de Aplicação da UERJ, a partir do resgate de parte de sua história: a das práticas alfabetizadoras, que se deu por meio da recuperação de dados documentais e orais. Além disso, Moraes (2012) menciona que foi durante a consulta aos documentos sobre o histórico do CAP-UERJ é que foi possível descobrir informações que ajudaram a compreender as origens tanto da instituição quanto do trabalho alfabetizador.

É interessante pontuar o quanto o trabalho com memórias de práticas escolares nos conduz a uma percepção de cultura, já que o tempo e o espaço são características marcantes da constituição cultural, tornando-se práticas potenciais de conhecimento. Segundo Moraes (2012, p. 7), “ressignificando o espaço-tempo das práticas alfabetizadoras

no CAp, poderemos compreendê-las não apenas como lugar de conhecimento, mas como um lócus de autoconhecimento”.

A diversidade desse acervo demonstra sua importância para a história da educação. Os eventos que marcam desde o período do surgimento da instituição até sua transferência para sua atual localização possibilitam a elaboração de biografias escolares, periódicos, cartilhas e projetos com a comunidade, dentre outros, que poderão se tornar conhecidos com a prática da educação patrimonial.

Dentre as dificuldades relatadas no projeto de organização do acervo, cita-se a falta de recursos materiais adequados, tais como: computadores, armários, luvas e máscaras.

## Considerações Finais

Este trabalho traz contribuições significativas, no sentido de servir como referência para o desenvolvimento de pesquisas de cunho interdisciplinar voltada para o arquivo como instrumento na construção do conhecimento, fazendo uso da prática da educação patrimonial, assim como oferece melhores possibilidades de práticas de ensino e aprendizagem atreladas à compreensão da memória social.

O caminho percorrido para a construção da análise buscou refletir sobre a educação patrimonial. Para tanto, utilizou-se de revisão de literatura para explicar a importância de seu uso e o impacto de trabalhos interdisciplinares como meio de estimular o conhecimento. Foram utilizados como base para a pesquisa: a página institucional, revistas eletrônicas produzidas pela própria instituição, oficinas, projeto político-pedagógico do CAp - UERJ (2013) e artigos produzidos por seus professores cujo tema estivesse relacionado a memória, educação patrimonial, práticas educativas e o Centro de Memória.

O estudo baseado em dados bibliográficos nos permite apontar que existe uma preocupação em contribuir com a história da instituição e a preservação do material pedagógico considerado patrimônio.

Conforme descrito por Moraes (2012), não existem parcerias com profissionais da informação, como arquivistas, cabendo a reflexão de que professores e arquivistas precisam reconhecer, de fato, o potencial educacional dos arquivos. Apesar disso, é interessante destacar a contribuição do projeto de extensão de Moraes (2012) no sentido de tentar criar

uma conscientização sobre a relevância do Centro de Memória enquanto espaço de produção de conhecimento. Explica a autora (2012, p.13):

A formação do Centro de Memória no CAp-UERJ vem a ser não só um espaço com reminiscências próprias e de fundamental importância para o implante da semente da reflexão educacional, como também um convite a todos que desejam instigar a criticidade de suas lembranças pessoais.

Os resultados obtidos na pesquisa não trouxeram propriamente conclusões sobre o uso da educação patrimonial no Centro de Memória do CAp – UERJ, até porque nunca concluímos nada, e sim tecemos considerações. Percebemos que o Centro de Memória ainda é pouco divulgado e que as ações educativas de cunho patrimonial com uso do acervo ainda não são tão expressivas neste espaço, pois não encontramos materiais consistentes que nos remetessem a orientações sobre educação patrimonial e arquivos.

Na busca por maiores informações, constatamos no Projeto Político Pedagógico - PPP (2013), no item que trata de currículos escolares desenvolvidos para o curso de graduação em Pedagogia, a existência da disciplina Educação Patrimonial: Os Múltiplos Olhares sobre Cultura e História – DEF, Pedagogia Disciplinas Eletivas Restritas, o que parece ser algo significativo, mas não conseguimos identificar os conteúdos ministrados na prática.

Vale destacar que, após a aprovação pelo Colegiado da instituição para início da pesquisa, fomos informadas de que o Centro de Memória, embora exista, ainda encontra-se em construção e que seus arquivos não se encontram concentrados em um mesmo espaço físico.

No que se refere à existência de trabalhos específicos envolvendo o uso da educação patrimonial no espaço do Centro de Memória do CAp-UERJ, não foi localizada nenhuma informação, apesar de existir a iniciativa de problematizar a história reavivando a memória da instituição.

Não poderíamos deixar de mencionar a importância de Ginzburg (1989) no tocante à realização desta pesquisa, pois, se num primeiro momento fomos impossibilitadas de coletar dados por meio das entrevistas, em um segundo momento a coleta de informações por meio de material bibliográfico nos fez despertar e amadurecer para os sinais que passaram a se revelar como indícios na nossa caminhada em busca de informações.

## Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, M. 1966. **Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines**. Paris: Gallimard.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. In: **Histórica - Revista eletrônica do Arquivo Público do estado de São Paulo**, n.34, ano 2009. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia05/texto05.pdf> . Acessado em: 30 out. 2017.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. – São Paulo: Cia. das letras, 1989.

GOMES, Priscila; MONTEIRO, Magno Vinicius. Arquivo e Escola: Buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.10, p.61-80, 2016. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/arquivo-e-escola-buscando-aco-es-extensionistas-como-possibilidade-de-aproximacao/>. Acessado em: 30 out. 2017

GOMES, Priscila. **Ensinar e aprender com os arquivos: (Re)viendo as práticas pedagógicas**. Projeto de extensão. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2011.

\_\_\_\_\_. **Tecendo fios nos espaços e tempos da escola na prisão**. Tese. Unicamp. Campinas. 2013.

GOODSON, Ivor; GILL, Scherto. **Narrative Pedagogy: life history and learning**. Nova York: Peter Lang Publishing, 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRÜNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, 469 p.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pró-posição** – Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, v. 16, n. 1 (46), jan./abr. 2005.

MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos. Organizando o acervo do Centro de Memória do CAP-UERJ. *Udesc em Ação*, v. 4, p. 01-12, 2010.

\_\_\_\_\_; PEREIRA, M. G. C.; SILVA, N. H. P. C.. História e memória das práticas alfabetizadoras no CAP - UERJ. *e-Mosaicos*, v. 1, p. 4-14, 2012.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dezembro de 1993.

**Projeto Político Pedagógico do CAP/UERJ**. Disponível em: <<http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/projeto-politico-pedagogico-1.pdf>>. Acessado em: 27/4/2017.

VIDAL, Diana G. "Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares". In: SOUZA, Rosa F. e VALDEMARIN, Vera T. (Orgs.) **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr, p.3-30.

## 12. DIREITO À MEMÓRIA:

a experiência do Arquivo de Som e Imagem,  
da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais  
– O Relato de uma trajetória

ALMEIDA, Marcelina das Graças de <sup>1</sup>  
MOURA, Adriana Nely Dornas <sup>2</sup>

1. Universidade do Estado de Minas Gerais, Escola de Design  
Av. Antônio Carlos, 7.545 |  
São Luiz, Belo Horizonte - MG | CEP 31270-010  
almeidamarcelina@gmail.com; marcelina.almeida@uemg.br
2. Universidade do Estado de Minas Gerais, Escola de Design  
Av. Antônio Carlos, 7.545 |  
São Luiz, Belo Horizonte - MG | CEP 31270-010  
adrianadornasmoura@gmail.com

### RESUMO

Fundado em 2009, fruto do esforço de profissionais preocupados com a preservação da memória da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (ED/UEMG), o Arquivo de Som e Imagem (ASI) é o primeiro centro de informação especializado em imagens (fixas e em movimento) e áudio da Universidade e um dos poucos existentes na cidade de Belo Horizonte. Reúne rico acervo documental, formado por impressos das mais diversas naturezas, filmes, vídeos, fotografias. Para início dos trabalhos, foi estabelecido um instrumento de pesquisa para viabilizar o acesso a tais documentos a todos os interessados em consultá-los e em extrair informações para uso profissional e acadêmico. Desde então, vem se organizando e criando estratégias para se constituir como espaço de preservação da memória integrado às novas tecnologias e a novas inserções no universo da consulta de acervos e produção de conhecimento. O espaço trabalha com orçamento exíguo e, na maioria do tempo, improvisa recursos para que o acervo possa ser recebido, analisado, catalogado, acondicionado e disponibilizado aos consulentes. Adicionalmente, vem sofrendo modificações que têm melhorado a coleta e o acondicionamento dos documentos, buscando alternativas para ampliar suas instalações e o atendimento dos pesquisadores interessados em explorar o acervo. Tais ações refletem a necessidade de dar continuidade ao projeto, da necessidade de promover com urgência políticas de preservação da memória e cuidado com o acervo gerado pela universidade. O ASI vem sendo permanentemente procurado por pesquisadores, docentes, discentes e demais interessados em seu acervo, os quais o utilizam como local de pesquisa, demonstrando a importância da manutenção e conservação deste material.

**Palavras-chave:** Arquivo de Som e Imagem. Escola de Design. Universidade do Estado de Minas Gerais. Memória. Acervo.

## Introdução

A Escola de Design, que integra a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), apresenta uma longa história que remonta à década de 1950. Fundada em 1955, na gestão de Juscelino Kubitscheck (1902-1977), com o nome “Escola de Artes Plásticas” (ESAP), prendia-se à Escola de Música da Universidade Mineira de Arte (UMA), criada na Capital mineira, em 1954, a partir da junção da Orquestra Sinfônica, da Cultura Artística e da Sociedade Coral.

Em 1956, a ESAP realizou seu primeiro vestibular e ano seguinte iniciou seus trabalhos. Os cursos oferecidos eram: Licenciatura em Desenho; Artes Plásticas, com ênfase em pintura, escultura e gravura; Decoração e Desenho Industrial; Comunicação visual, todos de ensino médio; e Professorado de desenho, de nível superior.

No início da década de 1960, a UMA se transformou em uma fundação, passando a ser gerenciada pela Secretária do Estado e Trabalho e Cultura Popular, com o nome de “Fundação Mineira de Arte” (FUMA). Na década de 1970, foi renomeada como “Fundação Mineira de Arte Aleijadinho”, atendendo a orientações para registro no Ministério da Educação e Cultura. Foi nesse contexto, em 1964, que o curso de Desenho Industrial passou ser considerado de nível superior.

No final do século XX, diante da criação da UEMG, a FUMA foi incorporada à nova instituição, junto com outras escolas de ensino superior, passando a adotar o nome como é conhecida hoje: “Escola de Design”.

A Escola de Design oferece cursos em nível superior de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado). É considerada a pioneira em ensino de design em Minas Gerais. Embora possua uma trajetória tão longa e, conseqüentemente, uma história bastante rica, muito pouco se conhece sobre esse passado e menos ainda sobre os lugares de memória que se constituem ao longo do tempo e que permitem conhecer essa instituição.

A construção da memória é também a construção de sentido para o passado, revelando-se como um meio eficiente para o compartilhamento de conhecimentos e experiências. É nesse sentido que se compreende a constituição do Arquivo de Som e Imagem (ASI), do qual se trata neste artigo.

## A criação do Arquivo de Som e Imagem

Francisco Homem de Melo (2004, p. 104) esclarece:

Documentar, arquivar, incorporar ao portfólio e eventualmente divulgar o projeto são ações fundamentais tanto para o profissional quanto para a afirmação da profissão. Sem a memória dos projetos realizados, não haverá memória do design brasileiro. Todo projeto é uma afirmação sobre um determinado modo de fazer design, e, como tal, deve ser documentado e arquivado.

Em 2009, o professor e pesquisador Alessandro Ferreira Costa iniciou o projeto “Revendo a História: imagem e som - Gestão do acervo documental recolhido no Centro de Estudos em Design da Imagem da Escola de Design/UEMG”, cujo objetivo era recuperar a memória da instituição. O projeto deu origem ao Arquivo de Som e Imagem (ASI), que se localiza no Centro da Imagem, da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais. O ASI se constitui em um espaço de preservação e armazenamento da informação contida em trabalhos produzidos no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais. Especialista em imagens (fixas e em movimento) e em áudio, é o primeiro centro de gestão de documentos deste tipo na Universidade e um dos poucos existentes na cidade de Belo Horizonte. Reúne rico acervo documental, formado por impressos das mais diversas naturezas, filmes, vídeos e fotografias, dentre outros.

A ideia de criar o Arquivo de Som e Imagem surgiu do desejo da docente Rosemary Portugal, em parceria com outros profissionais que atuavam e atuam na Escola de Design, de proteger o acervo de documentos e trabalhos que guardava. A maior parte desses documentos estava armazenada aleatoriamente e de maneira inadequada, dentro de caixas de papelão e de armários que abrigavam tipos diferentes de material em um mesmo compartimento. Além disso, boa parte dos arquivos encontrava-se em estado de deterioração física. Cerca de 20% das fitas VHS não se encontravam envolvidas em qualquer tipo de proteção, seja este de papel ou plástico, ficando totalmente expostas à ação do tempo e de outros agentes nocivos.

A proposta consistia em encontrar ferramentas e meios adequados para preservar essa variedade documental que se encontrava agrupada de modo disperso e sem uma ordenação lógica. Foram traçadas as diretrizes e, com o suporte de um profissional especialista em arquivos, iniciou-se o projeto para constituição do Arquivo de Som e Imagem.

## Metodologia

Na primeira etapa do projeto, analisou-se grande parte da massa documental guardada nas dependências do Centro de Estudos em Design da Imagem. A análise e a seleção desses documentos anteriormente à catalogação e ao processo de arquivamento se fizeram necessárias por dois motivos: primeiro, o fato de que nem todos os documentos apresentarem boas condições físicas para serem guardados; e, segundo, se acaso fosse arquivar exatamente tudo o que se produz, corria-se o risco de não sobrar espaço para aqueles arquivos que de fato possuíssem alguma relevância, razão pela qual se apresentam como grandes merecedores de um espaço no acervo.

Após essa análise preliminar, os documentos cujas condições físicas impossibilitavam sua guarda permanente e os materiais que se constituíam de mais de um exemplar foram devidamente descartados. O material restante foi catalogado e arquivado com base em um código criado especificamente para organizar e separar cada documento segundo sua origem e sua natureza. Por exemplo, um arquivo cuja notação fosse GRA-0101-0021 poderia ser entendido como um documento de TCC do curso de Design Gráfico, número 21, uma vez que a sigla GRA relaciona-se ao grupo principal de documentos (no presente caso, grupo de documentos de cursos de graduação); 0101 indica, nos dois primeiros dígitos, a série documental (no caso, curso de design gráfico) e nos dois últimos dígitos, a subsérie (trabalhos de conclusão de curso); 0021 representa o número de entrada daquele documento no arquivo (neste caso, arquivo número 21, ou vigésimo primeiro arquivo a ser catalogado). Pode-se notar que o número máximo de arquivos catalogados em uma mesma subsérie é 9.999.

Em 2010, devido às modificações no quadro de profissionais que integravam a equipe inicial da implantação do projeto, houve uma suspensão das atividades do ASI. Em 2011, porém, essas atividades foram retomadas, mediante projeto apresentado à FAPEMIG voltado para dar continuidade ao planejamento estabelecido. Nesse ano, foram catalogados 375 recortes na hemeroteca criada para guardar e acondicionar recorte de jornais e revistas que estavam dispersos entre os documentos e que corriam o risco de descarte. Foram mapeados e organizados 251 documentos, sendo: 113 projetos de graduação e 138 documentos históricos relacionados com a Escola de Design/FUMA/ESAP e a UEMG. Como parte das atividades da “Semana UEMG”, foi organizado ainda nessa época o I Colóquio de Memória Institucional da UEMG, no qual se discutiu a importância da preservação da história institucional e a possibilidade de criar um centro de documentação e memória da

Universidade como um todo. O projeto foi apresentado ainda no 13º Seminário de Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais pelas alunas responsáveis por ele no ano em questão.

Desde então, o Arquivo tem se ocupado de recolher, catalogar e guardar documentos que se relacionam com os trabalhos de graduação, seja no formato escrito ou em fitas ou outros suportes de mídia. Documentos históricos, fotografias e recortes de jornais e revistas que se relacionam com a história da Escola de Design e da Universidade do Estado de Minas Gerais fazem parte do perfil do acervo.

## Considerações Finais

Preservar a memória é mais do que uma simples tentativa de evitar o perigo de que se esqueça dos fatos ocorridos no passado. É uma forma de conservar certas informações pertinentes e de transmiti-las àqueles que por elas se interessarem. Sobretudo, pode-se dizer que memória é um processo histórico e cultural, por meio do qual é possível observar as características principais de determinada sociedade em certo período de tempo. A formação de centros especializados em coletar, analisar e arquivar documentos que carregam em si essas informações se faz necessária, visto que nem sempre esses documentos são armazenados de maneira adequada. Nesse sentido, o Arquivo de Som e Imagem surge com a proposta de preservar a memória e, conseqüentemente, a história da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Para que haja o desenvolvimento e a evolução das técnicas e do conhecimento, é necessário fazer uma análise prévia do passado. Seja para aprimorar aquilo que já deu certo em alguma ocasião, seja para aprender com o erro, sempre é recomendável recorrer aos registros e às memórias construídas ao longo do tempo.

Nesse sentido, o ASI se mostra eficiente, pois se configura como uma importante fonte de pesquisa sobre os assuntos relacionados tanto à Escola de Design quanto ao design produzido em Belo Horizonte. Além disso, seus arquivos constituem referências que contribuem para a formação do repertório de quem o utiliza.

A partir das atividades do ASI, é possível, também, construir e conservar a memória da Escola de Design, uma vez que muitos dos registros de seus eventos estão arquivados em seu acervo. É possível ainda que seus documentos sirvam de tema e de inspiração para

outros projetos que poderão vir a ser desenvolvidos. Os projetos de graduação, por exemplo, podem servir como fonte de pesquisa para a análise das tendências de determinada época: Em que período era comum os alunos graduandos realizarem projetos sobre design editorial? Nos últimos anos, o interesse por projetos digitais vem aumentando? Essas e outras perguntas podem não apenas ser respondidas pela análise do material presente no acervo, mas também gerar assuntos para futuros projetos.

## Referências

ALMEIDA, Marcelina das Graças de; ROCHA, Luana de Oliveira. **Revendo a história: Imagem e Som**. Gestão do acervo documental recolhido no centro de estudos em design da imagem da escola de design (ED/UEMG). Relatório final do projeto financiado pelo PAPq. Belo Horizonte: UEMG, 2012.

**Acervo**: revista do Arquivo Nacional. V. 7, n. 1-2, (Jan/Dez 1994). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1994. Disponível em: <[www.portalan.arquivonacional.gov.br](http://www.portalan.arquivonacional.gov.br)>. Acesso em 02 de jun. 2017.

BELLOTTI, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CONARQ. **Modelo de requisitos para sistema informatizados de gestão arquivística de documentos e-ARQ Brasil**, dezembro de 2009. Disponível em: <[www.portalan.arquivonacional.gov.br](http://www.portalan.arquivonacional.gov.br)>>. Acesso em 02 de jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Recomendações para digitalização de Documentos Arquivísticos permanentes**. Abril de 2010. Disponível em: <[www.portalan.arquivonacional.gov.br](http://www.portalan.arquivonacional.gov.br)>. Acesso em 02 de jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Recomendações para a produção e o Armazenamento de Documentos de Arquivo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <[www.portalan.arquivonacional.gov.br](http://www.portalan.arquivonacional.gov.br)>. Acesso em 02 de jun. 2017.

COSTA, Alessandro Ferreira; SILVA, Ivone Gomes da. **Revendo a história: Imagem e Som**. Gestão do acervo documental recolhido no centro de estudos em design da imagem da escola de design (ED/UEMG). Relatório final do projeto financiado pela FAPEMIG. Belo Horizonte: UEMG, 2009.

**Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <[www.portalan.arquivonacional.gov.br](http://www.portalan.arquivonacional.gov.br)>. Acesso em 02 de jun. 2017.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva** São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

**Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. Disponível em: <[www.portalan.arquivonacional.gov.br](http://www.portalan.arquivonacional.gov.br)>. Acesso em 02 de jun. 2017.

MELO, Francisco Homem de. **O processo do projeto**. In: Associação dos Designers Gráficos. O valor do design: guia ADG de prática profissional do designer gráfico. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004.

NASCIMENTO, Anna Christina Aun de. **Guia para digitalização de documentos Versão 2.0**. Brasília: Embrapa, fev. de 2006. Disponível em: <[www.sct.embrapa.br/goi/manuais/GuiaDigitalizacao.pdf](http://www.sct.embrapa.br/goi/manuais/GuiaDigitalizacao.pdf)>. Acesso em 02 de jun. 2017.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Ozanan de. **O curso de Design em Minas Gerais: da Fuma à Escola de Design**. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Unincor - Universidade do Vale do Rio Doce, Três Corações, 2005.

RODRIGUES, Verônica; ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **Reverendo a história:** imagem e som. Gestão do acervo documental recolhido no Centro de Estudos em Design da Imagem da Escola de Design ED/UEMG. Relatório final Projeto Extensão PAEX, Edital 001/2016. Belo Horizonte, ED/UEMG, 2016.

ISBN 978-856560910-4



ECI  
ESCOLA DE  
CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO

UF *m* G

